

# O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida:

uma  
análise  
à luz da  
resposta  
humanitária  
brasileira





## Coordenação Institucional

José Egas, *Representante do ACNUR no Brasil*

André de Lima Madureira, *Oficial Assistente de Proteção, Brasília*

Pablo Mattos, *Oficial Associado de Proteção, Brasília*

William Torres Laureano da Rosa, *Assistente Sênior de Proteção, São Paulo*

## Concepção e elaboração de texto

Doutor João Carlos Jarochinski Silva, *Consultor Técnico*

Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Professor do curso de Relações Internacionais e do Mestrado em Sociedade e Fronteiras na UFRR. Desenvolve pesquisas em temáticas relacionadas ao refúgio e às migrações internacionais. Acompanha a mobilidade venezuelana pela fronteira em Roraima e a Operação Acolhida desde o início. Descendente de imigrantes, passou parte da infância no núcleo colonial multiétnico, Barão de Antonina - SP, onde foram acolhidas e se integraram pessoas de mais de 40 nacionalidades, realidade que marcou toda a sua trajetória

## Revisão técnica

Luiz Fernando Godinho – *Oficial de Comunicação, Brasília*

Maria Beatriz Nogueira – *Chefe do Escritório do ACNUR em São Paulo*

Andrea Cristina Godoy Zamur – *Oficial Assistente de Reassentamento e Vias Complementares, Brasília*

## Assessoria de Comunicação

Luiz Fernando Godinho – *Oficial de Comunicação, Brasília*

Miguel Pachioni – *Associado de Comunicação, São Paulo*

## Projeto gráfico e diagramação

Gleydson de Lima – *Associado de Design Gráfico, Brasília*

Foto Capa: ©ACNUR/Allana Ferreira

© 2022 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

As opiniões expressadas neste livro são do autor e não representam necessariamente as do ACNUR ou as do sistema ONU no Brasil.

## Elaboração, distribuição e informações

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

SCN Quadra 5 Bloco A, Edifício Brasília Shopping, Torre Sul, Sala 316

CEP 70715-900, Brasília/DF

Telefone: 61 3044-5744

E-mail: brabrpi@unhcr.org

www.acnur.org/portugues/

1ª Edição – 2022

## Dedicatória *in memoriam*

Para Irmã Telma Lage, Doutor Cândido da Ponte Neto, Maestrina Miriam Blos, Valéria Rodrigues, Eliana Vitaliano e Eloá Prado, por toda uma vida dedicada ao acolhimento de pessoas refugiadas no Brasil

## Pessoas que colaboraram com a elaboração do livro

### ACNUR

André de Lima Madureira – *Oficial Assistente de Proteção, Brasília*

Andrea Cristina Godoy Zamur – *Oficial Assistente de Reassentamento e Vias Complementares, Brasília*

Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava – *Oficial Sênior de Coordenação, Boa Vista*

Catalina Sampaio – *Oficial Assistente de Campo, Manaus*

Chiara Orsini – *Oficial Associada de Reporting, Brasília*

Enilson Tomaz – *Motorista, Boa Vista*

Federico Martínez-Monge – *Representante Adjunto do ACNUR no Brasil*

Giulianna Silva Serricella – *Assistente Sênior de Proteção, Brasília*

Janaina de Melo Galvão Viana – *Chefe do Escritório do ACNUR em Belém, Pará*

José Egas – *Representante do ACNUR no Brasil*

Juliana Serra – *Assistente Sênior de Proteção, Manaus*

Luiz Fernando Godinho – *Oficial de Comunicação, Brasília*

Maria Beatriz Nogueira – *Chefe do Escritório do ACNUR em São Paulo*

Miguel Pachioni – *Associado de Comunicação, São Paulo*

Nikolas Pirani – *Oficial Associado de Economia, Brasília*

Oscar Sánchez Piñeiro – *Chefe do Escritório do ACNUR em Boa Vista*

Pablo Mattos – *Oficial Associado de Proteção, Brasília*

Paola Bolognesi – *Oficial de Coordenação Interagencial, Brasília*

Paulo Sérgio Almeida – *Oficial de Meios de Vida, Brasília*

Pollyana de Lima – *Associada de Proteção, Pacaraima*

Sara Angheluddu – *Chefe do Escritório do ACNUR em Manaus*

Shayla Nascimento – *Associada de Campo, Boa Vista*

Silvia Corradi Sander – *Associada de Proteção, São Paulo*

Thais Silva Menezes – *Oficial Assistente de Relações Institucionais, Boa Vista*

Vanessa Tarantini – *Assistente Sênior de Meios de Vida, Brasília*

William Torres Laureano da Rosa – *Assistente Sênior de Proteção, São Paulo*

### Governo Federal

Bernardo de Almeida Tannuri Laferté – *Coordenador-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (Conare)*

Georges Feres Kanaan – *Assessor Especial do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República*

### Sociedade Civil

Aline Thuller – *Coordenadora Geral do Programa de Atendimento a Refugiados da Cáritas Rio de Janeiro*

Fabrizio Pellicelli – *Diretor-presidente da Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI Brasil)*

Frei Luciano – *Gestor Geral da Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI)*

Irmã Rosita Milesi – *Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)*

Sergio Marques – *Sub-Gestor Nacional de Aldeias Infantis SOS Brasil*

Talitha Iamamoto – *Coordenadora do Serviço de Acolhida e Orientação para Refugiados da Cáritas São Paulo*

Vanessa Epifânio – *Coordenadora Geral-operacional da Fraternidade Sem Fronteiras (FSF)*

### Lista de Siglas

ACNUR.....Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADRA.....Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

APC.....Área de Proteção e Cuidados

ATM.....Alojamento de Trânsito de Manaus

AVSI Brasil .....Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil

BV-8 .....Denominação do abrigo BV8 em Pacaraima, Roraima

CEAS .....Conselho Estadual de Assistência Social do Amazonas

CIMIC.....Cooperação Civil-Militar

CMDH.....Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima

CNig.....Conselho Nacional de Imigração

CONARE.....Comitê Nacional para os Refugiados

CTA.....Centro Temporário de Acolhimento

CTPS.....Carteira de Trabalho e Previdência Social

DESS.....Divisão de Emergência, Segurança e Abastecimento

DPU.....Defensoria Pública da União

ECHO .....Direção-Geral de Proteção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária Europeias

EUA .....Estados Unidos da América

FFHI .....Fraternidade – Federação Humanitária Internacional

FGV .....Fundação Getúlio Vargas

FSF.....Fraternidade Sem Fronteiras

FT Log Hum .....Força Tarefa Logística Humanitária

FUPAD.....Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento

IEB .....Instituto Internacional de Educação do Brasil

IMDH.....Instituto Migrações e Direitos Humanos

IcSP.....Instrumento de Contribuição para a Estabilidade e a Paz

LGBTIQ+ .....Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Queer

MERCOSUL.....Mercado Comum do Sul

MP .....Ministério Público

OBMIGRA.....Observatório das Migrações Internacionais

ODS .....Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OIM .....Organização Internacional para as Migrações

ONG.....Organização Não Governamental

ONU.....Organização das Nações Unidas

OVs .....Outreach Volunteers

PF .....Polícia Federal

PITrig.....Posto de Interiorização e Triagem

PNUD .....Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRA .....Ponto de Recepção e Acolhimento

ProGres.....*Profile Global Registration System*

PTrig.....Posto de Triagem

R4V .....Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela

RHU.....Refugee Housing Unit (Unidades de Habitação Emergencial)

RMRP.....Plano Regional de Resposta a Refugiados e Migrantes

SEJUDH.....Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado do Amazonas

SESC.....Serviço Social do Comércio

SISCONARE .....Sistema do Comitê Nacional para Refugiados

SISMIGRA.....Sistema de Registro Nacional Migratório

SJMR .....Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

UE.....União Europeia

UFRR.....Universidade Federal de Roraima

UNFPA.....Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF .....Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas

VES .....Vaga de Emprego Sinalizada

WASH.....Água, saneamento e higiene



# Sumário

Apresentação / Foreword / Presentación **Pág. 6**

Sumário Executivo / Executive Summary / Resumen Ejecutivo **Pág. 10**

Linha do tempo **Pág. 18**

O ACNUR e a  
Operação Acolhida  
**Pág. 22**



## 2016 - 2017

As primeiras avaliações sobre o contexto da fronteira norte e os desafios a serem vencidos

**Pág. 30**



## 2018 - 2019

O surgimento da Operação Acolhida e a expansão da atuação na emergência para outras áreas do país

**Pág. 45**



## 2020 - 2021

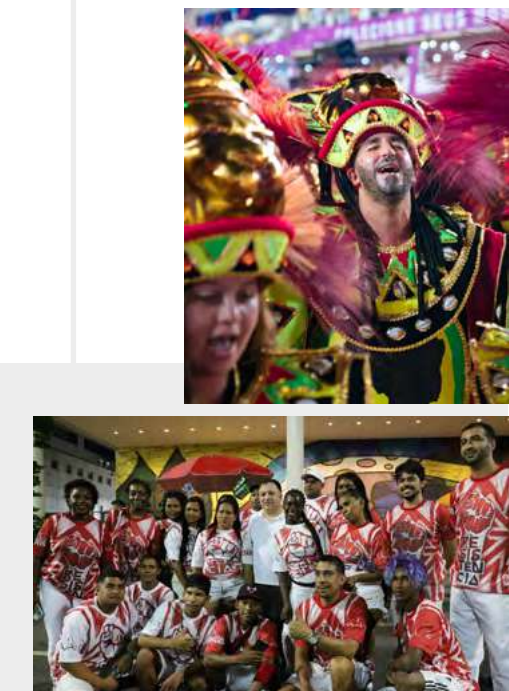
Desafios, avanços e consolidações: a pandemia da COVID-19 e proteção em tempos de escassez

**Pág. 76**



## 2022

Olhando para frente  
**Pág. 93**



Bibliografia consultada **Pág. 96**  
Notas **Pág. 100**



# Apresentação

## Foreword / Presentación

### Queridos e queridas amig@s,

Neste ano, o ACNUR comemora 40 anos de operações no Brasil prestando apoio a pessoas refugiadas no país. Iniciando com um pequeno escritório na Caritas Rio de Janeiro no ano de 1982, o ACNUR continua atuando com uma ampla variedade de parceiros, incluindo as autoridades governamentais em diferentes níveis (federal, estadual e municipal), organizações da sociedade civil, setor privado, academia, meios de comunicação, e a sociedade brasileira como um todo.

Sempre com o objetivo de fortalecer a resposta do país tendo em vista as necessidades da população sob seu mandato e construir soluções duradouras que beneficiem não apenas as pessoas refugiadas, apátridas e com necessidade de proteção internacional, mas também as comunidades de acolhida, o ACNUR atualmente conta com escritórios em Brasília (sede), Manaus, São Paulo, Boa Vista, Pacaraima e Belém do Pará.

### Dear Friends,

This year, UNHCR celebrates 40 years of operations in Brazil providing support to refugees in the country. Starting with a small office in Caritas Rio de Janeiro in 1982, UNHCR continues to work with a wide variety of partners, including government authorities at different levels (federal, state and municipal), civil society organizations, the private sector, academia, the media, and Brazilian society as a whole.

Always aiming to strengthen the country's response to the needs of the population under its mandate and to build lasting solutions that benefit not only refugees, stateless persons, and those in need of international protection, but also the host communities, UNHCR currently has offices in Brasília (headquarters), Manaus, São Paulo, Boa Vista, Pacaraima, and Belém.

### Queridos y queridas amig@s,

Este año, el ACNUR celebra 40 años de operaciones en Brasil prestando apoyo a los refugiados en el país. El ACNUR, que comenzó con una pequeña oficina dentro de Caritas de Río de Janeiro en 1982, sigue trabajando con una gran variedad de colaboradores, entre los que se encuentran autoridades gubernamentales de distintos niveles (federal, estatal y municipal), organizaciones de la sociedad civil, el sector privado, el mundo académico, los medios de comunicación y la sociedad brasileña en su conjunto.

Siempre con el objetivo de reforzar la respuesta del país a las necesidades de la población bajo su mandato y de construir soluciones duraderas que beneficien no sólo a los refugiados, apátridas y necesitados de protección internacional, sino también a las comunidades de acogida, el ACNUR tiene actualmente oficinas en Brasília (sede), Manaus, São Paulo, Boa Vista, Pacaraima y Belém do Pará.

PT

Ao longo destas quatro décadas de trabalho, o ACNUR e parceiros vêm enfrentando enormes desafios e alcançando grandes resultados, assegurando a proteção de quase 65,000 pessoas refugiadas no Brasil até o momento, e de centenas de milhares de pessoas em espera da análise de seus pedidos de reconhecimento da condição de refugiado ou atualmente se beneficiando de vias de regularização migratória estabelecidas para assegurar sua proteção por razões humanitárias no país.

O apoio ao fortalecimento do marco legal para a proteção das pessoas refugiadas, o trabalho permanente com o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), a sensibilização acerca do refúgio em todo o país, os acordos com instituições nos níveis federal, estadual e municipal, e a assistência humanitária direta às várias milhares de pessoas chegando em busca de proteção internacional no Brasil são só algumas áreas de trabalho conjunto. A participação na Lei do Refúgio (9.474/1997), na Lei de Migração (13.445/2017), a construção da primeira Cátedra de refugiados no mundo com quase 35 universidades em todas as regiões do Brasil, o apoio à rede de proteção RedeMir, e a participação nas respostas às chegadas de pessoas da Colômbia, Senegal e Haiti são outros processos importantíssimos trabalhados nestas quatro últimas décadas.

EN

Throughout these four decades of work, the UNHCR and partners have faced enormous challenges and achieved great results, ensuring the protection of almost 65,000 refugees in Brazil to date, and of hundreds of thousands of people awaiting the analysis of their claims or currently benefiting from migration regularization pathways established to ensure their protection on humanitarian grounds in the country.

The support to the strengthening of the legal framework for the protection of refugees, the permanent work with CONARE, the sensitization about asylum throughout the country, the agreements with institutions at the Federal, State and Municipal levels, and the direct humanitarian assistance to the several thousands of people arriving in Brazil in search of international protection are just some areas of joint work. The participation in the Refugee Law (9.474/1997), in the Migration Law (13.445/2017), the construction of the first Academic Chair about Refugees in the world with almost 35 universities in all regions of Brazil, the support to the RedeMir protection network, and the participation in the responses to the arrivals of people from Colombia, Senegal, and Haiti are other very important processes worked in these last four decades.

ES

A lo largo de estas cuatro décadas de trabajo, el ACNUR y sus socios se han enfrentado a enormes desafíos y han conseguido grandes resultados, garantizando la protección de casi 65.000 refugiados en Brasil hasta la fecha, y de cientos de miles de personas que esperan el análisis de sus solicitudes de estatus de refugiado o que se benefician actualmente de las vías de regularización migratoria establecidas para garantizar su protección por motivos humanitarios en el país.

El apoyo al fortalecimiento del marco legal para la protección de los refugiados, el trabajo permanente con CONARE, la sensibilización sobre el refugio en todo el país, los acuerdos con instituciones a nivel federal, estatal y municipal, y la asistencia humanitaria directa a los varios miles de personas que llegan a Brasil en busca de protección internacional son sólo algunas áreas de trabajo conjunto. La participación en la Ley de Refugiados (9.474/1997), la Ley de Migrantes (13.445/2017), la construcción de la primera Cátedra de Refugiados del mundo con casi 35 universidades en todas las regiones de Brasil, el apoyo a la red de protección RedeMir y la participación en las respuestas a las llegadas de personas de Colombia, Senegal y Haití son otros procesos muy importantes trabajados en estas últimas cuatro décadas.



PT

Entretanto, diferentemente das décadas anteriores, a realidade do refúgio no Brasil tem mudado muito nos últimos cinco anos com a chegada de mais de 700.000 pessoas da Venezuela em busca de proteção internacional. Como nunca, nosso Brasil é um país de destino de milhares de pessoas que foram forçadas a deixar suas vidas e tentam reiniciar um futuro. Pela primeira vez na história, a realidade do refúgio em massa chegou a cada município e estado da federação e converteu-se em parte da nossa realidade, exigindo uma resposta abrangente para o tamanho da população a ser acolhida. E, mesmo assim, o Brasil continuou a demonstrar sua liderança regional e global, rapidamente estabelecendo uma operação humanitária em nível federal, a Operação Acolhida. Esta, ao começar por assegurar a documentação a cada um dos indivíduos chegando ao país, garante também a assistência humanitária e o acolhimento emergencial dos mais necessitados em abrigos seguros, e continua com esforços magnânicos para apoiar a integração socioeconômica em todos os cantos deste país continental.

Tal resposta humanitária, que continua como um exercício real dos princípios que o Pacto Global sobre Refugiados e que simboliza um esforço de toda a sociedade, só é possível devido à coordenação interinstitucional desde sua concepção, e pelos incontáveis parceiros em cada município onde a sociedade civil, as Nações Unidas, o setor privado, a academia, e cada cidadão se unem para acolher e para assegurar que efeitos negativos como a xenofobia e a discriminação sejam minimizados.

EN

However, unlike the previous decades, the reality of asylum in Brazil has changed a lot in the last five years with the arrival of more than 700,000 people from Venezuela in search of international protection. As never before, our Brazil is a destination country for thousands of people who have been forced to leave their lives and try to restart a future. For the first time in history, the reality of mass refuge reached every municipality and state of the federation and became part of our reality, requiring a comprehensive response for the size of the population to be received. And yet Brazil continued to demonstrate its regional and global leadership, quickly establishing a federal level humanitarian operation, Operation Welcome, which begins by securing the documentation of each individual arriving in the country, ensures humanitarian assistance and emergency shelter for those most in need, and continues with magnanimous efforts to support socio-economic integration in every corner of this continental country.

The humanitarian response that continues as a real exercise of the principles that the Global Compact on Refugees symbolizes, an effort by the whole society, is only possible due to the inter-institutional coordination since the conception of the response, and by the countless partners in each municipality where Civil Society, the United Nations, the private sector, academia, and each citizen unites to welcome and to ensure that negative effects such as xenophobia and discrimination are minimized.

ES

Sin embargo, a diferencia de las décadas anteriores, la realidad del refugio en Brasil ha cambiado mucho en los últimos cinco años con la llegada de más de 700.000 personas procedentes de Venezuela en busca de protección internacional. Como nunca antes, nuestro Brasil es un país de destino para miles de personas que se han visto obligadas a dejar su vida e intentar reiniciar un futuro. Por primera vez en la historia, la realidad del refugio masivo llegó a todos los municipios y estados de la federación y se convirtió en parte de nuestra realidad, requiriendo una respuesta integral para la acogida de la población. Sin embargo, Brasil siguió demostrando su liderazgo regional y mundial, estableciendo rápidamente una operación humanitaria a nivel federal, la Operación Acogida, que, empezando por asegurar la documentación de cada una de las personas que llegan al país, garantiza también la asistencia humanitaria y la acogida de emergencia de los más necesitados en refugios seguros, y continúa con magnánimos esfuerzos para apoyar la integración socioeconómica en todos los rincones de este país continental.

La respuesta humanitaria que continúa como un verdadero ejercicio de los principios que simboliza el Pacto Mundial sobre Refugiados, un esfuerzo de toda la sociedad, sólo es posible gracias a la coordinación interinstitucional desde la concepción de la respuesta, y por los innumerables socios en cada municipio donde la Sociedad Civil, las Naciones Unidas, el sector privado, la academia, y cada ciudadano se unen para acoger y asegurar que los efectos negativos como la xenofobia y la discriminación sean minimizados.

PT

Esta publicação, aproveitando os 40 anos do ACNUR no Brasil, tem a intenção de relatar algumas das ações realizadas para contribuir com a Operação Acolhida, alguns dos esforços conjuntos com parceiros vitais na busca da proteção da população sob mandato do ACNUR, e os vários eventos que marcaram nosso trabalho no país, incluído a assinatura do Acordo Sede que consolida a nossa relação formal com o Estado Brasileiro, além das histórias do esforço brasileiro na proteção das pessoas refugiadas.

Espero que, por meio dos relatos e das fotografias desta publicação, possamos lembrar o caminho percorrido, continuar apreendendo e aperfeiçoando o processo de acolhida, e agradecer uma vez mais ao Estado e à sociedade pelo apoio permanente às pessoas que mais o necessitam. Que, no Brasil, ninguém, nunca, seja deixado para trás.

EN

This publication, taking advantage of UNHCR's 40 years in Brazil, is intended to report on some of the actions taken to contribute to Operation Welcome, some of the joint efforts with vital partners in seeking the protection of the population under UNHCR's mandate, and the various events that have marked our work in the country, including the signing of the Headquarters Agreement that consolidates our formal relationship with the Brazilian State, as well as the stories of the Brazilian effort to protect refugees.

I hope that through the stories and photos in this publication we can remember the path we have traveled, continue to learn and improve the welcoming process, and thank the State and society once again for their continued support to those who need it most. May no one, ever, be left behind in Brazil.

ES

Esta publicación, aprovechando los 40 años del ACNUR en Brasil, pretende informar sobre algunas de las acciones realizadas para contribuir a la Operación Acogida, algunos de los esfuerzos conjuntos con socios vitales en la búsqueda de la protección de la población bajo el mandato del ACNUR, y los diversos acontecimientos que han marcado nuestro trabajo en el país, incluyendo la firma del Acuerdo de Sede que consolida nuestra relación formal con el Estado brasileño, así como las historias del esfuerzo brasileño para proteger a los refugiados.

Espero que, a través de las historias y fotografías de esta publicación, podamos recordar el camino recorrido, seguir aprendiendo y mejorando el proceso de acogida, y agradecer una vez más al Estado y a la sociedad su apoyo permanente a quienes más lo necesitan. Que nadie, nunca, se quede atrás en Brasil.

# Um abraço grande e fraterno,

*Warmest regards, / Un abrazo grande y fraterno,*



**JOSE EGAS**

Representante ACNUR Brasil

*Representative UNHCR Brazil / Representante ACNUR Brasil*



# Sumário Executivo

## *Executive Summary / Resumen Ejecutivo*

PT

O contexto socioeconômico e de direitos humanos que a Venezuela vivencia nos últimos anos motiva um fenômeno singular na história do deslocamento forçado de pessoas para o Brasil e em outros países da América Latina e do Caribe. Até março de 2022, mais de 6 milhões de pessoas deixaram suas casas forçadamente e tiveram que solicitar asilo em algum lugar da América Latina e do Caribe. No Brasil, estima-se que ao redor de 700 mil pessoas atravessaram nossas fronteiras de 2017 até 2022, sendo que, dessas pessoas, aproximadamente 350 mil permanecem no país. Assim, desde 2015, o município de Pacaraima passou a conviver com a intensa movimentação de ingresso no Brasil e o Estado de Roraima teve que se organizar para conseguir acolher essas pessoas.

Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é o de contar, desde a nossa experiência e transformação como Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) no Brasil, a complexa história que é a resposta da Operação Acolhida, no contexto do deslocamento forçado venezuelano. Pretende-se tratar de todo o esforço desenvolvido por diversos ministérios, agências do sistema ONU, organizações da sociedade civil, academia, empresas privadas e pessoas que contribuiram com a construção das ações que ajudaram a salvar tantas pessoas nesses últimos anos, de pessoas comprometidas com o outro. Essa trajetória mostra como a resposta e a organização buscaram conferir às pessoas venezuelanas um acolhimento preocupado com a integralidade das suas necessidades.

EN

The socioeconomic and human rights context that Venezuela has been experiencing in recent years has motivated a unique phenomenon in the history of forced displacement of people in Brazil and in other Latin American and Caribbean countries. Until March 2022, more than 6 million people have forcibly left their homes and had to apply for asylum somewhere in Latin America and the Caribbean. In Brazil, it is estimated that more than 700,000 people crossed our borders from 2017 to 2022 and, of these, approximately 350,000 remain in the country. Thus, since 2015, the municipality of Pacaraima began to live with the intense movement of people entering Brazil and the state of Roraima had to organize itself to be able to welcome them.

Thus, the main objective of this work is to tell from our experience and evolution as the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) in Brazil, the complex story that is the response of *Operação Acolhida* in the context of the Venezuelan forced displacement. The goal is to highlight the efforts developed by various ministries, UN agencies, civil society organizations, academia, private companies and people who contributed to the construction of actions that helped to save so many lives in recent years, and people committed to others. This trajectory shows how the response and UNHCR sought to provide Venezuelan people with a comprehensive assistance focused on the integrality of their needs.

ES

El contexto socioeconómico y de derechos humanos que vive Venezuela en los últimos años ha motivado un fenómeno único en la historia del desplazamiento forzado de personas en Brasil y en otros países de América Latina y el Caribe. Hasta marzo de 2022, más de 6 millones de personas han abandonado sus hogares a la fuerza y han tenido que solicitar asilo en algún lugar de América Latina y el Caribe. En Brasil, se estima que alrededor de 700 mil personas cruzaron nuestras fronteras desde 2017 hasta 2022, y de estas, aproximadamente 350 mil permanecen en el país. Así, desde 2015, el municipio de Pacaraima empezó a vivir el intenso movimiento de entrada a Brasil y el Estado de Roraima tuvo que organizarse para poder acoger a estas personas.

Así, el objetivo principal de este trabajo es contar, tomando en cuenta nuestra experiencia y transformación como Agencia de la ONU para los Refugiados (ACNUR) en Brasil, la compleja historia que es la respuesta de la *Operación Acolhida* en el contexto del desplazamiento forzado venezolano. Se pretende hacer frente a todo el esfuerzo desarrollado por diversos ministerios, agencias del sistema ONU, organizaciones de la sociedad civil, academia, empresas privadas y personas que contribuyeron a la construcción de acciones que ayudaron a salvar a tantas personas en los últimos años, de personas comprometidas con el otro. Esta trayectoria muestra cómo la respuesta y la organización buscaron brindar a las personas venezolanas una acogida preocupada por la integralidad de sus necesidades.

PT

Para tanto, priorizou-se usar como base diversas entrevistas sobre a resposta realizada no Brasil, em diálogo e consulta com mais de quinze funcionários do ACNUR que direta ou indiretamente estiveram ligados à operação nos últimos anos, assim como outras nove pessoas, tanto do governo brasileiro quanto da sociedade civil. As entrevistas realizadas foram pensadas de forma semiestruturada, facilitando o processo de compreensão das fontes documentais e bibliográficas. Além disso, com o uso da abordagem cronológica, procura-se reconstruir o processo de tomada de decisão em relação às ações destinadas a responder aos desafios do deslocamento venezuelano.

Na construção dessa memória histórica do ACNUR nos últimos anos, percebe-se que a atuação da Agência da ONU para Refugiados, e de todos os outros parceiros da Operação Acolhida, foi essencial no desenvolvimento de uma das maiores ações humanitárias já realizadas no Brasil. Justifica-se, portanto, o seu registro, não apenas pelo seu ineditismo, mas pelo sucesso das diversas ações, as quais podem servir de referência no futuro. A temática do refúgio e da proteção de refugiados adquiriu outro patamar no cenário brasileiro, renovando a tradição de hospitalidade que marca a trajetória do país, assim como o protagonismo que teve, em boa parte de sua história, no papel de liderança de pautas de proteção da dignidade dos seres humanos.

As primeiras ações do ACNUR em Roraima ocorreram em outubro de 2016, com uma visita técnica. Rapidamente, sua expertise no gerenciamento e estabelecimento de padrões para atividades de proteção e no apoio à sociedade civil local permitiu criar relação de confiança mútua que trouxe resultados importantes para as pessoas refugiadas venezuelanas e a comunidade de acolhida.

EN

In order to do so, as a basis, several interviews were conducted on the response carried out in Brazil, in dialogue and consultation with more than fifteen UNHCR staff members who were directly or indirectly linked to the operation in recent years, as well as nine other people, both from the Brazilian government and civil society. The interviews carried out were designed in a semi-structured way, facilitating the process of understanding the documentary and bibliographic sources. In addition, using the chronological approach, this book seeks to reconstruct the decision-making process in relation to actions aimed at responding to the challenges of the Venezuelan displacement.

In the construction of this historical memory of UNHCR in recent years, the role of the Agency, as well as of other partners of *Operação Acolhida*, were essential in the development of one of the largest humanitarian actions ever developed in Brazil. Therefore, taking stock of this response is justified, not only for its originality, but for the success of its actions in several areas, which can serve as a reference in the future. The theme of asylum and protection of refugees has acquired another level in the Brazilian scenario, renewing the tradition of hospitality that has marked the country's trajectory, as well as the leading role it had, for most of its history, in the leadership role of guidelines for the protection of human dignity.

The first UNHCR action in the territory, in Roraima, took place in October 2016, with a technical visit. Quickly, the Agency's expertise in managing and setting standards for protection activities and in supporting civil society organizations, allowed for the creation of a relationship of mutual trust that brought important results for Venezuelan refugees and the host community.

ES

Para eso, se priorizó tomar como base varias entrevistas sobre la respuesta realizadas en Brasil, en diálogo y consulta con más de quince funcionarios del ACNUR que estuvieron directa o indirectamente vinculados a la operación en los últimos años, así como a otras nueve personas, tanto del gobierno brasileño como de la sociedad civil. Las entrevistas realizadas fueron diseñadas de forma semiestruturada, facilitando el proceso de comprensión de las fuentes documentales y bibliográficas. Además, mediante el enfoque cronológico, busca reconstruir el proceso de toma de decisiones en relación con las acciones encaminadas a responder a los desafíos del desplazamiento venezolano.

En la construcción de esta memoria histórica del papel del ACNUR en los últimos años, se nota que el papel de la Agencia de la ONU para los Refugiados, y de todos los otros socios de la *Operación Acolhida*, fue fundamental en el desarrollo de una de las mayores acciones humanitarias desarrolladas en Brasil. Por tanto, se justifica su registro, no sólo por su originalidad, sino por el éxito de su actuación en varias actuaciones, que pueden servir de referencia en el futuro. El tema del asilo y protección de los refugiados ha adquirido otro nivel en el escenario brasileño, renovando la tradición de hospitalidad que ha marcado la trayectoria del país, así como el papel protagónico que tuvo, durante la mayor parte de su historia, en el liderazgo en pautas de protección de la dignidad de los seres humanos.

Las primeras acciones del ACNUR en Roraima se realizaron en octubre de 2016, con una visita técnica. Rápidamente, su experiencia en la gestión y el establecimiento de estándares para las actividades de protección y en el apoyo a la sociedad civil local, permitió crear una relación de confianza mutua que trajo resultados importantes para las personas refugiadas venezolanas y la comunidad de acogida.



PT

O ano de 2017, por sua vez, representou o momento de início da atuação estruturada do ACNUR em Roraima. Ao se estabelecer no território, o ACNUR iniciou diálogos com a Polícia Federal e com entidades atuantes no Estado. Assim, a abertura do Escritório de Campo em Boa Vista contribuiu com melhor engajamento junto à rede local e às autoridades. O ACNUR assumiu enorme protagonismo na organização das respostas, sendo a agência das Nações Unidas que mais se destacou em todo esse período em relação à proteção das pessoas venezuelanas que se encontravam no Brasil. Ainda no ano de 2017, o ACNUR, em conjunto com organizações da sociedade civil, também enfrentou as dificuldades inerentes da abertura dos primeiros abrigos, buscando adaptar a experiência internacional à realidade local.

A partir de 2018, o Governo Federal decidiu fortalecer as atividades já em andamento e atuar de forma mais contundente por meio do estabelecimento da Operação Acolhida, uma operação de resposta humanitária do Governo Federal que estrutura as diversas ações desenvolvidas na recepção e documentação, acolhimento e abrigamento temporário, e interiorização de venezuelanos dentro do território brasileiro. Assim, desenhou-se uma ação que propôs uma intervenção completa e que atuaria de forma interagencial, com apoio do ACNUR, outras agências da ONU, sociedade civil, academia, e setor privado. Nesse contexto, destaca-se, por exemplo, o importante papel que o ACNUR exerceu no atendimento em Postos de Recepção e Triagem, na abertura de diversos abrigos em Boa Vista, e na formação e qualificação dos contingentes que se dirigem para atuar na Operação Acolhida, apoiando a melhoria das ações e facilitando a

EN

In turn, 2017 marked the beginning of UNHCR's work in Roraima. Upon establishing itself in the territory, UNHCR initiated dialogues with the Federal Police and with other entities active in the state. Thus, the opening of the Field Office in Boa Vista contributed to better engagement with the local network and authorities. UNHCR played a major role in the organization of responses, being the United Nations Agency that stood out the most during this period in relation to the protection of Venezuelan people living in Brazil. Still in 2017, UNHCR, together with civil society organizations, also faced the inherent difficulties of opening the first shelters, seeking to adapt its international experience to the local reality.

As of 2018, the Federal Government decided to strengthen the activities already in progress and act more forcefully through the establishment of Operação Acolhida, a humanitarian response operation by the Federal Government that structures the various actions carried out in reception and documentation, reception and temporary shelter, and interiorization of Venezuelans within Brazilian territory. Thus, the Federal Government designed a comprehensive response to be carried out in an interagency manner with the support of UNHCR, other UN agencies, civil society, academia, and the private sector. In this context, it is highlighted, for example, the important role that UNHCR played in the assistance provided at Reception and Documentation Centers, in the opening of several shelters in Boa Vista, and in the training and qualification of the contingents that would operate in Operação Acolhida, supporting the improvement of actions and facilitating the standardization of care. UNHCR

ES

El año 2017, a su vez, representa el inicio de la actuación del ACNUR en Roraima. Al establecerse en el territorio, el ACNUR inició diálogos con la Policía Federal y con entidades activas en el Estado. Por lo tanto, la apertura de la Oficina de Campo en Boa Vista contribuyó a un mejor compromiso con la red local y las autoridades. El ACNUR tuvo un enorme protagonismo en la organización de respuestas, siendo la agencia de las Naciones Unidas que más se destacó durante este período con relación a la protección de personas venezolanas que vivían en Brasil. También en 2017, el ACNUR, junto con organizaciones de la sociedad civil, también enfrentó las dificultades inherentes a la apertura de los primeros albergues, buscando adaptar la experiencia internacional a la realidad local.

A partir de 2018, el Gobierno Federal decidió fortalecer las actividades ya existentes y actuar con mayor contundencia a través del establecimiento de la Operación Acolhida, una operación de respuesta humanitaria del Gobierno Federal que estructura a las diversas acciones desarrolladas en la recepción y documentación, acogida y albergue temporal, y la interiorización de venezolanos en el territorio brasileño. Así, se diseñó una acción que proponía una intervención completa que actuaría de manera inter agencial, con el apoyo del ACNUR, otras agencias de la ONU, la sociedad civil, academia, y el sector privado. En este contexto, destacamos, por ejemplo, el importante papel que el ACNUR ejerció en la atención de los Puestos de Recepción y Triaje, en la apertura de varios albergues en Boa Vista, y en la capacitación y calificación de los contingentes que trabajan en la Operación Acolhida, apoyando la mejora de las acciones y facilitando la estandarización de la atención. Las oficinas del ACNUR en

PT

padronização do atendimento. Os escritórios do ACNUR em Manaus, Belém e São Paulo, por sua vez, foram criados neste momento, ou passaram a atuar de forma coordenada com o processo de acolhimento realizado em Roraima e se tornam fundamentais para a estratégia de interiorização. Foi também neste ano que se formalizou a intenção de se celebrar o primeiro Acordo entre a República Federativa do Brasil e o ACNUR para o estabelecimento e o funcionamento da Agência no Brasil com acordo próprio. Conhecido como Acordo Sede, o documento foi posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro e entrou em vigor no dia 24 de junho de 2021.

Já no ano de 2019, para além do fortalecimento e expansão das atividades em todo Brasil, a decisão do Conare de reconhecer a grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, por meio da Nota Técnica n.º 3/2019/CONARE, abriu o caminho para o reconhecimento da condição de refugiado para nacionais venezuelanos por meio de um procedimento simplificado. Até março de 2022, mais de 49 mil pessoas da Venezuela foram reconhecidas como refugiadas por meio desse procedimento simplificado, o que faz do Brasil o segundo país do mundo em termos de pessoas venezuelanas refugiadas reconhecidas. ACNUR e TV Globo firmaram, ainda, uma parceria técnica inédita para a realização da primeira novela global sobre pessoas refugiadas, “Órfãos da Terra”, que no ano seguinte consagrou-se como a melhor telenovela pelo Emmy.

EN

offices in Manaus, Belém and São Paulo, in turn, are created or start to act in a coordinated way with the reception process carried out in Roraima and become fundamental for the interiorization process. It was also in this year that the intention to sign the first Agreement between the Federative Republic of Brazil and UNHCR was formalized for the establishment and operation of the Agency in Brazil with its own agreement. Known as the Headquarters Agreement, the document was later approved by the Brazilian National Congress and entered into force on June 24, 2021.

In addition to strengthening and expanding activities throughout Brazil, already in 2019, Conare's decision to recognize the serious and widespread violation of human rights in Venezuela, through Technical Note n. 3/2019/CONARE, opened the path to the recognition of refugee status for Venezuelan nationals through a simplified procedure. Until March 2022, more than 49,000 people from Venezuela have already been recognized as refugees through this simplified refugee status determination procedure, which makes Brazil the second country in the world in terms of recognized Venezuelan refugees. UNHCR and TV Globo also signed an unprecedented technical partnership to produce the first global telenovela about refugees, “*Órfãos da Terra*”, which in the following year was elected the best telenovela by the Emmy.

ES

Manaus, Belém y São Paulo, a su vez, se crean o pasan a actuar de manera coordinada con el proceso de acogida realizado en Roraima y se vuelven fundamentales para el proceso de interiorización. Fue también en este año que se formalizó la intención de celebrar el primer Acuerdo entre la República Federativa de Brasil y el ACNUR para el establecimiento y funcionamiento de la Agencia en Brasil con acuerdo propio. Conocido como Acuerdo de Sede, este documento fue posteriormente aprobado por el Congreso Nacional brasileño y entró en vigor el 24 de junio de 2021.

Ya en el año de 2019, además de fortalecer y ampliar las actividades en todo Brasil, la decisión del Conare de reconocer la grave y generalizada violación de derechos humanos en Venezuela, a través de la Nota Técnica n. 3/2019/CONARE, abrió camino para el reconocimiento de la condición de refugiado para nacionales venezolanos por medio de un procedimiento simplificado. Hasta marzo de 2022, más de 49.000 personas de Venezuela han sido reconocidas como refugiadas a través de este procedimiento simplificado, lo que convierte a Brasil en el segundo país del mundo en términos de personas venezolanas refugiadas reconocidas. ACNUR y TV Globo también firmaron una alianza técnica sin precedentes para la producción de la telenovela, “*Órfãos da Terra*”, que al año siguiente fue coronada como la mejor telenovela por los Emmy.

PT

O ano de 2020 começou com expectativas promissoras, em decorrência dos diversos avanços observados, como a consolidação da interiorização como principal estratégia para a integração. Em especial, durante o Fórum Global sobre Refugiados em dezembro de 2019, a delegação brasileira apresentou a Operação Acolhida e onze compromissos para fortalecer a resposta e a proteção de pessoas refugiadas. Entretanto, com o advento da pandemia, muitas ações realizadas pelo ACNUR foram afetadas. A operação teve que atuar com criatividade e resiliência, realizando adequações que resultaram na manutenção dos níveis de ação. A pandemia gerou novas demandas, novos focos, nova necessidade de ampliação da atuação do ACNUR. Nesse sentido, o ACNUR passa a se engajar com novos atores, como o Santos FC, quando as duas organizações iniciam o projeto “Meninos da Vila”, com o objetivo de promover a efetiva integração de crianças refugiadas por meio do acesso gratuito às diferentes escolas de futebol espalhadas pelo Brasil.

Por fim, dando continuidade a este ímpeto criativo, em 2021, o ACNUR e a Rede Brasil do Pacto Global lançaram a Plataforma Refugiados Empreendedores, voltada à divulgação de negócios geridos por empreendedores refugiados — incluindo um repositório de apoios fornecidos por organizações parceiras para pessoas refugiadas dispostas a iniciar ou fortalecer os seus empreendimentos no Brasil. Graças ao engajamento crescente do setor privado, o Fórum Empresas com Refugiados foi criado, em complemento à Plataforma de mesmo nome lançada dois anos antes. O Fórum é formado por empresas e organizações empresariais interessadas em fortalecer a inclusão de pessoas refugiadas no mercado de trabalho. Já o projeto “Mi Casa, Tu Casa” buscou incluir bibliotecas nos abrigos da Operação Acolhida.

EN

The year 2020 begins with promising expectations, because of the various advances observed, such as the consolidation of interiorization as the main strategy for integration. During the Global Refugee Forum in December 2019, the Brazilian delegation presented *Operação Acolhida* and made eleven commitments to strengthen the response and protection. However, with the arrival of the pandemic, many actions carried out by UNHCR were affected. The operation had to act with creativity and resilience, making adjustments that resulted in the maintenance of action levels. The pandemic generated new demands, new outbreaks, a new need to expand UNHCR’s work. In this sense, UNHCR engaged with new actors, such as Santos FC whose partnership led to the “*Meninos da Vila*” project, with the objective of promoting the effective integration of refugee children through free access to different football schools throughout Brazil.

Finally, drawing on the same creativity started in the previous year, in 2021, UNHCR and Rede Brasil do Pacto Global launched the Refugiados Empreendedores Platform aimed at disseminating businesses managed by refugee entrepreneurs, including a repository of support provided by partner organizations for refugee people willing to start or strengthen their ventures in Brazil. Thanks to the growing engagement of the private sector, the Fórum Empresas com Refugiados was created, in addition to the Platform of the same name launched two years earlier. The Forum is formed by companies and business organizations interested in strengthening the inclusion of refugees in the labor market. The project “*Mi Casa, Tu Casa*” sought to include libraries in the shelters of Operação Acolhida.

ES

El año 2020 empieza con expectativas prometedoras, como resultado de los diversos avances observados, como la consolidación de la interiorización como principal estrategia de integración. En particular, durante el Foro Mundial sobre los Refugiados en diciembre 2019, la delegación brasileña presentó la Operación Acolhida y once compromisos para fortalecer la respuesta y la protección. Sin embargo, con la llegada de la pandemia, muchas acciones realizadas por ACNUR se vieron afectadas. La operación tuvo que actuar con creatividad y resiliencia, realizando adecuaciones que resultaron en el mantenimiento de los niveles de actuación. La pandemia generó nuevas demandas, nuevos focos, una nueva necesidad de ampliar el trabajo del ACNUR. En este sentido, el ACNUR empieza a involucrarse con nuevos actores, como el Santos FC, cuando las dos organizaciones iniciaron el proyecto “Meninos da Vila”, con el objetivo de promover la integración efectiva de los niños refugiados a través del acceso gratuito a diferentes escuelas de fútbol en todo Brasil.

Finalmente, aprovechando la misma creatividad iniciada el año anterior, en 2021, ACNUR y Rede Brasil del Pacto Global lanzaron la Plataforma Refugiados Empreendedores orientada a la divulgación de negocios gestionados por emprendedores refugiados, incluyendo un repositorio de apoyos garantizados por organizaciones socias para personas refugiadas dispuestas a empezar o fortalecer sus emprendimientos en Brasil. Debido al compromiso creciente del sector privado, el Fórum Empresas com Refugiados fue creado, en complemento a la Plataforma del mismo nombre lanzada dos años antes. El Fórum es formado por empresas y organizaciones empresariales con interés en fortalecer a la inclusión de personas refugiadas en el mercado de trabajo. Ya el proyecto “Mi Casa, Tu Casa” buscó incluir bibliotecas en los albergues de la Operación Acolhida.

PT

Assim, o papel do ACNUR em toda essa engrenagem tem sido o de auxiliar o acesso das pessoas às políticas públicas existentes e de promover o desenho e a implementação de novas políticas, planos e programas. Muitas outras ações e parcerias que se iniciaram durante este período ou se desenvolveram nesses últimos anos, como o fortalecimento da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (passando de 17 universidades em 2017 a 33 no ano de 2022), ou mesmo a participação de pessoas refugiadas no desfile de Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2022, em parceria com o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, também estão incluídas neste trabalho. Elas refletem a atuação da Agência no fortalecimento da autonomia das comunidades, que conta também com a realização de diagnósticos participativos regulares, apoiando-as a terem voz ativa na construção das políticas públicas voltadas para elas, assim como a construção e fortalecimento de espaços de discussão sobre o tema. Neste sentido, destacam-se os Comitês e/ou Conselhos sobre Refugiados/Migrantes, que têm se tornado cada vez mais comuns e relevantes para a construção de políticas públicas nos Estados e Municípios, resultando na recente criação do Fórum de Comitês e Conselhos Estaduais para Refugiados e Migrantes. Igualmente, buscou-se o fortalecimento e maior engajamento da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados – RedeMir, rede que congrega organizações da sociedade civil com atuação em todas as regiões do Brasil.

Nota-se, assim, que, com o desenvolvimento da resposta coordenada ao deslocamento de pessoas venezuelanas ao Brasil, a temática da proteção e integração de pessoas refugiadas está cada vez mais presente no cotidiano do país, alcançando inclusive manifestações artísticas, as quais tão bem traduzem a cultura brasileira.

EN

Thus, UNHCR’s role in all this gear has been to help people access existing public policies and to promote the design and implementation of new policies, plans and programs. Many other actions and partnerships that started during this period or developed in recent years, such as the strengthening of the Sérgio Vieira de Mello Chair (from 17 universities in 2017 to 33 in 2022), or even the participation of refugees in the Carnival parade of the City of Rio de Janeiro in April 2022 in partnership with the *Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro* are also included in this work. They reflect the Agency’s performance in strengthening the autonomy of communities, which counts with the implementation of regular participatory assessments, supporting them to have an active voice in the construction and strengthening of spaces for discussion on the subject, such as the Refugee/Migrant Committees and Councils that have becoming increasingly common and relevant for the construction of public policies in States and Municipalities, which led to the recent creation of the Forum of State Committees and Councils for Refugees and Migrants. In this sense, efforts were made to strengthen and further engage the Solidarity Network for Migrants and Refugees – RedeMir, a network that brings together civil society organizations operating in all regions of Brazil.

It is thus noted that, with the development of the coordinated response to the displacement of Venezuelan people to Brazil, the theme of refugee protection and integration is increasingly present in the daily life of the country, reaching even artistic manifestations that better translate the Brazilian culture.

ES

Así, el papel del ACNUR en todo este engranaje ha sido apoyar a las personas a acceder a las políticas públicas existentes y promover el diseño e implementación de nuevas políticas, planes y programas. Muchas otras acciones y asociaciones que empezaron durante este período o se desarrollaron en esos últimos años, como el fortalecimiento de la Cátedra Sérgio Vieira de Mello (pasando de 17 universidades en 2017 a 33 en el año de 22), o incluso la participación de personas refugiadas en el desfile de Carnaval de la Ciudad de Río de Janeiro en abril de 2022 en asociación con el Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro también se incluyen en este trabajo. Ellas reflejan la actuación de la Agencia en el fortalecimiento de la autonomía de las comunidades, que también cuentan con la realización de diagnósticos participativos regulares, apoyándolas para que tengan una voz activa en la construcción de políticas públicas dirigidas a ellas, así como la construcción y fortalecimiento de espacios de discusión sobre el tema, como los Comités y/o Consejos de Refugiados/Migrantes que se han vuelto cada vez más comunes y relevantes para la construcción de políticas públicas en Estados y Municipios, que resultó en la reciente creación del Fórum de Comités y Consejos Estaduales para Refugiados y Migrantes. En ese sentido, se buscó el fortalecimiento y mayor compromiso de la Rede Solidária para Migrantes y Refugiados – RedeMir, red que congrega organizaciones de la sociedad civil con actuación en todas las regiones del Brasil.

Se advierte así que, con el desarrollo de la respuesta coordinada al desplazamiento de personas venezolanas hacia Brasil, el tema de la protección e integración de las personas refugiadas está cada vez más presente en la cotidianidad del país, llegando incluso a manifestaciones artísticas que traducen mejor la cultura brasileña.



PT

Não é possível falar de alegria quando tantos ainda sofrem e são forçados a deixar suas casas por perseguições individuais ou conflitos, seja na América Latina ou em outros locais pelo mundo afora, viajando em condições, muitas vezes, de extrema vulnerabilidade. Entretanto, sem dúvida, a resposta que vem sendo dada no Brasil a pessoas refugiadas alimenta a esperança de que é possível acolhê-las com dignidade e humanidade, não deixando ninguém, nunca, para trás.

A Agência da ONU para Refugiados agradece imensamente o apoio constante e todas as contribuições recebidas desde o início da emergência até o presente, do Governo do Brasil, do Fundo Central das Nações Unidas de Resposta à Emergência (CERF), dos Governos dos Estados Unidos, Itália, Japão, Luxemburgo, da União Europeia por meio do Instrumento de Contribuição para a Estabilidade e a Paz (IcSP) e da Direção-Geral da Proteção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária Europeias (ECHO), assim como todas as contribuições flexíveis para as atividades do ACNUR regional e globalmente. O ACNUR também dedica um agradecimento especial a todos os parceiros do setor privado – empresas, institutos e fundações – cujo investimento social possibilitou a ampliação do impacto da operação do ACNUR no Brasil nos últimos anos: Bradesco, Todos pela Saúde, Itaú, Grupo Boticário, Instituto Omni, Colégio Bandeirantes, Stafford Capital, entre outros. Além disso, agradece aos quase 46 mil indivíduos que fizeram doações financeiras ao ACNUR desde o início da sua atuação no país. Mostrando

EN

It is not possible to speak of joy when so many still suffer and are forced to leave their homes due to individual persecutions or conflicts, whether in Latin America or elsewhere around the world, traveling in conditions that are often extremely vulnerable. However, without a doubt, the response being given in Brazil to Venezuelan refugees feeds the hope that it is possible to welcome these people with dignity and humanity, leaving no one, ever, behind.

The UN Agency for Refugees is grateful for the ongoing support and all contributions received since the beginning of the emergency from the Government of Brazil, the United Nations Central Emergency Response Fund (CERF), the Governments of the United States of America, Italy, Japan, Luxemburg, European Union through the Instrument Contributing to Stability and Peace (IcSP) and the Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations (ECHO), as well as all flexible funding contributions for UNHCR activities regionally and globally. UNHCR is also especially thankful to all private sector partners – companies, institutes, and foundations – whose social investment has made it possible to expand the impact of UNHCR operation in Brazil in recent years: Bradesco, Todos pela Saúde, Itaú, Grupo Boticário, Instituto Omni, Colégio Bandeirantes, Stafford Capital, among others. It also thanks the nearly 46,000 individuals who have made financial donations to UNHCR since the beginning of its activities in the country.

ES

No se puede hablar de alegría cuando todavía tantos sufren y son forzados a abandonar sus hogares por persecuciones individuales o conflictos, ya sea en América Latina o en otras partes del mundo, viajando en condiciones, muchas veces, de extrema vulnerabilidad. Sin embargo, sin duda, la respuesta que se está dando en Brasil a las personas refugiadas alimenta la esperanza de que es posible acogerlas con dignidad y humanidad, sin dejar a nadie, nunca, atrás.

La Agencia de la ONU para los Refugiados está inmensamente agradecida por el continuo apoyo y todas las contribuciones recibidas desde el inicio de la emergencia hasta el presente por parte del Gobierno de Brasil, del Fondo Central para la Acción en Casos de Emergencias de las Naciones Unidas (CERF), de los Gobiernos de Estados Unidos, Italia, Japón, Luxemburgo, la Unión Europea a través del Instrumento para la Contribución a la Estabilidad y la Paz (IcSP) y la Dirección General de Protección Civil y Operaciones de Ayuda Humanitaria Europeas (ECHO), así como todas las contribuciones flexibles a las actividades del ACNUR a nivel regional y mundial. ACNUR también agradece especialmente a todos los socios del sector privado – empresas, institutos y fundaciones – cuya inversión social ha permitido ampliar el impacto de la operación del ACNUR en Brasil en los últimos años: Bradesco, Toda pela Saúde, Itaú, Grupo Boticário, Instituto Omni, Colégio Bandeirantes, Stafford Capital, entre otros. También agradece a las cerca de 46.000 personas que han realizado donaciones a ACNUR desde el inicio de sus actividades en el país. Mostrando fuerte

PT

forte solidariedade com os refugiados, as generosas contribuições de doadores públicos e privados – através da parceria permanente com o ACNUR – têm desempenhado um papel catalisador na operacionalização de cada eixo da Operação Acolhida e seguem sendo essenciais para fortalecer a capacidade da organização de responder rapidamente no terreno e atender às necessidades críticas das pessoas refugiadas e migrantes e das comunidades de acolhida no Brasil.

EN

Showing strong solidarity with refugees, these generous contributions from public and private donors – through the ongoing partnership with UNHCR – have played a catalytic role in the operationalization of each pillar of Operation Welcome and remain essential to strengthen the organization's ability to respond quickly on the ground and meet the critical needs of refugees, migrants, and host communities in Brazil.

ES

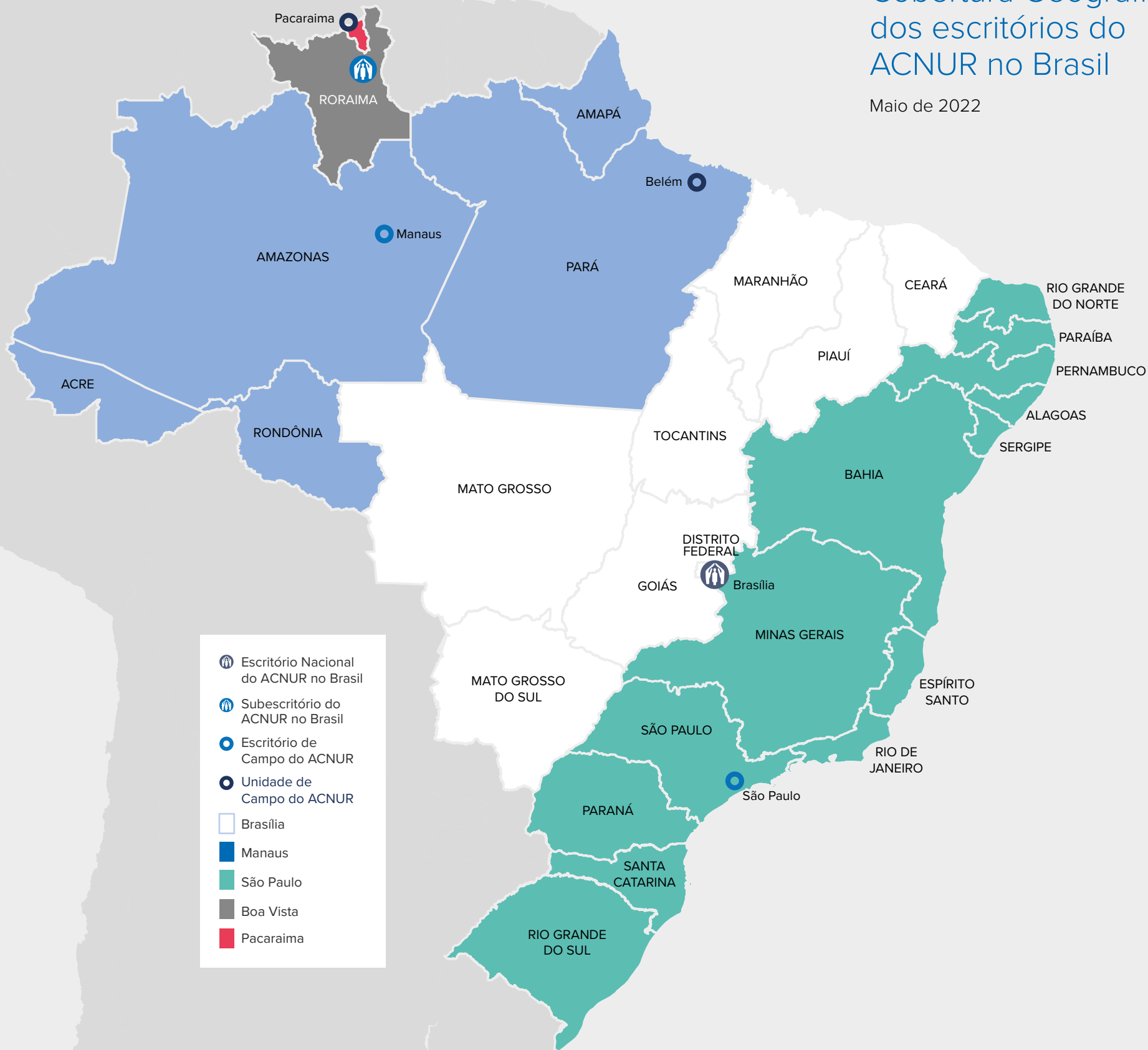
solidaridad con los refugiados, las generosas contribuciones de donantes públicos y privados – por medio de una sólida parceria con el ACNUR – han desempeñado un papel catalizador en la operacionalización de cada eje de la Operación Acolhida y siguen siendo esenciales para fortalecer la capacidad de la organización para actuar rápidamente en el terreno y responder a las necesidades críticas tanto de las personas refugiadas y migrantes como de las comunidades de acogida en Brasil.














# Cobertura Geográfica dos escritórios do ACNUR no Brasil

Maio de 2022



-  Escritório Nacional do ACNUR no Brasil
-  Subescritório do ACNUR no Brasil
-  Escritório de Campo do ACNUR
-  Unidade de Campo do ACNUR
-  Brasília
-  Manaus
-  São Paulo
-  Boa Vista
-  Pacaraima



# O ACNUR e a Operação Acolhida

## Introdução

A Venezuela, país pertencente ao mesmo tempo ao Caribe e à América do Sul, tem vivenciado, nos últimos anos, um fenômeno novo em sua história: o deslocamento forçado de pessoas para outras localidades, entre as quais, o Brasil. Até março de 2022, já são mais de 6 milhões de pessoas que deixaram este país, com destino principalmente aos países da América do Sul e do Caribe, os quais têm prestado diversas formas de acolhimento para essas pessoas que tentam garantir proteção e sobrevivência.

Das cerca de 700 mil pessoas venezuelanas que entraram no Brasil, atualmente residem no país mais de 350 mil. A entrada dessas pessoas se dá, principalmente, pela fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela, no Estado de Roraima, onde a única rodovia que interliga os dois países e as cidades de Pacaraima, do lado brasileiro, e Santa Elena do Uairén, do lado venezuelano, constitui o ponto de conexão dentro de uma fronteira que possui 2.199 quilômetros. Desde 2015, o pequeno município de Pacaraima passou a conviver com a intensa movimentação e ingresso de pessoas no Brasil, transformando sua realidade, assim como a de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, cidade em que boa parte dessas pessoas foi ou é acolhida, mudando drasticamente o contexto da região.

No início do fluxo de venezuelanos para o Brasil, pessoas refugiadas e migrantes se concentravam na praça Simon Bolívar, no centro de Boa Vista (RR)

Março de 2018  
© ACNUR /  
Reynesson  
Damasceno





Em direção a Boa Vista (RR), pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela deixam a cidade fronteiriça de Pacaraima e caminham às margens da BR 174

*Fevereiro de 2018*  
© ACNUR / Reynesson Damasceno



Esperando para cruzar a fronteira, pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela se aglomeram no controle migratório da Polícia Federal em Pacaraima (RR)

*Fevereiro de 2018*  
© ACNUR / Reynesson Damasceno



Roraima, um dos Estados mais distantes dos grandes centros brasileiros, teve que se organizar para garantir o acolhimento da população deslocada, em um processo que contou com a participação da comunidade e autoridades locais, com o apoio das autoridades federais, outros estados e municípios brasileiros, sociedade civil e por agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre essas agências, está o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados.

Por meio desse esforço conjunto, deu-se início a maior das operações humanitárias implementadas no Brasil e nas Américas, a Operação Acolhida. Concebida em 2018, a Operação objetiva prestar atendimento emergencial às populações atingidas pela crise humanitária na Venezuela, por meio da melhoria das estruturas brasileiras presentes na região fronteiriça entre os dois países, em avanços que beneficiam pessoas deslocadas e comunidades de acolhida.

O modo de acolhimento desenvolvido pela Operação pressupõe um enorme rol de ações, que vão desde a documentação, os cuidados com saúde e a vacinação, passando pelo abrigamento emergencial para os mais vulneráveis, até a chamada “estratégia de interiorização”, que possibilitou que cerca de 800 municípios brasileiros recebessem mais de 70 mil pessoas venezuelanas<sup>1</sup> até março de 2022. Trata-se de uma ação sem precedentes, que se fortalece como um novo paradigma internacional para ações de integração de pessoas refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e migrantes.



Pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela que viviam na praça Simon Bolívar chegam ao abrigo Jardim Floresta, o primeiro da Operação Acolhida em Boa Vista (RR)

*Março de 2018*  
© ACNUR / Reynesson Damasceno



Os primeiros voos da estratégia de interiorização começam em Boa Vista (RR), levando pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela para diferentes partes do Brasil

Abril de 2018  
© ACNUR /  
Luiz Fernando Godinho



São quase sete anos desde o início desse movimento de pessoas, que transformou e transforma a realidade local e reforça os compromissos do Estado brasileiro com o tradicional acolhimento de povos de todas as nacionalidades. Da mesma forma, esse cenário confere ao sistema ONU a oportunidade de cooperar com autoridades nacionais na construção de respostas e ações protetivas para uma população em extrema vulnerabilidade.

Contar a história dessa resposta humanitária é o objetivo desta obra, permitindo ao leitor conhecer os eventos que marcaram essa longa trajetória brasileira de acolhimento. Pretende-se, assim, facilitar a compreensão do esforço empreendido por diversas organizações e pessoas na construção de ações de cuidado e de atenção, que foram fundamentais não apenas para a população beneficiada, mas também para aqueles envolvidos na acolhida, pois reforça seu comprometimento com os valores de proteção àqueles que se deslocam forçadamente. A obra também objetiva registrar a trajetória institucional do ACNUR e de seus parceiros em múltiplas ações, reconhecendo que a resposta brasileira ao deslocamento venezuelano contou com a participação, em maior ou menor grau, de diversos tipos de organizações e entidades.

Da perspectiva do ACNUR, fica evidente que a resposta ao deslocamento forçado de venezuelanos representou o incremento de suas ações no Brasil, pois não só o número de pessoas refugiadas e de solicitantes da condição de refugiado cresceu exponencialmente, mas aumentou também a própria dinâmica de atuação da organização, numa perspectiva protetiva e operacional mais ampla, com resultados bastante concretos. Obviamente, em decorrência do aumento das ações, o ACNUR também cresceu em número de funcionários, presença em localidades distintas ao redor do território e número de parceiros operacionais e implementadores.











De maneira mais estruturada, registro e identificação de vulnerabilidades começam a ser feitos em posto de triagem na cidade fronteira de Pacaraima (RR)

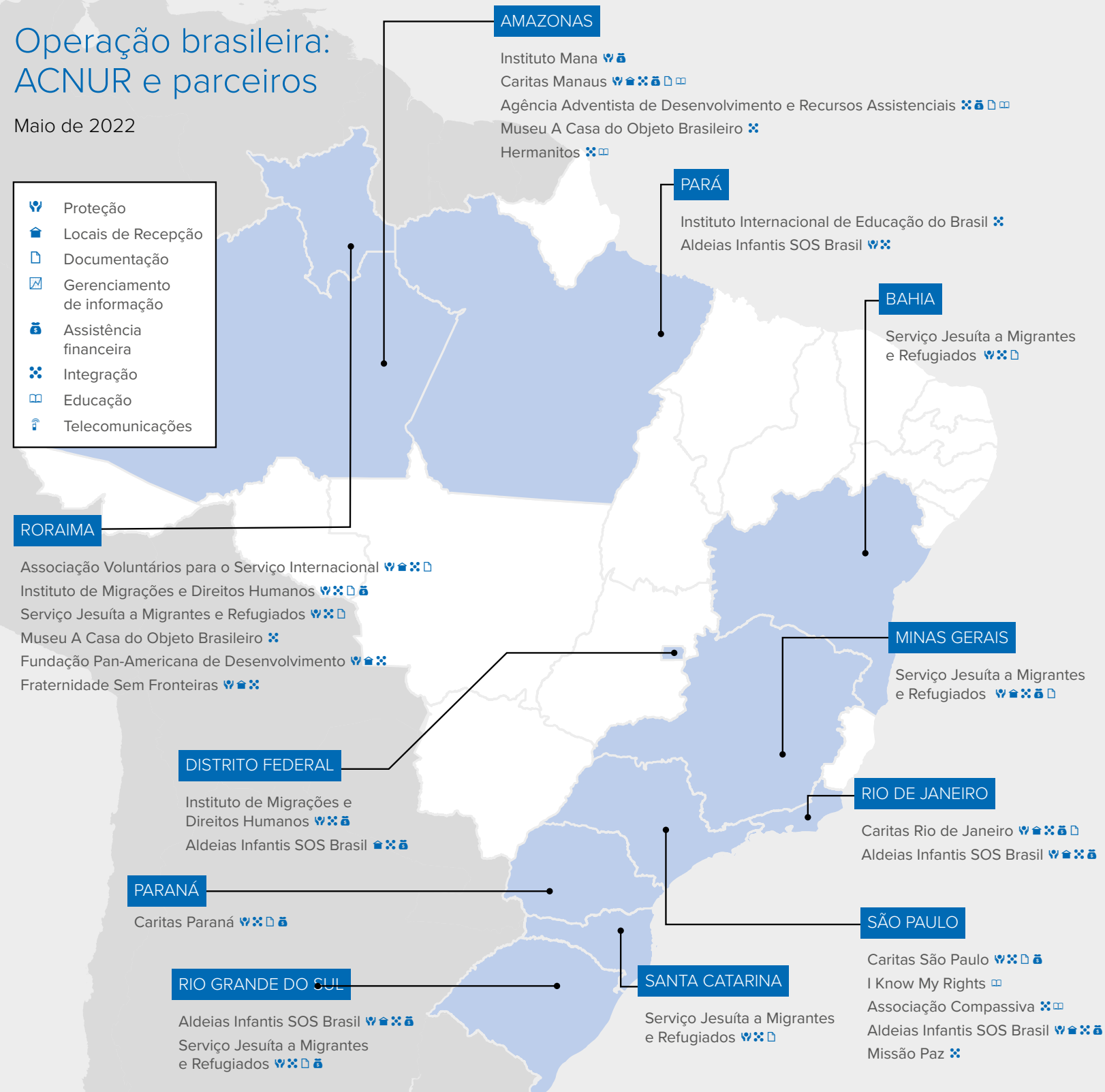
Julho de 2018  
© ACNUR /  
Reynesson Damasceno



## Operação brasileira: ACNUR e parceiros

Maio de 2022

-  Proteção
-  Locais de Recepção
-  Documentação
-  Gerenciamento de informação
-  Assistência financeira
-  Integração
-  Educação
-  Telecomunicações



Para facilitar o acompanhamento dos eventos, optou-se pela construção de um texto com características não tanto acadêmicas, permitindo que o amplo público interessado na temática se sinta convidado a conhecer os fatos aqui narrados e as interpretações produzidas. Espera-se, portanto, que este material sirva para a construção da memória institucional, apontando para as boas práticas desenvolvidas frente a um cenário desafiador, visto que foram ações centradas, em sua grande maioria, na necessidade de acolhimento e proteção da população venezuelana que se encontra no Brasil.

Entretanto, alguns esclarecimentos metodológicos são necessários. Há a predominância de uma abordagem qualitativa, que priorizou entrevistas de pessoas inseridas na resposta realizada no Brasil para esse deslocamento. Também se fez uso dos dados quantitativos, produzidos pelo ACNUR, por terceiros ou por outras pesquisas, os quais permitem ampliar os referenciais e produzir reflexões mais detalhadas sobre os objetos descritos aqui. Muitos desses dados estão presentes em documentos do ACNUR e da Operação Acolhida, além da consulta a outras fontes, como os trabalhos realizados por outros pesquisadores, já que se trata de uma ação que tem gerado muito interesse mundo afora.

A organização cronológica do texto é rompida em alguns momentos, dado o grande volume de eventos simultâneos. Houve, portanto, a necessidade de algumas inserções que fogem da regra cronológica mais estrita, focando em localidades ou atividades específicas, como no caso das descrições das ações do ACNUR em Belém.

As entrevistas realizadas foram pensadas de forma semiestruturada, permitindo maior flexibilidade às perguntas elaboradas, alterando ou acrescentando questionamentos de acordo com o fluxo da conversa e no melhor entendimento sobre o que o interlocutor tinha a dizer sobre os eventos narrados.

O formato desse tipo de entrevista é bastante dinâmico. Optou-se por capturar com precisão a fala das pessoas entrevistadas, com pequenas intervenções perante os questionamentos, para esclarecimentos e dúvidas que surgiram durante o processo. Optou-se, também, por gravar cada entrevista mediante consentimento do interlocutor, o que ocorreu na totalidade dos casos. As entrevistas produziram dados, mas, principalmente, facilitaram a compreensão daquilo que as fontes documentais e bibliográficas já apontavam.

O grande volume de chegadas de pessoas refugiadas ao Brasil (para os padrões nacionais), predominantemente através do Estado de Roraima, região de baixa densidade demográfica e de serviços em desenvolvimento, tornou complexo o desafio de acolher essas populações segundo padrões adequados de proteção e de acesso a direitos. Muitas das ações que compuseram essa resposta foram inéditas e exitosas e seu registro em livro permite que se tornem referência para situações similares no futuro.

Dentro da perspectiva institucional, o presente livro procura, por meio de uma abordagem cronológica, desenvolvida a partir da atuação do ACNUR, reconstruir toda a complexidade da construção de respostas aos desafios de acolhimento, que contaram com diferentes atores, como autoridades federais, estaduais e municipais, sociedade civil, academia e setor privado. Esses diversos órgãos e entidades, alguns sem experiência prévia na atuação em situações de deslocamento forçado de pessoas, inovaram em protocolos e modos de atuação, tornando-se indispensáveis para o sucesso da resposta humanitária. Finalmente, as agências da ONU, no marco dessa atuação conjunta, fortaleceram a coordenação interagencial dentro da Operação Acolhida, particularmente por meio da Plataforma de Coordenação R4V, em uma perspectiva inovadora no Brasil e no mundo.

2016 - 2017

# As primeiras avaliações sobre o contexto da fronteira norte e os desafios a serem vencidos

Antes da Operação Acolhida, ACNUR e parceiros da sociedade civil já atuavam em Roraima para responder às necessidades de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela em busca de proteção.

Março de 2017  
© ACNUR / João Jarochinski



As primeiras ações do ACNUR em Roraima ocorreram em outubro de 2016, com visitas técnicas e avaliações das necessidades de proteção de pessoas venezuelanas que já chegavam em Pacaraima e em Boa Vista. Vale ressaltar que, em 2014, foram recebidas, no Brasil, 122 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de pessoas venezuelanas. Esse número aumentou para 868 em 2015, e 1.247 solicitações foram submetidas apenas no primeiro semestre de 2016. Nessas avaliações iniciais, identificou-se ainda que ao menos 4 mil pessoas venezuelanas aguardavam atendimento pela Polícia Federal em Roraima, sendo tais atendimentos agendados para início de 2018.

Ainda em 2016, começaram as primeiras ações governamentais relativas às pessoas venezuelanas que se encontravam no Brasil, como a tentativa de deportação de um grupo de pessoas que residia nos arredores da feira do Passarão, em Boa Vista. Essa medida, que pretendia realizar uma deportação coletiva para a Venezuela de aproximadamente 450 pessoas, acabou sendo frustrada pela intervenção judicial provocada pela Defensoria Pública da União (DPU)<sup>2</sup>.

Essa situação ocasionou significativas mudanças na dinâmica da resposta inicial ao deslocamento de pessoas venezuelanas. A primeira é que boa parte da comunidade local se informou sobre o ocorrido, de modo que foram realizadas diversas ações de apoio aos refugiados e migrantes pela sociedade civil. Além disso, houve o envolvimento de órgãos governamentais, com a organização do primeiro abrigo para essas pessoas pelas autoridades estaduais de Roraima.

A abertura do abrigo Pintolândia, em dezembro de 2016, marcou o início de uma ação de abrigo<sup>3</sup> inédita. O espaço atendeu, inicialmente, indígenas e não indígenas. Isso foi modificado com o tempo, pois verificou-se a necessidade de cuidados específicos aos indígenas e outros tipos de demandas e organização por parte dos não indígenas.

O deslocamento indígena, notadamente de povos da etnia Warao, faceta mais visível no início desse processo, trouxe algo até então pouco presente na governança migratória brasileira: o deslocamento internacional de povos tradicionais. Além da nítida situação de vulnerabilidade dessas pessoas, um dos aspectos que dificultava ainda mais uma resposta específica para essa população era justamente a ausência de dados governamentais desagregados por etnias, limitando-se à nacionalidade das pessoas.

Porém, em 2016, tudo ainda era incipiente e o pensamento dos atores antecipava um deslocamento passageiro de pessoas, não sendo necessário elaborar uma resposta mais complexa. A noção de uma temporalidade curta, que não demandaria intervenções longevas, era a perspectiva de algumas autoridades, conforme pode ser observado pelos relatos feitos por aqueles que participaram das primeiras reuniões e ações que cuidaram do tema. Percebe-se que, naquele momento, não existiam padrões nas respostas dadas às necessidades dos que chegavam e não se percebia que a situação na Venezuela tinha o potencial de gerar o que é hoje: o maior deslocamento humano recente nas Américas.

Em vista dessa nova situação fática, a demanda pela proteção dessa população foi crescendo, em intenso diálogo e troca de experiências entre as autoridades locais e entidades da sociedade civil, que pela primeira vez vivenciavam uma dinâmica de intenso deslocamento populacional. Apontar isso é fundamental para se compreender a natureza dos desenvolvimentos que se sucederam, favorecendo o aprendizado e o aperfeiçoamento a partir da vivência histórica.

A dinâmica de recepção e de apoio a essas pessoas contou com a atuação relevante de setores da sociedade civil roraimense, com destaque para o Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima (CMDH), e de entidades vindas de outros lugares do Brasil, como a Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI), que colaborou na prestação de apoio voluntário às pessoas no abrigo e em outras medidas de assistência.

A partir de então, houve uma importante mudança no contexto da resposta à chegada de refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima. Em 2017, o ACNUR, com a contribuição do Governo dos Estados Unidos e de doadores privados, começou a atuar de forma mais constante e estruturada na resposta e, em maio, em razão das emergentes consequências humanitárias da situação, elevou sua operação no Brasil à Emergência de nível 1.

## Níveis de Emergência designados pelo ACNUR para suas operações

Fonte: Policy on Emergency Preparedness and Response. Tradução nossa.

- |   |   |   |
|---|---|---|
| <b>Preparação proativa</b>                      | 1 | O <b>nível 1</b> é ativado quando uma operação de país tem de se preparar para uma provável emergência humanitária, mas enfrenta dificuldades tão significativas em termos de recursos, pessoal ou perícia que é incapaz de planejar ou implementar ações de preparação para um cenário de emergência de alto risco. A ativação desse nível desencadeia o apoio do Escritório Regional, da Divisão de Emergência, Segurança e Abastecimento (DESS no acrônimo em inglês) e de outras divisões. O apoio pode incluir missões e iniciativas de preparação para a obtenção de recursos humanos, financeiros e materiais. |
| <b>Apoio reforçado da Divisão de Emergência</b> | 2 | O <b>nível 2</b> é ativado quando uma operação requer apoio e recursos adicionais, principalmente do Escritório Regional, a fim de responder no prazo certo e de forma eficaz.  |
| <b>Resposta integral do ACNUR</b>               | 3 | Uma emergência de <b>nível 3</b> é ativada em situações excepcionalmente graves em que a escala, o ritmo, a complexidade ou as consequências da crise excedem as capacidades de resposta existentes tanto das operações do país relevante(s) como do Escritório Regional, e exigem uma resposta corporativa, integral do ACNUR.   |





Comida arrecadada pela comunidade venezuelana em diversas partes do país é distribuída em um dos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista (RR)

Novembro de 2017  
© ACNUR / Reynesson Damasceno

No mesmo período, notou-se também o maior envolvimento de outras autoridades brasileiras, as quais começaram a empreender melhorias nas condições de intervenção no território e no arcabouço normativo. Essa mudança de postura já pôde ser percebida quando o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) estabeleceu a Resolução Normativa nº 126 de 2017, que buscou criar mecanismos de regularização migratória por meio da autorização de residência temporária para as pessoas venezuelanas, evidenciando que já se observava, por parte das autoridades federais, preocupação com o tema<sup>4</sup>. Entretanto, a via da regularização migratória ainda tinha um alto grau de exigência documental e, mesmo que disponível, apresentava desafios para sua efetivação. A flexibilização documental e a consequente facilitação desta modalidade de regularização ocorreram posteriormente, com as reedições da referida Resolução Normativa nº 126 do CNIg, já na égide da nova Lei de Migração<sup>5</sup>. Ainda assim, percebeu-se que a opção da residência temporária não era amplamente conhecida entre migrantes e refugiados venezuelanos que chegavam ao Brasil.

Os relatos também indicavam uma tendência na continuidade das chegadas. Tensões sociais na Venezuela geradas a partir de situações que compreendiam desde o desabastecimento de itens básicos até cenários de perseguição ilustravam uma instabilidade institucional e econômica que também impactava de forma intensa o cotidiano das pessoas, a ponto de muitas delas terem que deixar o país.

Com o aumento significativo da chegada de pessoas venezuelanas, incluindo indígenas, particularmente da etnia Warao, evidenciaram-se dificuldades de atendimento. As autoridades de fronteira responsáveis pelo controle migratório e ações correlatas ainda careciam de melhor estrutura e de corpo técnico especializado para a demanda que se impunha.

Dada à dificuldade de processamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, a Polícia Federal permitiu que voluntários facilitassem sessões informativas e auxiliassem os solicitantes no preenchimento do formulário. Era evidente a necessidade de fortalecer a capacidade de receber e processar essas solicitações, que foi atendida, em um primeiro momento, com missões de servidores da Polícia Federal para satisfazer essa demanda em Roraima. Com isso, o processamento das solicitações da condição de refugiado de pessoas venezuelanas, que nos primeiros meses de 2017 correspondiam a cerca de 185 pedidos por mês, chegaram a uma média de 1000 solicitações entre março e junho, até atingir uma média mensal de 2500 solicitações entre julho e outubro de 2017, refletindo também um represamento por atendimento e documentação.

Reunião realizada na sede da Polícia Federal em Boa Vista (RR), com a presença de membros do ACNUR e sociedade civil.

Outubro de 2017  
© ACNUR / Divulgação





Em busca de documentação brasileira, pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela fazem fila na porta da Polícia Federal em Boa Vista (RR)

Novembro de 2017  
© ACNUR / Luiz Fernando Godinho



Com a Resolução Normativa n.º 24 de 2017 do Conare<sup>6</sup>, o formulário de solicitação do reconhecimento da condição de refugiado, que antes possuía quase 10 folhas, passou a ter 5 folhas. Foram evidentes os ganhos com essa diminuição, mostrando uma preocupação em gerenciar um número cada vez mais significativo de solicitações. A demanda passou a ser mais bem atendida com o relevante apoio da equipe de voluntários, organizados e apoiados pelo ACNUR e por grupos da Universidade Federal de Roraima, como o Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Fronteira (GEIFRON), do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima (CMDH), sob a liderança da Irmã Telma Lage, e do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), sob a liderança da Irmã Rosita Milesi. Parceiro histórico do ACNUR, o IMDH não possuía sede em Roraima, mas acompanhava as ações por meio de inúmeras missões de colaboradores vinculados ao seu escritório em Brasília.

Também em 2017, o ACNUR já desenvolvia um importante advocacy pelo fim das taxas administrativas cobradas pela Resolução Normativa n.º 126 de 2017 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) para os que desejavam se regularizar por meio dessa solução jurídica. Primeiro, ocorreu uma redução dos valores das taxas por decisão governamental e, depois, por meio de uma decisão judicial em agosto de 2017 deixaram de ser cobradas taxas para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. A Portaria Interministerial n.º 9, de março de 2018, que substituiu a Resolução Normativa em questão, já suprimia a cobrança de taxas, mostrando que se compreendeu melhor o perfil dos deslocados que se dirigiam ao Brasil<sup>7</sup>.

Tornou-se claro que o volume de pessoas a serem atendidas exigiria ações mais substanciais por parte das autoridades para que se conseguisse manter uma importante tradição brasileira, que é a da documentação de grande parcela das pessoas refugiadas que se encontram em território nacional. Entretanto, mesmo com a vinda das missões da Polícia Federal, que aumentaram o efetivo em Roraima, ainda restava um passivo que só foi totalmente solucionado com a Operação Acolhida. Parte dessas ações já eram acompanhadas pelo ACNUR, a partir de seu escritório em Brasília, já que, durante o primeiro semestre do ano, foram realizadas diversas missões para Roraima, antes da abertura do seu escritório em Boa Vista e da reabertura do escritório em Manaus<sup>8</sup>. A chegada definitiva do ACNUR e a abertura do primeiro escritório do sistema ONU em Roraima, bem como a reabertura do escritório em Manaus, em junho de 2017, possibilitaram um melhor desempenho dessas ações e maior apoio às atividades da sociedade civil que, em uma relação de confiança mútua, trouxe resultados importantes para as pessoas refugiadas venezuelanas e a comunidade de acolhida.

Ao se estabelecer em Boa Vista, o ACNUR conseguiu a abertura de um diálogo proveitoso com a Polícia Federal e com entidades já atuantes em Roraima, buscando estabelecer um relacionamento propositivo para ajustes operacionais que se mostravam necessários. Essas e outras ações começam a ser desenvolvidas mesmo com um grupo pequeno de funcionários do ACNUR, os quais acabaram desempenhando diversas atividades visando à proteção da população deslocada, que abarcavam a assistência direta, o referenciamento, passando pela realização de registros nos locais em que essas pessoas se encontravam, até relações institucionais com os governos locais.



Referência da proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Brasil, a Irmã Rosita Milesi (C) tem tido atuação fundamental na resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos para o país

Março de 2017  
© ACNUR / Luiz Fernando Godinho





Mulheres venezuelanas e brasileiras pintam muro de abrigo da Operação Acolhida para promover atividades dos 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero

Dezembro de 2017

© ACNUR / Allana Ferreira



Equipes do ACNUR registram pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela que vivem na praça Simon Bolívar, em preparação às primeiras transferências para abrigos da Operação Acolhida

Março de 2018

© ACNUR / Reynesson Damasceno

Ressalta-se que a atuação do ACNUR e de seus parceiros não ficou restrita ao atendimento e assistência aos refugiados e solicitantes da condição de refugiado, mas assumiu também protagonismo na organização da resposta humanitária, destacando-se em relação ao tema das pessoas venezuelanas que se encontram no Brasil. O ACNUR promoveu reuniões entre os diversos entes envolvidos na resposta, tais como representantes das municipalidades envolvidas, governo do Estado de Roraima, Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Conselho Tutelar, Defensoria Pública Estadual e Assembleia Legislativa, que vieram a somar aos esforços já empreendidos por Defesa Civil, Defensoria Pública da União, Polícia Federal, Universidade Federal de Roraima, Núcleo de Promoção, Prevenção e Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas da Assembleia Legislativa de Roraima e o organizações da sociedade civil como a Pastoral Universitária e CMDH, trazendo à mesa diversos atores e instituições para debater ações coordenadas.

A decisão do ACNUR de estabelecer presença em Roraima demandou uma série de arranjos. O primeiro foi a própria organização do escritório em Boa Vista. Existia a necessidade de consolidar um espaço para coordenação e atendimento de pessoas venezuelanas, em razão da ausência, à época, de mais instituições que tivessem experiência no atendimento às especificidades dessa população. Naquele momento, algumas entidades já se destacavam em suas ações, como a Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI), atuante desde 2016, mas faltavam espaços para atendimentos específicos em favor da população venezuelana, tais como para o encaminhamento de casos vulneráveis, sessões informativas e orientações em geral.

O escritório do ACNUR foi instalado no campus da Universidade Federal de Roraima, por meio de uma parceria que já existia com o ingresso da UFRR na Cátedra Sérgio Vieira de Mello<sup>9</sup> em maio de 2017. Além do escritório, a universidade e o ACNUR estabeleceram a parceria para a criação do Centro de Referência para Refugiados e Migrantes na UFRR, o que foi possível por meio de contrapartidas realizadas pelo ACNUR, como a reforma das instalações do prédio.

Mesmo com todas essas primeiras medidas, a situação em Roraima ainda era bastante precária, e as ações do ACNUR incluíam verificações em espaços em que as pessoas venezuelanas buscavam alojar-se, tais como a Praça Simón Bolívar, identificação de vulnerabilidades e encaminhamento para a rede local, apoio na organização das filas na Polícia Federal e administração dos voluntários da parte de documentação.

Com o aumento da chegada de pessoas venezuelanas no Brasil em 2017, percebeu-se uma maior presença dessas pessoas residindo nas ruas e em ocupações espontâneas em Roraima. Nesse momento, outras entidades também procuraram se estabelecer na localidade, conferindo maior robustez às respostas oferecidas a essas pessoas e aumentando significativamente o volume de ações realizadas.



Nesse contexto, é importante destacar a atuação da Diocese de Roraima e o papel da Igreja da Consolata, a qual, além de ter abrigado em seu espaço um grande número de pessoas por um longo período (e, posteriormente, disponibilizado espaço físico para instalação de um dos abrigos da Operação Acolhida), ainda hoje, por meio de seu projeto “Mexendo a Panela”, continua a apoiar pessoas que se encontram em situação de rua em Boa Vista.

Com o aumento significativo e visível no número de pessoas refugiadas e migrantes vivendo em situação de rua, especialmente nas praças e entorno da Rodoviária Internacional de Boa Vista, o governo de Roraima criou o abrigo Tancredo Neves em outubro de 2017. O novo espaço demandou intenso trabalho na tentativa de reduzir a insalubridade local, no oferecimento de atividades de proteção e registro das pessoas que lá habitavam, de forma semelhante ao que era desenvolvido na Praça Simón Bolívar.

Na esfera do abrigo, a partir daí adotou-se a separação de beneficiários indígenas e não indígenas, tendo lugar, no abrigo Tancredo Neves, em Roraima, a primeira ação de abrigo para não-indígenas venezuelanos, e destinando-se o Pintolândia para abrigo da população indígena. Esse padrão é seguido até hoje, pois se mostrou mais eficiente no sentido de conferir proteções e cuidados específicos para os distintos grupos.

Em Pacaraima, em novembro de 2017, o governo local, com apoio de ACNUR e outras organizações, estabeleceu o abrigo Janokoida, que ainda hoje beneficia grupos indígenas deslocados, sobretudo da etnia Warao. Na falta de abrigo suficiente, ressaltam as pessoas entrevistadas que ações de distribuição de itens de emergência, inclusive alimentares, foram de suma importância, como as desenvolvidas pelo Padre Jesús López Fernández de Bobadilla, pároco na cidade de Pacaraima e uma das primeiras pessoas a procurar suprir as necessidades primárias dessa população com o início da emergência.

Dentre as entidades que chegaram ao Estado de Roraima no final do ano, também se destacou a Fraternidade Sem Fronteiras, que depois viria a se tornar relevante parceiro da Operação Acolhida. A entidade é responsável pelo projeto “Brasil, um coração que acolhe”, em que são realizadas ações focadas na assistência psicossocial, abrigo, educacional, médica, na reinserção socioeconômica, na integração cultural e, posteriormente, na interiorização. Em dezembro de 2017, a Fraternidade Sem Fronteiras estabeleceu o abrigo Hélio Campos, em Boa Vista, que possuía capacidade para beneficiar cerca de 100 famílias.

No abrigo Tancredo Neves, em Boa Vista (RR), equipes do ACNUR identificam necessidades das pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela

Novembro de 2017  
© ACNUR / Reynesson Damasceno





Inicialmente, as ações relacionadas com abrigamento se desenvolveram em parceria com governos locais e organizações da sociedade civil, para quem o ACNUR ofereceu suporte, com intuito de garantir melhores condições para a população atendida. O ano de 2017 também evidenciou as dificuldades enfrentadas nesses primeiros abrigos antes da Operação Acolhida. Naquele momento, os recursos eram mais limitados e a demanda aumentava diariamente, não havendo alojamento disponível para todas as pessoas com necessidades específicas de proteção de forma célere e coordenada.

Além dos abrigos, a própria fronteira entre Venezuela e Brasil passou a ser foco de atenção, dada a inexistência de infraestrutura nesse espaço para o atendimento da demanda. Com presença constante na fronteira, o ACNUR, seus parceiros e outras organizações auxiliavam o Governo Federal, provendo boa parte das informações sobre o contexto e as vulnerabilidades específicas dessa população.

As atividades de registro de pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado eram realizadas utilizando-se o sistema ProGres<sup>10</sup>. Registrar as pessoas é relevante, pois com essas informações é possível desenvolver ações específicas focadas nas necessidades de proteção, melhorando a qualidade dos serviços prestados. Durante os primeiros anos, as informações coletadas por meio do proGres configuraram a base de dados da Operação Acolhida. Essas ações demandava um grande planejamento para impedir a formação de filas e favorecer a busca pelos casos de proteção de alto risco, neste momento realizada sem grande presença de órgãos estatais, que ainda não estavam plenamente engajados na resposta.



Por fim, no ano 2017, também se iniciaram ações mais intensas com foco na dinâmica do deslocamento de pessoas venezuelanas indígenas da etnia Warao. Além dos indígenas Warao, percebe-se também a presença de outros grupos indígenas oriundos da Venezuela no território brasileiro, como os Pemón, E'ñepá e Kariña. Muito embora essa população já vinha sendo atendida por algumas entidades, o ACNUR passou, a partir desse ano, a ter um papel bastante relevante nesse tema, tanto em Roraima, quanto em Manaus e Belém.

Em Manaus, naquele período, aproximadamente 500 venezuelanos de etnia Warao residiam no entorno da rodoviária local, em situação de bastante vulnerabilidade. Foi necessária, por isso, a reabertura do escritório do ACNUR nesta cidade. Além da experiência de poder público e sociedade civil conhecedoras da temática do deslocamento forçado de pessoas e de temas dos povos indígenas, a presença do ACNUR contribuiu com a reposta dada ao realizar apoios técnicos, apresentar demandas, estabelecer diálogos entre os poderes públicos e a sociedade civil e firmar parcerias.

---

Antes do início da Operação Acolhida, muitas pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela permaneciam ao relento nas ruas de Boa Vista (RR)

Fevereiro de 2018  
© ACNUR / Reynesson Damasceno



Dessa forma, uma das principais ações realizadas em Manaus naquele ano foi no apoio à instalação de cinco casas que funcionaram como abrigo para essa população, oferecidas ao Município, por meio da Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC). Para essas casas, o ACNUR doou materiais como geladeiras e fogões. Além disso, realizou capacitações para as autoridades municipais que lidavam com essa população e faziam o encaminhamento para os serviços de facilitação de documentação, em ações que também se repetiam na parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Assistência Social (SEAS), que manteve um abrigo chamado de Coroado para esse grupo. O escritório do ACNUR em Manaus acabou também por acompanhar a própria dinâmica de deslocamento de povos indígenas, que começaram a descer o rio Amazonas em direção à sua foz.

A presença de indígenas Warao também é percebida em localidades como Santarém e Belém, ambas no Pará, onde se desenvolvem práticas de abrigo e acolhida de tipos distintos das que eram realizadas em Roraima e que, mais para frente, levou à expansão das atividades do ACNUR com presença na localidade.

Assim, os anos de 2016 e 2017 exigiram um diálogo intenso e mobilização entre os diversos atores engajados na resposta inicial. Ao mesmo tempo, propiciaram um ambiente de coordenação favorável a identificação de possíveis parceiros que pudessem auxiliar na sua consolidação, incluindo a chegada de outras agências da ONU. No final de 2017, muitas autoridades públicas brasileiras, principalmente as federais, estavam mais envolvidas na temática. Assim, por meio da interlocução positiva que o ACNUR estabeleceu com as autoridades brasileiras envolvidas na recepção de refugiados e migrantes venezuelanos, audiências públicas, ações conjuntas e estabelecimento de grupos técnicos de discussão e coordenação, abriu-se espaço para a consolidação da Operação Acolhida nos moldes em que viria a ser realizada. Já em 2017, identificava-se que procedimentos de fronteira ágeis e amplos, assistência humanitária primária, abrigo digno e realocação voluntária para outras cidades seriam as linhas base para uma estratégia emergencial sustentável. Porém, ainda persistiam lacunas e divergências sobre sua operacionalização.

Neste sentido, destaca-se a realização da AmazonLog, em novembro de 2017, um exercício de logística multinacional interagências, conduzido pelo Comando Logístico do

Exército Brasileiro em Tabatinga, AM, que contou com participação de ACNUR e outras organizações. O exercício de simulação de acolhimento de centenas de pessoas deslocadas forçadamente buscou estabelecer as bases de atuação para esse tipo de cenário na região amazônica.

As pessoas entrevistadas para a presente publicação realçam o papel de protagonista do ACNUR no sentido de incentivar as autoridades públicas a criar programas emergenciais e de políticas públicas para a população venezuelana. A título de ilustração, em dezembro de 2017, o ACNUR organizou uma missão para a Jordânia para ajudar o Estado brasileiro a desenvolver técnicas de abrigo e de registro das populações, além de reforçar seus programas de reassentamento. Os conhecimentos proporcionados por essa experiência foram importantes para auxiliar no desenho do que viria a ser a interiorização, já que ela guarda componentes similares ao do reassentamento. A convite do ACNUR, participaram da missão a Casa Civil, os Ministérios da Justiça, Desenvolvimento Social (hoje Ministério da Cidadania), Relações Exteriores e Defesa, bem como representantes da Escola Nacional de Administração Pública e da Agência Brasileira de Inteligência.

Desses primeiros esforços surgiram estratégias que foram fundamentais no aprofundamento seguinte das ações desenvolvidas por todo o sistema ONU no Brasil. As ações do ACNUR buscaram contemplar as diversas vulnerabilidades que foram observadas no campo, não só em Boa Vista, mas também junto da fronteira com a Venezuela e foram construídas a partir das missões regulares de funcionários do ACNUR a Pacaraima.

Apesar dos desafios no acolhimento, no registro e na integração, o Brasil manteve um clima de solidariedade para com as pessoas refugiadas. Houve um aumento no nível de interesse, engajamento do setor público e, também, privado em relação ao tema, mesmo em um contexto econômico complexo. O aumento das pessoas venezuelanas em situação de vulnerabilidade, entretanto, trouxe desafios em termos de proteção e da integração. A insuficiência de serviços públicos essenciais acentuou-se, na medida em que a situação na Venezuela impunha também o deslocamento de famílias numerosas, mulheres grávidas, pessoas idosas e pessoas com problemas de saúde graves, e o mercado de trabalho formal em Roraima não era capaz de absorver a mão de obra que buscava inserção, em grande parte, jovem e bem-educada<sup>11</sup>.



Criança venezuelana em frente às barracas montadas pela população refugiada e migrante em uma das praças de Boa Vista (RR), antes de ser transferida para um abrigo da Operação Acolhida

Março de 2018  
© ACNUR /  
Reynesson  
Damasceno

Mesmo com todo esse rol de ações, o ano de 2017 terminou com uma estrutura ainda limitada de acolhimento, em um país de dimensões continentais, com um número insuficiente de autoridades públicas atuando diretamente nas ações para as pessoas refugiadas. Essa limitação das respostas dadas trazia problemas de ordem cotidiana, tais como: desconhecimento sobre como solicitar o reconhecimento da condição de refugiado e formas de regularização migratória; demora nas decisões sobre solicitações do reconhecimento da condição de refugiado; insuficiência de ações de acolhimento, como abrigos estruturados e assistência financeira; falta de acesso à moradia e processos para locação de imóveis extremamente burocráticos e caros; falta de fontes de informações unificadas e confiáveis, principalmente sobre documentação; dificuldade para abrir contas bancárias; discriminação e xenofobia.

É a partir da percepção e avaliação de algumas dessas principais demandas que se começou a construção de um cenário que, no ano seguinte, resultaria na criação de uma resposta bastante ampla, capaz de resolver ou minorar diversos desses problemas, a qual foi resultante de tentativas, debates amplos em que temas específicos começaram a ser pormenorizados, permitindo o vislumbre de competências de parceiros, além de melhorar as ações para identificação de vulnerabilidades e necessidades da população. Estavam assim lançadas as bases daquilo que seria a maior operação humanitária em resposta ao deslocamento humano de pessoas refugiadas no território brasileiro.





2018 - 2019

## O surgimento da Operação Acolhida e a expansão da atuação na emergência para outras áreas do país

Em Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela, cidadãos venezuelanos aguardam o momento de serem registrados pelas equipes do ACNUR

Julho de 2018  
© ACNUR /  
Reynesson  
Damasceno

Entre o final de 2017 e 2018, percebeu-se o aumento acentuado no número de recém-chegados da Venezuela, muitos destes utilizando também o Brasil como país de trânsito para chegar a outras partes da América do Sul, como Chile, Argentina, Peru, além daqueles que buscavam, por laços de ancestralidade, chegarem a Europa. No final de 2017, havia cerca de 18 mil solicitações da condição de refugiado de nacionais venezuelanos no Brasil. Entraram no Brasil, entre 2017 e 2018, 328.753 pessoas venezuelanas (OBMIGRA, 2019)<sup>2</sup>. Em determinados momentos deste período, verificava-se a chegada de mais 800 pessoas por dia (ACNUR, 2018)<sup>3</sup>, muitas em condições de extrema vulnerabilidade e com necessidade urgente de proteção, alimentação, abrigo e assistência médica.

Embora na passagem de 2017 para 2018 esse aumento do número de chegadas de pessoas venezuelanas já era esperado, ficou visível que a estrutura na fronteira não dispunha de meios para acolher a população venezuelana. Ainda que essas pessoas deslocadas forçadamente tivessem garantido o acesso formal à saúde, educação e trabalho, a efetivação de soluções mais integradas, abrangentes e sustentáveis para refugiados ainda era um desafio. A crise na Venezuela piorava e as demandas por ações nos países limítrofes, como o Brasil, permanecia.



Assim, em fevereiro de 2018, o Governo Federal resolveu atuar de forma mais evidente no Estado de Roraima. Era o surgimento da Operação Acolhida, esforço responsável pelas diversas ações desenvolvidas na recepção, acolhimento e interiorização de pessoas venezuelanas dentro do território brasileiro. Com a interiorização, a abrangência da ação dá-se por todo o território brasileiro, enquanto as atividades de documentação e acolhimento ficam concentradas no Estado do Amazonas e no Estado de Roraima, este último, como já mencionado, principal localidade de ingresso no país de pessoas advindas da Venezuela. A Operação é fruto de uma perspectiva que vislumbra, nesse deslocamento, um evento emergencial, devido ao quadro de vulnerabilidade apresentado pelas pessoas refugiadas venezuelanas que, em números expressivos, passam a ter o Brasil como destino ou como país de trânsito.

Com tais premissas, desenhou-se uma operação humanitária que atuaria de forma coordenada. O maior protagonismo seria das autoridades brasileiras, com a colaboração das organizações internacionais, com destaque para aquelas do sistema ONU, além do relevante apoio da sociedade civil, academia, setor privado e a sociedade como um todo. Para que isso funcionasse, foi necessário promover, por meio do Decreto nº 9.286, de 15 fevereiro de 2018<sup>14</sup>, a composição do Comitê Federal de Assistência Emergencial como forma de direcionar a resposta ao deslocamento de venezuelanos no Estado de Roraima.

A esse Comitê caberia “estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias da administração pública federal para a execução das medidas de assistência” (BRASIL, 2018), a partir da elaboração de um plano operacional, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, indicando o esforço multiministerial e o alinhamento das esferas federal, estadual e municipal nessa medida.

Diante da finalidade indicada pela Casa Civil, foi designada uma Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) para executar as providências logísticas necessárias, por meio da Medida Provisória nº 820, de 16 de fevereiro de 2018, posteriormente convertida na Lei nº 13.684 de 2018<sup>15</sup>, como apoio para o acolhimento das pessoas venezuelanas. Além disso, essa normativa possibilitou a realização de prestação de serviços com o objetivo de atender outras demandas de assistência e integração. Tais ações viabilizaram a mobilização da FT Log Hum na construção e efetivação de atividades para atendimento aos venezuelanos que se encontravam em situação de rua e em condições de vulnerabilidade, além de buscar soluções para seu acolhimento e inserção laboral e organizar o denominado ordenamento de fronteira.

Nesse momento, o ACNUR teve a oportunidade de participar da discussão que resultou na estruturação da Operação Acolhida. Na semana seguinte à promulgação da Medida Provisória, o governo brasileiro sediou em Brasília, a Reunião de Consulta da América Latina e do Caribe como Contribuição Regional para o Pacto Global sobre Refugiados, com a presença de representante de todos os países da região e do Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi. Este evento culminou com a adoção do documento “Os 100 pontos de Brasília – Contribuições da América Latina e do Caribe para o Pacto Global sobre Refugiado<sup>16</sup>” e iniciou o processo de assinatura e ratificação do primeiro Acordo Sede entre a República Federativa do Brasil e o ACNUR em fevereiro de 2018, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2021 e entrou em vigor em junho desse mesmo ano. O evento também criou o cenário ideal para que o Alto Comissário pudesse pactuar a participação da agência na resposta humanitária ao movimento venezuelano.

Em Brasília, Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi (D), se reúne com o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e encaminham Acordo Sede do ACNUR para aprovação do Congresso Nacional

Fevereiro de 2018

© Agência Brasil / Wilson Dias





Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi (D), é recebido no Palácio da Alvorada pelo então Presidente da República, Michel Temer

Fevereiro de 2018  
© PR / Marcos Correa



Em 19 de fevereiro de 2018, o Alto Comissário esteve em audiência com o presidente Michel Temer, ocasião em que reforçou apoio irrestrito do ACNUR à assistência humanitária à população venezuelana, e, principalmente, à ideia ainda incipiente de um programa de “interiorização”, que facilitasse a integração local em diferentes estados brasileiros. Poucos dias depois, em 21 de fevereiro, o Alto Comissário reuniu-se com o Prefeito de São Paulo, João Dória, quando debateu as possibilidades de apoio do município paulista ao acolhimento da população venezuelana abrigada em Boa Vista. Como resultado dessa reunião, o Prefeito Dória anunciou que contribuiria com 500 vagas em abrigos públicos da cidade para a recepção dessas pessoas em parceria com o Governo Federal, criando as condições para o início da futura estratégia de interiorização.

A proximidade entre o ACNUR e o município de São Paulo, que viabilizou tão importante negociação para a resposta emergencial, advém de um longo trabalho conjunto guiado pela ideia de São Paulo como uma “cidade solidária” aos refugiados. A iniciativa Cidades Solidárias do ACNUR, nascida no âmbito do Plano de Ação do México (2004) e reconhecida pelo Plano de Ação do Brasil (2014), destaca os esforços feitos pelos governos locais para a implementação de políticas públicas municipais que promovam a proteção

e a integração de pessoas refugiadas e apátridas. São Paulo inclusive sediou, em 2018, encontro internacional de cidades solidárias reunindo municípios como Nova Iorque, Buenos Aires, Porto Alegre e Teerã para trocar boas práticas e debater desafios conjuntos. Esse tipo de comprometimento de cidades com a proteção de pessoas refugiadas resulta em contribuições fundamentais, como essa que conferiu as bases para o pilar de interiorização da Operação Acolhida.

Desde o início da emergência, como apontado anteriormente, o ACNUR vinha atuando junto às instituições locais, trabalhando na identificação de desafios e implementação de soluções em benefício da população venezuelana e comunidade brasileira de acolhida em Roraima. Foram diversas iniciativas realizadas em conjunto com parceiros e diferentes instâncias municipais e estaduais, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento das capacidades do Poder Público, transferência de expertise nos temas relacionados à proteção de refugiados e fomento de acesso das pessoas venezuelanas às políticas públicas existentes, o que contribuiu com o alto nível das ações realizadas, assim como o apoio à resposta do governo brasileiro. Tal resposta materializa-se na figura da Operação Acolhida, que será descrita brevemente abaixo.

## Operação Acolhida

A Operação Acolhida foi construída a partir da atuação do Governo Federal e contribuição preliminar de diversas organizações, incluindo o ACNUR, na sua idealização, planejamento e execução. Isso possibilitou um significativo aumento na capacidade de atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos, do ponto de vista qualitativo e, mais ainda, quantitativo, pois foi capaz de estabelecer novos parâmetros de acolhimento e novas medidas focadas no acesso a meios de vida e integração local. Desde 2018, a Operação continua a ser renovada, prestando um serviço às pessoas venezuelanas que se encontram no Brasil. Ela é estruturada em três pilares, quais sejam: (i) ordenamento de fronteira e documentação, (ii) abrigamento e assistência humanitária, e (iii) interiorização.

## Sobre o Ordenamento de Fronteira e o Processo de Documentação

Este pilar concentra-se em ações e serviços de acesso à proteção internacional e documentação, vigilância sanitária e imunização. A partir dessa ótica, foram criadas estruturas capazes de organizar os serviços de atendimento, recepção e acolhimento dos refugiados e migrantes venezuelanos na entrada no país, o PRI (Posto de Recepção e Identificação) e o PTrig (Posto de Triagem). Apesar de atenderem majoritariamente a pessoas venezuelanas, este atendimento não está restrito ao grupo, pois outras nacionalidades também são atendidas e beneficiadas por essas estruturas inéditas.

O PRI, localizado apenas na cidade de Pacaraima, é o primeiro espaço a que as pessoas venezuelanas que atravessam a fronteira Venezuela-Brasil têm acesso. Nele, elas são recepcionadas, obtêm seu visto de entrada em território brasileiro, emitem seu cartão do SUS, recebem as vacinas obrigatórias do Programa Nacional de Imunização (PNI) e são orientadas sobre as possibilidades de documentação no Brasil. Também nesta estrutura já há a identificação de casos de crianças e adolescentes separados e desacompanhados, que são encaminhados para atendimento em sala própria da Defensoria Pública da União no local.

Já o PTrig, hoje PITrig (Posto de Interiorização e Triagem)<sup>17</sup>, contempla outras atividades, com destaque para a efetiva política de documentação ofertada pelo Brasil. Teve sua primeira unidade estabelecida em Pacaraima, em 2018, e, logo em seguida, em Boa Vista, sendo também instalado em Manaus em novembro de 2019. Nesses espaços, tem-se a presença de diversos órgãos estatais, agências da ONU, organismos internacionais variados, incluindo os parceiros do ACNUR, como a AVSI, com o objetivo de prevenir situações de violação de direitos e desenvolver medidas que possibilitem a posterior integração dessa população. É por meio do atendimento que o ACNUR e as organizações parceiras conseguem identificar um número crescente de pessoas com necessidades específicas de proteção no Brasil, incluindo fatores como orientação sexual e identidade de gênero, minorias indígenas, pessoas com deficiência e idosos. Esses atendimentos ajudam a realizar os encaminhamentos necessários para serviços existentes na própria Operação Acolhida (abrigamento, documentação e interiorização) ou ainda do serviço público local (como serviços de saúde no SUS).



Família venezuelana é registrada em posto de triagem na cidade fronteiriça de Pacaraima (RR)

Julho de 2018  
© ACNUR /  
Divulgação



Mesmo com o relevante empenho das autoridades brasileiras, sistema ONU e parceiros, verifica-se dificuldade das pessoas venezuelanas em terem efetivo acesso à assistência social pública existente, incluindo programas de transferência de renda<sup>18</sup>, como o programa Bolsa Família, substituído pelo Auxílio Brasil. Mapear grupos vulneráveis, assim como garantir que esses grupos sejam devidamente encaminhados e possam acessar os serviços disponíveis, em conformidade com padrões internacionais, como o marco dos ODS e da Agenda 2030<sup>19</sup>, foi e continua a ser um desafio para a Operação.

Além do PTrig, em Boa Vista ainda foi estabelecido, em 2018, na região da Rodoviária Internacional de Boa Vista, o Posto de Recepção e Apoio (PRA), em virtude da necessidade de alojamento provisório para as pessoas que estavam se concentrando no entorno deste local. Além do alojamento provisório, com espaço de pernoite e cuidado com pertences, há serviços de orientação e referência para os casos mais urgentes de proteção. Percebe-se que a proteção é um foco fundamental. Esse tipo de estrutura também foi replicada em Pacaraima e Manaus.

Outra estrutura importante, estabelecida em julho de 2018 com o apoio do ACNUR, foi o Centro de Referência aos Refugiados e Imigrantes, dentro da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O Centro, cuja instalação já havia sido definida em 2017, possibilitou que diversos tipos de serviços e atuações fossem oferecidos às pessoas refugiadas, desde a confecção de carteiras de trabalho até o acesso a ligações telefônicas gratuitas para os parentes e amigos que continuavam residindo na Venezuela, numa verdadeira estrutura interagencial e com o apoio de algumas entidades não governamentais. É importante frisar que, já naquele momento, existiam dezenas de estagiários oriundos do corpo discente da universidade atuando junto ao ACNUR. Essa relação gerou inúmeras oportunidades para os estudantes que, pela primeira vez, tinham a possibilidade de fazer parte da estrutura da ONU. Muitos destes hoje integram os quadros do próprio ACNUR ou de outras agências, além de atuarem em organizações parceiras, numa realidade única dentro do contexto estudantil roraimense. Destaca-se, ainda, a instalação, pela Secretaria Municipal de Gestão Social, de um posto do CRAS no espaço, fornecendo à população atendida serviços do Sistema Único de Assistência Social.

A dinâmica dessas estruturas visou criar uma rede de acolhimento capaz de assistir o beneficiário com os serviços do sistema público brasileiro e, assim, permitir o acesso aos principais documentos e informações que proporcionarão sua integração local. Além disso, o registro de pessoas venezuelanas e suas necessidades por diversas organizações internacionais, governamentais e da sociedade civil nas estruturas apresentadas são capazes de ofertar melhores condições de acompanhamento da população oriunda da Venezuela, e o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

## Sobre o Abrigamento e a Assistência Humanitária

O segundo pilar, Abrigamento e Assistência Humanitária, foi pensado a partir da condição de vulnerabilidade de parcelas da população venezuelana presente no Brasil, as quais encontravam em situação de rua, ou residindo em espaços de organização espontânea. Mesmo hoje, esse é um dos pilares mais relevantes, fazendo com que, no início de 2022, existissem, só no Estado de Roraima, aproximadamente 10 mil vagas de abrigamento. Dentro deste universo de vagas, há aquelas que possibilitam maior tempo de permanência aos seus beneficiários, como aquelas dos abrigos em que há RHUs (Refugee Housing Units, em inglês, ou Unidades de Habitação Emergencial), ou modalidades de mais curto prazo, com a utilização de barracas ou overlays. O protocolo dessa ação teve como elemento fundamental o projeto Better Shelter<sup>20</sup> (Melhor abrigamento, em português) isto é, um modelo arquitetônico de habitação utilizado pelo ACNUR em outras regiões do mundo. Porém, foram necessárias adaptações à realidade local para uso, as quais ainda vêm ocorrendo, como o desenvolvimento de novas RHUs mais adequadas ao clima extremamente quente de Roraima, as chamadas TSUs (Transitional Shelter Units, em inglês, ou Unidade Transitória de Alojamento).



Militares brasileiros montam barracas para receber os primeiros grupos de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela no abrigo Jardim Floresta, em Boa Vista (RR)

Março de 2018  
© ACNUR / Reynesson Damasceno



A manutenção dos abrigos não se limita à FT Log Hum e ao ACNUR, que realiza a gestão dos espaços devido ao de Acordo de Cooperação assinado com o Ministério da Cidadania (então Ministério de Desenvolvimento Social) em agosto de 2018, e renovado desde então. Outras organizações atuam em conjunto na coordenação direta desses abrigos e no apoio ao seguimento do abrigamento, com destaque para a AVSI, Fraternidade Sem Fronteiras, FUPAD e, anteriormente, a Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI).

As próprias Forças Armadas também fizeram o gerenciamento de alguns desses espaços, mostrando o alto grau de engajamento de todos os setores envolvidos com a Operação. Dentro dos abrigos, também é importante ressaltar a papel de outras agências da ONU e seus parceiros, e de organizações da sociedade civil, nas diversas atividades

de diversa índole implementadas, no dia –a-dia com a população abrigada, desde WASH, até nutrição, saúde, saúde sexual e reprodutiva, proteção da criança, entre outros.

O abrigamento emergencial em Roraima até hoje beneficiou mais de 45 mil pessoas e, neste sentido, é fundamental apontar a opção correta por abrigos urbanos – em oposição a abrigos em locais distantes das cidades – que facilitam o processo de integração dessas pessoas, além de permitirem aos parceiros o desenvolvimento de diversas ações que também visam a integração dos abrigados à cidade em que estão instalados. Os abrigos, com a exceção de alguns eventos esporádicos, mesmo para as pessoas que residiam no entorno, são espaços mais seguros, que garantem alimentação, itens básicos e cuidados específicos para população beneficiada.



Além da população abrigada, o ACNUR e parceiros prestam apoio à população que vive de aluguel e em ocupações espontâneas de Boa Vista e Pacaraima, realizando a identificação de vulnerabilidades e necessidades específicas, referenciamentos a serviços e abrigamento, sessões informativas, distribuição de itens não alimentares, atividades e ações de fortalecimento das estruturas comunitárias e autonomia das comunidades. Apoia-se, assim, a participação e a construção coletiva em busca de soluções, identificando com as comunidades estratégias que aproveitem suas próprias capacidades na construção de respostas para as diversas dificuldades que enfrentam.

Toda essa estrutura, que ao longo do tempo contou com o essencial apoio dos Governos de Estados Unidos, Japão, Itália, bem como do CERF, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da União Europeia por meio do ECHO<sup>21</sup>, conseguiu solucionar a importante questão das pessoas que se encontravam em condições precárias nas ruas e avenidas de Boa Vista, assim como no caso de diversas ocupações espontâneas, além de acolher pessoas vulneráveis que ingressavam no território nacional.

Em segurança, criança venezuelana passeia com sua bicicleta dentro do abrigo Jardim Floresta, o primeiro da Operação Acolhida em Boa Vista (RR)

Março de 2018  
© ACNUR / Reynesson Damasceno



Dentre as sucessivas ações de abrigo e abertura de novas instalações, a realocação voluntária em apenas um dia de cerca de 900 pessoas que se encontravam na Praça Simon Bolívar, em maio de 2018, é um marco de coordenação frente aos desafios em um contexto de intenso deslocamento forçado urbano. Neste sentido, a experiência internacional e a presença do ACNUR em Roraima, somado ao apoio logístico, os recursos humanos, a capacidade de ação das Forças Armadas e expertise do Ministério de Cidadania, permitiu construir em tempo recorde uma série de abrigos muito mais adequados que os instalados anteriormente, por respeitarem a estruturação do que se pode chamar de arquitetura humanitária.

A Operação Acolhida não desenvolve atividades de abrigo direto fora de Boa Vista e Pacaraima. O acolhimento de refugiados e migrantes em outras localidades fica a cargo da política socioassistencial, além da já tradicional atuação da sociedade civil organizada no tema. O apoio do ACNUR a essa rede de abrigos locais, públicos ou geridos por entidades sociais, nos diferentes estados brasileiros dá-se principalmente por meio de doações de equipamentos de infraestrutura, capacitação das equipes, criação de protocolos e fluxos de encaminhamento, e, quando possível, distribuição de itens não-alimentícios. A exceção é o financiamento integral de alguns abrigos vinculados à estratégia de interiorização, em parceria com entidades como Aldeias Infantis SOS Brasil, Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de Curitiba, a serem detalhados a seguir.



## Sobre a Interiorização

A Estratégia de Interiorização tem o objetivo de realocar voluntariamente a população venezuelana que deseja estabelecer-se em outras cidades brasileiras, aliviando, dessa forma, sua concentração no Estado de Roraima, e facilitando a integração socioeconômica em lugares com maiores oportunidades. O suporte do Governo é oferecido à população venezuelana em Roraima com prioridade para as pessoas acolhidas nos abrigos, para custear a realocação para outras cidades do país de forma organizada, com a recepção assegurada no destino e, dependendo da modalidade utilizada, com acompanhamento do processo de integração das populações deslocadas. Antes mesmo da iniciativa da interiorização, já se observava um deslocamento espontâneo expressivo de venezuelanos pelo Brasil, até mesmo para utilizar o país como trânsito para chegar a outros países da América do Sul.

Família venezuelana é recepcionada pelo ACNUR na Base Aérea de Brasília, cidade para a qual foram interiorizadas

Julho de 2018

© ACNUR /

Luiz Fernando Godinho





O primeiro voo de interiorização aconteceu em abril de 2018, com pessoas venezuelanas sendo abrigadas na cidade de destino de São Paulo, após apenas poucas semanas de articulação com governos locais e parceiros da sociedade. Atualmente, o ACNUR ainda atua fortemente nesta que foi a primeira modalidade de interiorização, chamada institucional. Hoje há quatro modalidades de interiorização vinculadas à Operação Acolhida<sup>22</sup>. A primeira é a institucional, que, como dito, foi a pioneira e que é, em grande medida, financiada pelo ACNUR, e tendo contado, ao longo dos anos, com o apoio do Governo dos Estados Unidos, Itália e da União Europeia por meio do IcSP<sup>23</sup>. Nela, há a transferência de uma pessoa/família abrigada em Roraima para um centro de acolhida e integração em outro estado, onde é acompanhada por um período de 1 a 3 meses e apoiada no processo de integração local. Depois, como uma decorrência natural dessa mobilidade pelo Brasil, surgiram as modalidades reunificação familiar e reunião social, através das quais a pessoa venezuelana solicita realocação para se reunir a membros de sua família ou pessoa conhecida que aceita a recepção. Além dessas duas, desenvolveu-se também a modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada – VES, que consiste num processo de intermediação de inserção da pessoa venezuelana no mercado de trabalho, para que se interiorize com um emprego já aprovado no destino. Nesta modalidade, o ACNUR também presta assistência financeira quando da chegada ao local de destino, a fim de que o beneficiário disponha de recursos enquanto finaliza os procedimentos de contratação e recebimento do primeiro salário.

Com a consolidação da estratégia de interiorização, mais famílias venezuelanas foram levadas de avião para outras partes do país

Setembro de 2019  
© ACNUR / Rafael Zart

A interiorização vem se consolidando como a principal ação no sentido de conferir meios de integrar essas pessoas no território brasileiro, motivo pelo qual a relevância e os impactos dessa ação são hoje muito destacados, contando inclusive com uma estrutura de alojamento de trânsito em Manaus (ATM), gerido por ACNUR e parceiros a partir de cooperação com o Ministério da Cidadania, que visa apoiar o deslocamento aéreo a partir da região amazônica. Atualmente a estratégia já beneficiou mais de 70 mil pessoas e, de maneira geral, as evidências demonstram ainda melhorias concretas na vida de pessoas interiorizadas, particularmente em termos de renda, ocupação e integração local.<sup>24</sup>

Essa estrutura de três pilares da Operação, que conseguiu responder a diversos desafios para garantir a proteção e o acolhimento das pessoas, mostrou-se possível somente a partir da decisão de federalizar a resposta humanitária, sob a coordenação estratégica da Casa Civil, a coordenação logística das Forças Armadas, e as lideranças dos diferentes ministérios nas áreas que lhes competem, visto que ela consegue articular as capacidades do estado frente às necessidades da região fronteira e às demandas dos refugiados e migrantes. O ACNUR continua apoiando este modelo de gestão, buscando fornecer diversos tipos de subsídios na construção e implementação da resposta.

Percebe-se, em curto espaço de tempo, uma melhoria significativa dos serviços de acolhimento para as pessoas deslocadas, muito em razão do trabalho desenvolvido por entidades da sociedade civil parceiras do ACNUR, tais como AVSI, Fraternidade Sem Fronteiras, Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), IMDH, ADRA, entre outros, que, aos poucos, expandiram suas atividades em Roraima.





Antes de serem enviados para Roraima, 504 militares são capacitados pelo ACNUR em temas de proteção e prevenção ao abuso e exploração sexual em São Paulo (SP)

Março de 2020  
© ACNUR / Divulgação

Também há que se destacar o importante papel que o ACNUR, juntamente com outras agências da ONU e organizações da sociedade civil, exerce na formação e qualificação dos contingentes das Forças Armadas que se dirigem para atuar na Operação. Esse treinamento é fundamental para a melhoria e padronização do atendimento dentro de uma ação tão ampla e que tem diversas trocas de contingentes, os quais devem ser ágeis no processo de adaptação para a nova missão.

Ainda em 2018, em coordenação com o governo federal, o ACNUR iniciou o registro biométrico de pessoas que ingressam no Brasil, com no sistema proGres v4<sup>25</sup>. O sistema foi fundamental na consolidação e coordenação inicial da estratégia da interiorização, além de facilitar a identificação de vulnerabilidades específicas e encaminhamentos.

## Coordenação Interagencial

Dada a complexidade da resposta estabelecida tanto no Brasil quando na região e ao acentuado deslocamento de pessoas venezuelanas, em abril de 2018, o Secretário Geral da ONU solicitou ao ACNUR e à OIM que coordenassem respostas operativas. Assim, a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (*Response for Venezuelans*) foi criada a nível regional com a liderança das duas agências, em setembro do mesmo ano. No Brasil, a Plataforma R4V começou a atuar em 2019, complementando o trabalho de coordenação já desenvolvido pelo governo federal, sendo uma importante rede de articulação do trabalho de agências da ONU e sociedade civil no marco da Operação Acolhida. Esta estrutura foi lançada após uma decisão do Coordenador Residente e dos Representantes do sistema ONU Brasil, que transformou o Grupo de Trabalho para a Resposta à Crise da Venezuela na nova plataforma interagência. Desde então, todo ano, a R4V define seu Plano de Resposta a Refugiados e Migrantes (RMRP, na sigla em inglês), um documento de joint appeal desenvolvido para apoiar e complementar os esforços das autoridades nacionais em toda a América Latina e no Caribe.

Além disso, em termos de cooperação das atividades, tendo em vista o contínuo incremento de pessoas venezuelanas chegando ao Brasil e a necessidade de seguir apoiando o governo brasileiro, em 11 de julho de 2018, o ACNUR designou para sua operação no Brasil o Nível 2 de Emergência. O expressivo número de pessoas venezuelanas dirigindo-se ao Brasil e suas respectivas necessidades de proteção, assistência e capacidade operacional continuaram a aumentar.

Em reconhecimento ao trabalho realizado, a Operação Acolhida, o ACNUR e outras agências da ONU receberam, no final de 2018, o “Prêmio Direitos Humanos 2018”, do então Ministério de Direitos Humanos. O reconhecimento a quatro agências do sistema ONU no Brasil e ao Exército brasileiro foi feito pelo Ministério dos Direitos Humanos em cerimônia que também premiou empresas, órgãos públicos, servidores e representantes da sociedade civil.

A partir dos resultados positivos em Roraima e identificação do aumento de pessoas venezuelanas indocumentadas no Amazonas, ocorreu a expansão da área de abrangência da Operação para a cidade de Manaus.

Em Manaus, o ACNUR, que já tinha um escritório funcionando desde 2017, junto com parceiros e outras agências da ONU, conseguiu fortalecer a dinâmica de atendimento de refugiados e migrantes venezuelanos junto à Polícia Federal, assim como estabeleceu ações de recepção para a interiorização. Outro elemento fundamental apontado foi que as transições políticas de troca de governo foram acompanhadas pelo ACNUR, no que se obteve a continuidade de diversas das ações já desenvolvidas, além da melhoria e da construção de novos processos de acolhimento e proteção.

Em termos comparativos, Roraima foi o local das grandes atividades, com um enorme volume de pessoas e estruturas que foram construídas para o atendimento dessa população. Já Manaus foi o local de ações mais focalizadas, mas muito efetivas, em que o ACNUR, com outras agências, tiveram um significativo papel facilitador, além do estabelecimento de parcerias estratégicas com órgãos diversos, como Caritas, SJMR, Instituto Mana (nos casos de proteção), Pastoral do Migrante, Posto Humanizado da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), ADRA (em termos de documentação e meios de vida), além da parceria para a ampliação da Casa Miga, focada na proteção de pessoas LGBTQI+. Percebe-se que, mesmo antes da chegada da Operação Acolhida em Manaus, as ações ali desenvolvidas, mostravam-se sustentáveis em médio prazo, motivo pelo qual têm podido ser ajustadas e melhoradas com o passar do tempo, em um verdadeiro legado para a temática do refúgio no Brasil.



A importância da Operação Acolhida foi reconhecida com o Prêmio Direitos Humanos, concedido à Força Tarefa Logística e Humanitária e a diferentes agências da ONU

Novembro de 2018  
© ACNUR / Luiz Fernando Godinho



Cursos profissionalizantes promovidos pelo ACNUR, com apoio dos seus doadores, dão melhores perspectivas de integração social e econômica às pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela

Novembro de 2018  
© ACNUR / Allana Ferreira



Foi nesse período que o ACNUR ampliou ainda mais sua atuação no município e acabou por atuar com atendimento de não-indígenas de forma mais intensa em seus esforços, principalmente com as pessoas que se encontravam em situação de rua, reforçando, por meio das parcerias, ações de viés de protetivo.

A extensão da Operação para Manaus não contemplou o viés de abrigamento, o qual continuou a cargo dos poderes públicos locais e das entidades não governamentais, em um modelo que vem apresentando interessantes progressos desde que foi instalado. Mesmo

os abrigos estando sob a responsabilidade dos poderes públicos locais e de entidades parceiras, tiveram acompanhamento do ACNUR e organizações parceiras. Destaca-se que o ACNUR também atuou na busca por mecanismos para que essas pessoas, saindo dos abrigos, pudessem encontrar moradia digna em outros espaços e se integrarem nas comunidades de acolhida. Como exemplo, em Manaus e em Boa Vista, foram organizadas oficinas por ACNUR, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), e SJMR, apoiadas pela União Europeia, com aulas sobre preparação de currículos profissionais, entrevistas de trabalho e postura profissional.



Família venezuelana abrigada no Alojamento de Trânsito de Manaus, aguardando o voo da estratégia de interiorização que irá leva-la para outras partes do Brasil.

Julho de 2020  
© ACNUR / Felipe Inaldo

Já as demais atuações da Operação, como a parte de documentação, replicaram o modelo, em menor volume, do que era desenvolvido nos PITrigs em Roraima. Esse espaço construído em Manaus facilitou a dinâmica de documentação e otimizou os processos desenvolvidos pela Polícia Federal, inclusive com o apoio com a pré-documentação, melhorando esse que era um dos principais gargalos até então. No PITrig, além da presença do ACNUR e outras agências da ONU, estavam, também, o Instituto Mana, o qual atendia os casos de alta e média complexidade, em termos de saúde e violência de gênero; SJMR, e a ADRA, com atuação vinculada aos meios de vida, na perspectiva da saúde financeira dos

beneficiários, bem como com o apoio para a obtenção de CTPS, realização de cursos de formação e elaboração de currículos.

Por Manaus ser um polo aéreo muito mais conectado com o restante do território brasileiro, como já mencionado, houve a criação, em julho de 2019, do Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM), que, em parceria com o ACNUR, esteve sob gestão da FFHI até final de 2021, e, atualmente, encontra-se sob gestão da ADRA. Este alojamento é fundamental para a melhoria das ações de transporte relativas à interiorização, que, sob a coordenação da Operação Acolhida, ultrapassou mais de 20 mil atendimentos em Manaus até o momento.





ACNUR e Prefeitura de Belém assinam Termo de Parceria para proteger pessoas refugiadas na capital do Pará

Novembro de 2019  
© Prefeitura de Belém / Alessandra Serrão

Em abril de 2019, o ACNUR continuou com a expansão das suas atividades e abriu seu escritório em Belém. A abertura dessa unidade de campo deu-se, principalmente, por conta do processo de deslocamento indígena dentro do território brasileiro, ocasionado pela chegada de indígenas da etnia Warao ao Estado, principalmente às cidades de Belém e Ananindeua, a partir de 2017.

Para atender à demanda, foram estabelecidos diversos espaços de acolhimento institucionais em Belém, dois dos quais vinculados às autoridades estaduais e outros dois às autoridades municipais. Atualmente, há apenas um abrigo, inaugurado em maio de 2020, o Espaço de Acolhimento do Tapanã, pertencente ao município.

Em razão das vulnerabilidades identificadas, como parte do processo de acolhida e proteção dessa população, o ACNUR buscou as autoridades locais para o desenvolvimento de ações, para as quais ofereceu suporte para o fortalecimento da resposta humanitária frente à chegada dessas pessoas. Essa colaboração se deu por meio de ações de advocacy para sensibilizar as autoridades; do fortalecimento de capacidades de ação e intervenção em matéria de proteção de pessoas refugiadas; além do apoio técnico e operacional nas áreas de abrigamento, documentação e meios de vida.

Considerando tratar-se de pessoas indígenas, foi fundamental desenvolver metodologias específicas, pautadas na transversalidade, para garantir uma comunicação culturalmente sensível e eficiente. Nesse sentido, com a generosa contribuição financeira do Governo dos Estados Unidos e do Japão, bem como da União Europeia por meio do ECHO e do IcSP, o ACNUR promoveu a transversalização de uma metodologia de proteção baseada na comunidade, que buscou fortalecer lideranças e núcleos comunitários indígenas, facilitando a compreensão do seu entorno socioinstitucional e garantindo a participação de diversos perfis nas decisões comunitárias. Evidentemente, as experiências desenvolvidas anteriormente com esse público, em Roraima e em Manaus, foram fundamentais para a adoção e fortalecimento dessa metodologia, em um processo de trocas de experiências e boas práticas que ocorrem em todos os níveis da resposta ao deslocamento venezuelano.

Tal metodologia fez com que o ACNUR apoiasse, no campo, diversas ações, mas dois projetos se destacaram. O primeiro, com apoio da Embaixada do Canadá e o Aldeias Infantis SOS, realizado a partir de agosto de 2020, foi o mapeamento e apresentação aos indígenas Warao dos serviços públicos essenciais existentes nos bairros e regiões em que a comunidade residia. A parceria com as Aldeias Infantis SOS também possibilitou a realização de ações para a renovação da documentação de parte dessa população, além da implementação do primeiro projeto piloto de agentes comunitários indígenas (*outreach volunteers*) voltados para a população Warao no Brasil, já em julho de 2020.

Além dessa expansão para Manaus e Belém, existe o efetivo engajamento da atuação em Brasília, no nível de ação junto às autoridades nacionais, e há o incremento das atividades desenvolvidas pelo escritório de São Paulo, o qual se torna fundamental em relação ao terceiro pilar da Operação Acolhida, a interiorização.

O escritório em São Paulo era bastante pequeno, em termos de funcionários, e com atividades mais centradas na própria vivência da região metropolitana de São Paulo, que, tradicionalmente, sempre foi o principal destino de pessoas refugiadas no Brasil, junto com Rio de Janeiro. O escritório também sempre manteve atuação na proteção das pessoas que ingressam pelo Aeroporto de Guarulhos e pelo Porto de Santos/SP. Fora isso, também realizava medidas de apoio à coordenação local do Conare e a estruturação das ações relacionadas à plataforma HELP<sup>26</sup>, ferramenta fundamental para o apoio das pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado, estabelecidos na região metropolitana de São Paulo.





A Operação Acolhida e a estratégia de interiorização foram fundamentais para se encontrarem soluções mais sustentáveis para os refugiados e migrantes venezuelanos, pois contemplam a integração local e inserção laboral no país todo. A ação na busca por receptores, como a que foi desenvolvida pelos escritórios de São Paulo e Brasília, são fundamentais para dar vazão à população de dentro dos abrigos em Roraima, visto que o abrigo é algo emergencial e temporário. Como descrito anteriormente, o ACNUR, com o essencial aporte financeiro dos Governos dos Estados Unidos e da Itália, bem como da União Europeia por meio do ECHO, dedicou-se à modalidade de interiorização institucional, na qual foi implementador em parceria com entidades gestoras dos centros de acolhida e integração, como Aldeias Infantis SOS Brasil nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, além de Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Caritas Regional Paraná e Arquidiocesana e Curitiba e SJMR Belo Horizonte.

Os escritórios de São Paulo e Brasília mobilizaram as redes locais, convocando a sociedade civil organizada e as autoridades públicas, na procura de espaços para a interiorização, como foi o bem-sucedido caso com a Rede Acolhe Minas ou com a própria rede de abrigo já existente no município de São Paulo. Ações semelhantes com a RedeMir e outras organizações da sociedade civil foram desenvolvidas pela equipe do escritório de Brasília.

---

Funcionária do ACNUR recepciona refugiado venezuelano que desembarca em São Paulo, por meio da estratégia de interiorização

Setembro de 2018  
© ACNUR / Miguel Pachioni

Destaca-se que, até o início de 2022, o escritório do ACNUR em São Paulo cuidava da interiorização com destino nos Estados brasileiros das regiões Sul, Sudeste e do Estado da Bahia – as demais localidades de interiorização estava a cargo do escritório de Brasília. Esse processo determinou a ampliação geográfica da atuação do escritório de São Paulo<sup>27</sup>, em uma dinâmica que, hoje, faz com que o escritório tenha um papel bastante relevante na estratégia de interiorização das pessoas que se dirigem para a região descrita, exigindo que se estabeleçam relações em todas essas regiões para o acolhimento por meio da interiorização.

Entretanto, para que a interiorização tivesse êxito, era necessária uma forte coordenação entre a atuação do ACNUR próxima da fronteira, seja em Boa Vista ou Manaus, com o restante do Brasil, em coordenação com as autoridades federais, estaduais e municipais. Tanto é assim, que, logo no início da interiorização, missões dos escritórios de São Paulo e Brasília apoiaram a preparação dos primeiros grupos de pessoas interiorizadas, assim como colaboraram para o uso proGres, sempre em apoio ao Governo Federal.

A interiorização fez com que surgisse uma nova dinâmica de espacialização das pessoas venezuelanas pelo Brasil, trazendo como consequência um dos maiores legados da Operação Acolhida e de toda a trajetória do ACNUR nos últimos anos, pois a ampliação dos espaços de acolhimento dessas pessoas fez com que todo Brasil tomasse contato com o tema da proteção de pessoas refugiadas e começasse a desenvolver, na ponta, ações e políticas públicas e de integração local voltadas para essa realidade.





Famílias venezuelana chegam a seu novo destino, no interior de Pernambuco, por meio da estratégia de interiorização

Março de 2019  
© ACNUR / Allana Ferreira

Hoje, observa-se em muitas localidades a preocupação, de maneira inovadora, de conhecer e atender às necessidades de cuidado para com esses indivíduos, em um processo que “interioriza” o tema e os cuidados, o que significa um avanço fundamental para o futuro. Acredita-se que isso continuará promovendo políticas públicas de caráter institucional e normativo, assim como práticas e serviços oferecidos, como a expansão dos Comitês e Conselhos Estaduais e Municipais sobre Refúgio e Migração comprovam.



Trabalhadores venezuelanos interiorizados encontram empregos formais em São Paulo e passam a gerar renda para suas famílias

Setembro de 2018  
© ACNUR / Miguel Pachioni

Além disso, há uma significativa ampliação da rede de parceiros e entidades vinculadas à temática, por todo o Brasil. Por exemplo, em abril de 2019, ACNUR e Defensoria Pública da União (DPU) firmaram Memorando de Entendimento que prevê o desenvolvimento de programas para o estabelecimento de cooperação institucional, jurídica e técnica pela proteção de pessoas refugiadas no Brasil.



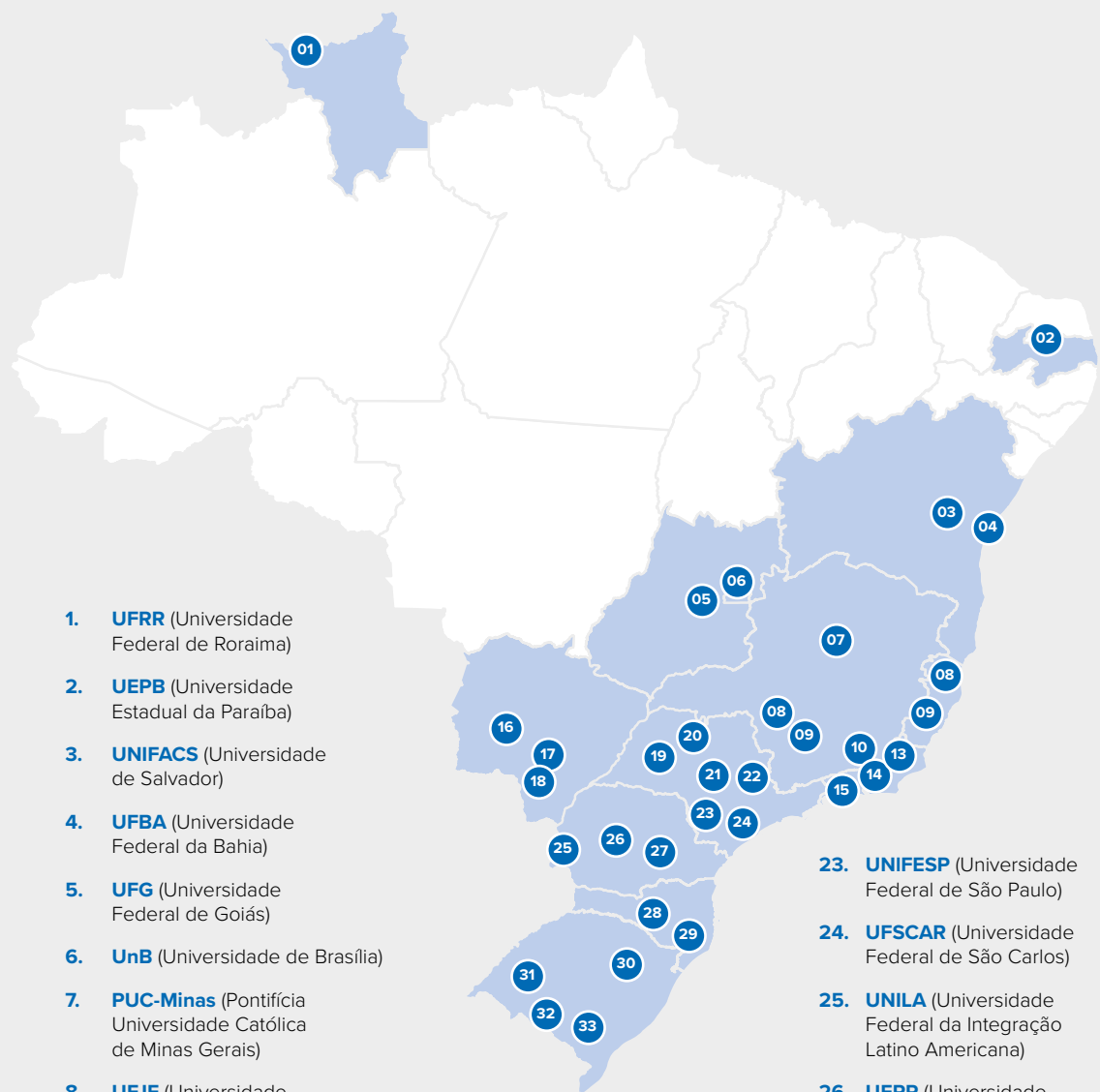
ACNUR e Defensoria Pública da União firmaram parceria para efetivar os direitos de quem precisa de proteção internacional no Brasil

Abril de 2019  
© DPU / Divulgação



## Instituições de Ensino Superior conveniadas à Cátedra

Maio de 2022



1. **UFRR** (Universidade Federal de Roraima)
2. **UEPB** (Universidade Estadual da Paraíba)
3. **UNIFACS** (Universidade de Salvador)
4. **UFBA** (Universidade Federal da Bahia)
5. **UFG** (Universidade Federal de Goiás)
6. **UnB** (Universidade de Brasília)
7. **PUC-Minas** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
8. **UFJF** (Universidade Federal de Juiz de Fora)
9. **UFMG** (Universidade Federal de Minas Gerais)
10. **UFU** (Universidade Federal de Uberlândia)
11. **UFES** (Universidade Federal do Espírito Santo)
12. **UVV** (Universidade de Vila Velha)
13. **UFF** (Universidade Federal Fluminense)
14. **UERJ** (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)
15. **PUC-Rio** (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
16. **UFMS** (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)
17. **UFGD** (Universidade Federal de Grandes Dourados)
18. **UEMS** (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)
19. **PUC-SP** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
20. **UFABC** (Universidade Federal do ABC)
21. **UNISANTOS** (Universidade Católica de Santos)
22. **UNICAMP** (Universidade Estadual de Campinas)
23. **UNIFESP** (Universidade Federal de São Paulo)
24. **UFSCAR** (Universidade Federal de São Carlos)
25. **UNILA** (Universidade Federal da Integração Latino Americana)
26. **UFPR** (Universidade Federal do Paraná)
27. **UNICURITIBA** (Universidade de Curitiba)
28. **UFSC** (Universidade Federal de Santa Catarina)
29. **UNIVALI** (Universidade do Vale do Itajaí)
30. **UPF** (Universidade de Passo Fundo)
31. **UNISINOS** (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)
32. **UFRGS** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
33. **UFSM** (Universidade Federal de Santa Maria)

Essa ampliação da rede de parceiros também se vislumbra com a expansão da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que passou a contar com universidades parceiras em Minas Gerais, Bahia e Goiás, Estados, até então, sem a presença dessa importante rede. Vale ressaltar o impacto que o aumento gradual do deslocamento de pessoas venezuelanas e a resposta brasileira trouxeram para o crescimento da Cátedra. No final de 2017, a Cátedra era composta por 17 universidades, sendo que, atualmente, 33 universidades, das cinco regiões do Brasil, fazem parte dessa parceria tão importante para a proteção e busca por soluções para pessoas refugiadas no Brasil. À medida que o número de pessoas refugiadas no Brasil foi aumentando e que novas localidades foram se deparando com a exigência de responder às necessidades dessas pessoas, universidades e ACNUR foram estreitando os laços e formando novas parcerias para trabalhar em conjunto, auxiliando, inclusive, muitas vezes, autoridades locais na elaboração de políticas públicas.



Reunião anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR: engajamento da academia com a proteção e integração de pessoas refugiadas no Brasil

Setembro de 2019  
© ACNUR / Miguel Pachioni

Um exemplo do relevante impacto da Cátedra é a pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil. Lançada em julho de 2019 por ACNUR e Cátedra, com o apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos, essa pesquisa trata-se da primeira pesquisa em escala nacional a retratar a condição de vida de pessoas que foram forçadas a deixar seu país de origem e encontraram no Brasil uma nova casa. Foram realizadas 487 entrevistas em oito Estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas) e no Distrito Federal, unidades da federação que contemplavam, à época, 94% dos refugiados residentes no país.

Até mesmo parceiros tradicionais, como a Caritas Rio de Janeiro e a Caritas São Paulo, começaram a desempenhar novas funções, como o caso do abrigo de interiorização Papa Francisco, no Rio de Janeiro. Novas entidades se inseriram na temática, como as Aldeias Infantis SOS Brasil, em um processo que robusteceu a forma como a sociedade

civil interage na temática. É interessante notar que, mesmo nessas localidades, que tradicionalmente já lidavam com as pessoas refugiadas, há uma nova configuração geográfica nos municípios em que essas pessoas se instalaram, muitas vezes, próximas aos centros de acolhida. Em São Paulo, isso ocorreu nos bairros de São Mateus e de Interlagos, onde há abrigos de interiorização, mudando a configuração tradicional dos locais em que as pessoas refugiadas buscavam residir, o que também fará com que novas equipes dos equipamentos públicos e da sociedade civil sejam qualificadas para atuar com esse público.

Culturalmente, a a temática dos refugiados passou a ganhar uma amplitude até então inédita, sendo abordada até mesmo na tradicional teledramaturgia brasileira, em documentários e eventos diversos, e até na produção de livros infantis e juvenis que explicam o que são as pessoas refugiadas para crianças e adolescentes.



Com o Banco Central do Brasil, o ACNUR tem produzido cartilhas que promovem a bancarização da população refugiada

Novembro de 2019  
© BCB / Divulgação



É relevante mencionar aqui que iniciativas para promover a integração local e os meios de vida de pessoas refugiadas venezuelanas também se expandiram, à medida que essas populações se espalhavam pelo território brasileiro. Em fevereiro de 2019, a Corporação Financeira Internacional (IFC – organização do Grupo Banco Mundial) e o ACNUR uniram forças para promover soluções do setor privado para refugiados no Brasil. Essa parceria inédita foi o ponto de partida para impulsionar os esforços do setor privado para criar oportunidades e incentivar a integração econômica e social das populações deslocadas de forma forçada. Em abril de 2019, pensando na ampliação do acesso ao mercado de trabalho, a Rede Brasil do Pacto

Global e o ACNUR lançaram a plataforma online Empresas com Refugiados, um banco de boas práticas e incentivo a empresas na causa da integração de pessoas refugiadas. Durante 2019, lançou-se ainda a Cartilha de Informações Financeiras para Refugiados e Migrantes, projeto desenvolvido pelo ACNUR em parceria com o Banco Central e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. O material buscou acelerar a integração econômica de pessoas refugiadas no Brasil, trazendo orientações sobre o Sistema Financeiro Nacional, abertura de contas e aquisição de crédito, colaborando, assim, para a inserção laboral e financeira de refugiados.

Na temática indígena, com apoio do ACNUR, UNFPA, FFHI, União Europeia e Governo Federal, o Museu A CASA do Objeto Brasileiro realizou a exposição “Ojidu – Árvore da Vida Warao” em outubro de 2019, em São Paulo, expondo artesanato Warao e revelando a sensibilidade de indígenas venezuelanas refugiadas. Cestos, vasos, cachepôs, chapéus, bolsas, bandejas e outros objetos de tradição da cultura Warao foram trazidos para a mostra, que buscou promover a autossuficiência desta etnia refugiada no Brasil. No ano de 2020, continuou-se o trabalho junto ao Museu A CASA do Objeto Brasileiro, com estabelecimento de parceria para atividades de fortalecimento da cadeia de valor de artesanato Warao em Boa Vista e Manaus, com oficinas de padronização e precificação, catalogação, produção e venda de artesanato, e se orientando ao estabelecimento de associação de artesãs Warao. O trabalho conjunto visa à promoção da autossuficiência dessa população em concordância com consultas à população, as quais indicaram que a produção de artesanato é a atividade preferida para buscarem sua geração de renda. A partir de 2021, o projeto contou com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Muitas dessas iniciativas beneficiaram-se de trocas de experiências promovidas pelo ACNUR por meio de missões internacionais realizadas em maio e agosto de 2019 para Estados Unidos e Canadá, respectivamente. Por meio dessas missões, que contaram com o apoio de relevantes parceiros como o *International Rescue Committee*, autoridades federais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Cidadania, e Ministério das Relações Exteriores, bem como autoridades municipais, como as prefeituras das cidades de Esteio (RS) e Caxias do Sul (RS), além da sociedade civil, conheceram a experiência dos programas de reassentamento e patrocínio comunitário de Estados Unidos e Canadá, podendo adaptar projetos e iniciativas de integração local e meios de vida para a realidade brasileira. A cidade de Esteio, por exemplo, inspirou-se em cidades estadunidenses e estabeleceu, em novembro de 2020, o Espaço Mundo, um local destinado ao atendimento, orientação e escuta de pessoas refugiadas que vivem no município.



Indígena venezuelana Warao produz artesanato em um igarapé nos arredores de Boa Vista; para esta etnia, o buriti é a “árvore da vida”

Setembro de 2019  
© ACNUR / Benjamin Mast



Espaço Mundo, em Esteio (RS), favorece o empreendedorismo e o acesso a serviços do município por parte de pessoas refugiadas

Novembro de 2020  
© Prefeitura de Esteio / Eduardo Baratto Leonardi



Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi, visita abrigo da Operação Acolhida em Roraima.

Agosto de 2019  
© ACNUR / Luiz Fernando Godinho



Diante de uma resposta tão abrangente e significativa, o Brasil recebeu, em agosto de 2019, a visita do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Filippo Grandi. Em uma visita de quatro dias ao Brasil, o Alto Comissário relatou estar impressionado com a Operação Acolhida e a estratégia de interiorização, exemplos de resposta eficiente, coordenada, humana e inovadora para atender às necessidades humanitárias e promover soluções para pessoas venezuelanas.

Um grande exemplo dessa ampliação do tema do refúgio para outros espaços da vida cotidiana dos brasileiros, deu-se em abril de 2019, quando ACNUR e TV Globo firmaram parceria técnica inédita para a realização da primeira novela sobre refugiados, “Órfãos da Terra”. A obra, que contou uma história de amor, superação e empatia de famílias refugiadas sírias, trouxe como pano de fundo as dificuldades sentidas por pessoas que sofrem com conflitos e perseguições, e buscam reconstruir suas vidas em suas novas comunidades de acolhida.

A produção da novela reproduziu um campo de refugiados fictício gerido pelo ACNUR, mas que utilizou tendas verdadeiras, que foram usadas no primeiro abrigo da Operação Acolhida equipado pelo ACNUR em Boa Vista. A novela foi sucesso de público e crítica, sendo inclusive premiada internacionalmente ao vencer o prêmio de melhor telenovela do Emmy, em novembro de 2020.



Campo de refugiados cenográfico construído para a novela “Órfãos da Terra”, da Rede Globo, com apoio do ACNUR: folhetim foi premiado com o Emmy Internacional e impactou milhões de telespectadores.

© Rede Globo / Paulo Belote



Em abrigos de Boa Vista, jovens venezuelanos participam de oficina fotográfica promovida pela revista *National Geographic* e pelo ACNUR

Fevereiro de 2019  
© ACNUR / Allana Ferreira

Ainda em 2019, o ACNUR também estabeleceu uma parceria inédita com a *National Geographic*, por meio da qual foi possível realizar uma oficina fotográfica em Boa Vista, reunindo 21 jovens venezuelanos que viviam nos abrigos da Operação Acolhida. A maioria nunca havia segurado uma câmera fotográfica nas mãos, mas, durante cinco dias, aprenderam como capturar histórias da sua comunidade e compartilhar com o mundo sua resiliência e esperança. E aqueles que sonhavam em ser fotógrafos ou já tinham alguma experiência com a arte fotográfica, tiveram a oportunidade única de estar em contato com profissionais de alto nível e aperfeiçoar seus conhecimentos nesta área. As fotos foram exibidas nos canais de comunicação e redes sociais do ACNUR no Brasil e no mundo, sendo que algumas delas foram selecionadas para participar de uma exposição organizada pela NatGeo em Washington, naquele mesmo ano. Assim, as pessoas puderam ter, em primeira mão, uma visão de dentro da realidade de refugiados e migrantes venezuelanos durante sua jornada pelo Brasil.







Por fim, vale ressaltar que o ano de 2019 trouxe, ainda, a decisão que mudou o paradigma em relação ao reconhecimento da condição de refugiado para pessoas da Venezuela. O Conare reconheceu, por meio da Nota Técnica nº 3/2019/CONARE<sup>28</sup>, a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos naquele país e permitiu que milhares de pessoas tivessem as suas solicitações da condição de refugiado reconhecidas por meio de procedimentos simplificados, sem a necessidade de entrevistas de elegibilidade, em mais um movimento sem precedentes na trajetória brasileira relacionada ao tema do refúgio e comprovando o efetivo compromisso do Brasil com a proteção dessas pessoas. Esse procedimento foi adotado pela primeira vez em dezembro de 2019, quando o Conare reconheceu, de uma só vez, mais de 21 mil pessoas venezuelanas como refugiadas, momento em que o Brasil se tornou o país com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos da América Latina. Atualmente, mais de 49 mil pessoas da Venezuela já foram reconhecidas como refugiadas por meio desse procedimento simplificado de reconhecimento da condição de refugiado, o que faz do Brasil o segundo país do mundo em termos de pessoas venezuelanas refugiadas reconhecidas. Paralelamente, ACNUR e Conare lançaram, em julho de 2019, a Plataforma Interativa sobre Reconhecimento da Condição de Refugiado no Brasil. Essa Plataforma contém dados atualizados de todas as decisões tomadas pelo Conare de janeiro de 2016 a dezembro de 2021 e segue sendo atualizada.

---

Solicitantes da condição de  
refugiado em abrigo da Operação  
Acolhida em Boa Vista

Julho de 2021  
© ACNUR / Allana Ferreira



2020 - 2021

# Desafios, avanços e consolidações: a pandemia da COVID-19 e proteção em tempos de escassez.

O ano de 2020 iniciou-se com expectativas promissoras, já que, em dezembro de 2019, o Brasil teve papel de destaque no Fórum Global sobre Refugiados. A delegação governamental do Brasil apresentou a Operação Acolhida à comunidade internacional e indicou 11 compromissos para fortalecer a resposta e a proteção de refugiados, apátridas e comunidades de acolhida no Brasil e na região. A então recente decisão do Conare de reconhecer mais de 21 mil solicitantes da condição de refugiado venezuelanos como refugiados foi destacada, entre outras boas práticas brasileiras. Também foram exibidas iniciativas de integração local e convivência pacífica.

Entre 2019 e 2022, a R4V cresceu exponencialmente no Brasil, passando de uma rede de 20 a 55 organizações parceiras. Em termos de coordenação das ações, a plataforma R4V se organiza por meio de sete Setores (Abrigamento/Distribuição de Alimentos; Saúde; Educação; Proteção; WASH; Nutrição; Integração/Interiorização/Transporte Humanitário), três Subsetores (Proteção à Criança; Violência Baseada no Gênero; Tráfico de Pessoas), três Grupos de Trabalho transversais (Indígenas; Assistência em Dinheiro ou Voucher; Comunicando com Comunidades/Responsabilidade com as Comunidades Afetadas) e três Grupos de Apoio (Coordenação/Captação de Recursos; Comunicação; Gestão da Informação).



Em Roraima, já era perceptível que a continuidade na chegada de pessoas venezuelanas e a resposta emergencial consolidada traziam impactos positivos na economia local, conforme demonstrou pesquisa realizada em 2020, patrocinada pela União Europeia, pelo ACNUR e pela Escola Superior do Ministério Público da União. Chamada de “A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas<sup>29</sup>”, a pesquisa foi conduzida pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, em parceria com o OBMIGRA e UFRR. Verificou-se o crescimento do comércio varejista e das exportações, com um aumento de 25% da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre o final de 2018 e primeiro semestre de 2019. O trabalho dos pesquisadores ainda observou que, entre 2016 e 2017, o PIB da região cresceu 2,3%, acima da média dos demais Estados (1,4%).



ACNUR e MPF no lançamento da pesquisa “A Economia de Roraima e o Fluxo de Venezuelanos”

Janeiro de 2020

© ACNUR / Divulgação

Além disso, o trabalho conjunto com poder público local continuou, demonstrado pela assinatura, em 2019, de Termo de Cooperação entre o ACNUR e a Secretaria de Estado de Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima, renovado em 2022, para o estabelecimento do Escritório do ACNUR em Boa Vista em suas instalações. Em 2021, a construção do Espaço “Merunti” fortaleceu esse trabalho conjunto, com a criação de um local ambientalmente sustentável para convivência entre servidores públicos da Secretaria e equipes do ACNUR. Toda a reforma e a construção realizadas pelo ACNUR constituem também um legado da resposta humanitária para as instituições locais.

Tendo em vista o alcance nacional que o tema de proteção a pessoas refugiadas conquistou por causa da atuação da Operação Acolhida e seus parceiros, novas possibilidades de cooperação puderam ser desenvolvidas em prol dessa população no Brasil. Por exemplo, ACNUR e Santos FC iniciaram, em janeiro de 2020, parceria em prol das pessoas refugiadas no Brasil, a fim de promover a efetiva integração de crianças refugiadas por meio do acesso gratuito às diferentes escolas de futebol “Meninos da Vila”, espalhadas em 12 Estados e no Distrito Federal.

Crianças refugiadas entram em campo com o Santos Futebol Clube: parceria com o clube tem promovido mensagem de integração e inclusão por meio do esporte

Janeiro de 2020

© ACNUR / Miguel Pachioni



Crianças venezuelanas que vivem em Pacaraima (RR) e participam do coral “Canarinhos da Amazônia” vieram a Brasília para mostrar que a música promove a convivência pacífica com as comunidades locais

Janeiro de 2020  
© ACNUR / Alan Azevedo



Também em janeiro de 2020, o Coral infantil Canarinhos da Amazônia, formado por brasileiros e refugiados venezuelanos, apoiado ao longo dos anos pelos Governos de Estados Unidos e da Itália e pela União Europeia (IcSP), saiu de Roraima para se apresentar em evento oficial do Governo Federal em Brasília – a passagem de comando da Operação Acolhida à época. 20 das 150 crianças brasileiras e venezuelanas que formavam o coral viajaram mais de trinta horas, saindo de Pacaraima para desembarcar na capital federal para apresentar-se em evento da Presidência da República.

Além disso, vinha se consolidando uma dinâmica de crescimento dos recursos nacionais e internacionais destinados às diversas ações lideradas pelo ACNUR, o que, desde 2018, permitia a expansão e a melhoria do quadro de atendimento. À medida que a resposta institucional ganhava o reconhecimento como boa prática, expandia-se o número de doadores institucionais com recursos provenientes de projetos dos EUA (já em 2017), UE (2018), Itália<sup>30</sup> (2018), CERF (2018), Japão (2019) e Luxemburgo<sup>31</sup> (2020). São relevantes, também, na resposta, a mobilização de recursos e o papel dos parceiros da sociedade civil, como os diversos parceiros aqui citados, que ajudam a direcionar fundos para apoiar atividades de proteção e necessidades básicas da população.

Com a consolidação da interiorização como principal estratégia para a integração de uma grande parcela dos venezuelanos que eram atendidos pela Operação Acolhida, entre 2019 e começo de 2020, além da expansão de novas modalidades, foram grandes os resultados mensais e do ponto de vista quantitativo. Além disso, os resultados recentes da estratégia indicam que as pessoas beneficiárias aos poucos ultrapassam a lógica emergencial, acessando de maneira autônoma meios de vida para garantir sua integração econômica. A Operação Acolhida, assim, se consolida como uma boa prática que poderia ser replicada em outros países, dada a sua robustez e capacidade humanitária de conferir atendimento na emergência e facilitar a integração.

Nas principais metrópoles de chegada dos voos de interiorização, projetos audiovisuais (como exposições itinerantes e mostras de cinema), debates e cursos de formação contribuíram para o fortalecimento de espaços de interação entre pessoas refugiadas e brasileiras. A exposição “Em Casa, no Brasil” levou para São Paulo e Rio de Janeiro duas RHUs utilizadas no abrigamento de pessoas venezuelanas em Boa Vista como forma de sensibilização pública aos visitantes do Museu da Imigração, Memorial da América Latina, Centro Cultural dos Correios, e do Shopping Nova Iguaçu sobre a realidade das pessoas refugiadas que buscam reconstruir suas vidas e seus lares. Essas exposições levaram a novos acordos de parceria, firmados com renomadas instituições culturais, como o Museu da Imigração e o Memorial da América Latina, pautados na formação de professores e pesquisadores sobre o tema do deslocamento forçado e o papel da sociedade na acolhida de pessoas refugiadas.

Entretanto, a partir de março de 2020, muitas dessas ações foram impactadas de forma abrupta pelo avanço da pandemia de COVID-19 no país e no mundo.



Unidade de habitação utilizada pelo ACNUR nos abrigos de Roraima é exibida na exposição “Em Casa, no Brasil”, realizada com o SESC Rio

Julho de 2020  
© ACNUR / Miguel Pachioni



Para minimizar os efeitos da pandemia da COVID-19, o ACNUR distribui máscaras feitas por pessoas refugiadas para outras pessoas refugiadas que vivem em abrigos de São Paulo

Abril de 2020  
© ACNUR / Miguel Pachioni



Com o apoio de doadores, ACNUR ajudou a construir um hospital de campanha que atendeu pessoas do Brasil e da Venezuela durante a pandemia da COVID-19, em Roraima

Junho de 2020  
© ACNUR /  
Jesus Cova



A pandemia foi um fenômeno que trouxe desafios ímpares e exigiu resiliência e criatividade por parte de todos os envolvidos na resposta ao deslocamento venezuelano para o Brasil. Com o avanço da COVID-19, além das dificuldades para a realização de diversos dos atendimentos, o mais significativo foram os novos desafios para as pessoas refugiadas, os quais não se relacionavam apenas à saúde, mas, também, na garantia de proteção, por meio do acesso a direitos e serviços, abrigo e obtenção de autossuficiência.

Do ponto de vista socioeconômico, muitas pessoas perderam seus empregos e aquelas que realizavam trabalho informal foram prejudicadas por conta das medidas de distanciamento social. Além disso, verificou-se, em março de 2020, a restrição temporária de entrada no país por questões sanitárias, o que causou um impacto no acesso ao território e ao procedimento de solicitação da condição de refugiado a pessoas com necessidades de proteção internacional. Essa medida se aplicava também a pessoas venezuelanas que tentavam ingressar no país pela fronteira terrestre em Pacaraima. Tais restrições a pessoas oriundas da Venezuela foram flexibilizadas em junho de 2021.

Mesmo com tais proibições, em virtude do conturbado contexto de direitos humanos na Venezuela, muitas pessoas continuaram a vir ao Brasil. Para esses ingressantes de forma irregular, não foi possível, até junho de 2021, o acesso ao procedimento de solicitação da condição de refugiado ou a regularização de seu status migratório, passando a viver em risco de deportação e exploração, por causa dos desafios no acesso a direitos e serviços essenciais. Nesse sentido, esse período gerou situações de dificuldade de acesso a direitos reconhecidos. O ACNUR, tendo em vista seu mandato de proteção e soluções duradouras, procurou ser um elo na busca pela resolução dessas questões, com o intuito de assegurar o acesso ao território seguro e proteção internacional para essa população.

Essa realidade fez com que parte da estrutura de funcionamento da Operação Acolhida fosse alterada, como a diminuição da mesma junto à fronteira, por um determinado período, bem como a dinâmica de concessão de documentação, além da diminuição do número de interiorizados, pois, além dos protocolos sanitários, encontrar destinos para as pessoas atendidas pela Operação se tornou mais complexo. Não obstante, foram ainda adotadas medidas para impedir o contágio dentro dos abrigos, as quais se mostraram bastante efetivas, visto que o número de contágios e óbitos em decorrência da COVID-19 foi bem mais baixo nos abrigos emergenciais que no ambiente externo a eles.

Vista aérea da Área de Proteção e Cuidados, hospital de campanha construído pela Operação Acolhida: unidades habitacionais usadas para acomodar as pessoas enfermas foram doadas pelo ACNUR

Junho de 2020  
© ACNUR /  
Thiago Brilgia



Ações de cuidado se tornaram mais presentes também dentro dos abrigos da Operação Acolhida, exigindo mais esforços por parte dos parceiros, como a AVSI, FFHI e Fraternidade Sem Fronteiras. Além das dinâmicas normais do abrigo, o cuidado com a saúde, para se evitar o contágio pela Covid-19, exigiu a criação de protocolos de atuação mais rígidos em termos sanitários, incluindo mutirões de vacinação, bem como a reabertura e adequação de diversos espaços, conforme a linha do tempo demonstra com as informações sobre os abrigos. Com relação à vacinação, com o apoio da prefeitura de Boa Vista, da Operação Acolhida e das agências da ONU, cerca de 2.500 pessoas abrigadas foram vacinadas em Boa Vista até o início de agosto de 2021.



Ação conjunta com autoridades municipais, agências da ONU e Operação Acolhida permitiu vacinar milhares de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela contra a COVID-19, nos abrigos de Boa Vista (RR)

Fevereiro de 2021  
© ACNUR /  
Allana Ferreira

Medida fundamental, em termos de cuidado para com a saúde, foi o estabelecimento por parte da Operação Acolhida, com apoio do ACNUR e demais parceiros, de uma área de isolamento sanitário e de um hospital de campanha em Boa Vista, que ficou conhecido como Área de Proteção e Cuidado (APC), capaz de atender a todos os que residiam na localidade, inclusive a população local.

Nesta iniciativa, o ACNUR contribuiu com a APC desde a elaboração do estudo preliminar do plano arquitetônico até a doação de materiais, como 180 camas e 250 RHUs usadas nos abrigos para servirem como ambientes de isolamento de casos suspeitos e confirmados, devido ao apoio da Fundação Todos pela Saúde do Hospital Sírio-Libanês. É importante destacar que pessoas refugiadas também estavam presentes nas equipes de colaboradores responsáveis pelo estabelecimento e no funcionamento dessa relevante estrutura, demonstrando enorme senso de solidariedade e trabalho em equipe.



Famílias carentes recebem apoio financeiro do ACNUR e conseguem pagar as contas da casa e comprar itens de primeira necessidade.

Maio de 2020  
© ACNUR /  
Luiz Fernando  
Godinho



Também é importante ressaltar que, a partir de maio de 2020, o Governo Brasileiro adotou o Auxílio Emergencial que, além dos mais de 40 milhões de brasileiros atendidos, acabou por beneficiar aproximadamente 40 mil pessoas venezuelanas. Essa foi uma ação fundamental para essas pessoas conseguirem manter seus padrões de cuidado, ressaltando-se que a preocupação com esse público permanecia, pois, garantiu-se o acesso ao auxílio de forma não discriminada.

O ACNUR, em apoio à Operação Acolhida, adotou uma série de iniciativas já em 2020 no combate à disseminação da COVID-19. Em conjunto com diversos parceiros, o ACNUR atuou para disseminar informações sobre acesso a direitos e serviços, incluindo os subsídios ofertados pelo governo brasileiro, como o Auxílio Emergencial. Foi ainda necessário o incremento de ações de apoio financeiro, realizadas por meio de parceiros como IMDH e SJMR, prestando auxílio para casos de perda de renda que poderiam resultar em despejo e outros riscos para a subsistência.



Em meio à pandemia da COVID-19, indígenas venezuelanos Warao são transferidos para um espaço seguro em Manaus

© ACNUR /  
Felipe Inaldo

Já em Manaus, dado o grave quadro de saúde pública que marcou a localidade, foram necessárias ações como a criação de espaços de isolamento para pessoas que contraíram a COVID-19, pois os abrigos de triagem, desenvolvidos pela CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social do Amazonas), não deixaram de atuar e precisavam atender a demanda de pessoas infectadas e não-infectadas. Além disso, o ACNUR, com outras agências da ONU e parceiros da sociedade civil, apoiou a estratégia de realocação de centenas de pessoas refugiadas para cinco espaços emergenciais e temporários com melhores condições de higiene e saneamento. Esse período também acabou por gerar a dinâmica da central de atendimentos por via telefônica ou WhatsApp (algo que também se observou nos atendimentos das Caritas Rio de Janeiro e São Paulo, em uma medida bastante eficiente, mas que também representava enormes dificuldades para serem mantidas).



As novas demandas e dificuldades de atuação, em Manaus, acabaram resultando em novas parcerias, como a colaboração do Hermanitos nas ações conjuntas, em parceria focada em acesso a vagas de trabalho, capacitação profissional junto ao Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e instituições privadas de ensino, orientações para acesso ao mercado de trabalho, e sensibilização do setor privado. Com isso, possibilitou-se a contratação de pessoas refugiadas em setores importantes da economia de Manaus, como em seu Polo Industrial. Também, ampliou-se o envolvimento da ADRA para oferta de cursos e de acesso a emprego, além do aprofundamento da parceria com o Instituto Mana, o qual passou a se dedicar aos cuidados de saúde indígena. Outros temas também se tornaram mais relevantes, tais como a prevenção à violência de gênero e gestão de casos de proteção de alta complexidade.

Ainda em Manaus, vale destacar que o atendimento remoto foi fundamental para a realização da pré-documentação, com informações significativas para não deixar a população desamparada. Entretanto, observou-se o desafio que é a manutenção desse tipo de atendimento para entidades mais voltadas para o atendimento presencial, necessitando de estruturas físicas e humanas mais adequadas para a manutenção dos dois tipos de atendimento. Além disso, a pandemia trouxe diversos impactos sobre a geração de renda das pessoas venezuelanas, o que exigiu, além da intensificação de esforços para a empregabilidade, a adoção de medidas como o incremento do apoio financeiro, água, saneamento e higiene, que, com o auxílio de diversas entidades em todo o Brasil e, no caso específico de Manaus, com a Caritas e ADRA, vêm obtendo bastante sucesso.

A pandemia teve, conforme se pode observar, impacto em todos os aspectos do trabalho do ACNUR, desde a proteção, meios de vida e programa a questões administrativas e de compras. Parte dessas atividades só foi possível de ser realizada devido ao ACNUR ter preparado seus equipamentos, notadamente de tecnologia, para uma dinâmica de mobilidade para todos os funcionários de sua operação no Brasil.

O funcionamento híbrido, de parte do ACNUR Brasil, demandou muito cuidado e ajustes pelos gestores, mas teve sucesso em termos da dinâmica de funcionamento de todas as unidades. Hoje, tais unidades se mostram muito mais capacitadas para enfrentar cenários desafiadores. Por outro lado, houve, em virtude da COVID-19, o aumento das necessidades derivadas da violência baseada em gênero e da saúde mental, assim como o aumento da insegurança alimentar, especialmente entre os mais vulneráveis. A xenofobia e a estigmatização também aumentaram, muitas vezes, com base em percepções negativas associadas ao medo da propagação do novo coronavírus e às taxas crescentes de despejos e desabrigados. Nesse sentido, o ACNUR concentrou suas ações para tentar mitigar esses impactos, com medidas diversas.

Em setembro de 2020, o ACNUR, em parceria com a União Europeia e a Universidade de Brasília, lançou os resultados da pesquisa “Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil<sup>32</sup>”. Essa pesquisa buscou elucidar o perfil do empreendedorismo de pessoas refugiadas venezuelanas no Brasil. Identificou-se que os empreendimentos dessas pessoas estão concentrados



ACNUR e Estado do Pará firmam Acordo Técnico e inauguram Espaço do Refugiado e Migrante.

Maio de 2021  
© Agência Pará / Alex Ribeiro



Mulheres venezuelanas participam dos cursos de capacitação do projeto “Empoderando Refugiadas” no Centro de Interiorização Rondon 2, em Boa Vista (RR)

Outubro de 2020  
© ACNUR / Benjamin Mast

nas áreas de alimentos e serviços pessoais (com destaque para salões de beleza e barbearias), com atividades também em informática, construção, saúde, vestuário e calçados. No ano seguinte (2021), os resultados da pesquisa levaram à implementação da plataforma “refugiados empreendedores”.

Já em Belém, o fortalecimento das instituições e políticas públicas locais, mediante diálogo com o Poder Público, também se concretizou em ações como a assinatura, em maio de 2021, do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) do Estado do Pará, bem como na criação do Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante na sede da própria Secretaria, em Belém.

O local foi pensado para atender a demanda de acesso à documentação, às informações e aos serviços, os quais incluem apoio jurídico e psicológico para as pessoas refugiadas residentes no Estado do Pará. Na esfera municipal, em agosto de 2021, um Acordo de Cooperação foi firmado com a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social de Belém, para fortalecer os serviços ofertados pela Fundação para o atendimento e acolhimento à população de interesse do ACNUR.

Outro projeto de destaque, que segue a metodologia adotada para o atendimento para pessoas indígenas, é o desenvolvido com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) desde maio de 2021, por meio do qual são utilizadas

estratégias participativas para a construção de meios de vida para a população Warao, mediante a qualificação profissional e inserção produtiva de mulheres e homens, estejam essas pessoas residindo no abrigo municipal ou não. Esse projeto demandou a realização inicial de mapeamento do perfil socioeconômico e laboral dos Warao, no intuito de qualificar as estratégias de inserção produtiva dessa população no território de Belém e Ananindeua.

Já em outubro de 2020, mesmo durante a pandemia, dezenas de mulheres venezuelanas concluíram capacitações profissionais por meio do projeto Empoderando Refugiadas em Roraima, no marco da parceria com o Grão-Ducado do Luxemburgo. As alunas do projeto acompanharam 80 horas de módulos ministrados pelo Senac de capacitação para o desenvolvimento de habilidade socioemocionais, atendimento ao público, vendas, legislação brasileira, português para negócios e empreendedorismo. O projeto, que existe desde 2015 e foi estendido para Roraima em 2019, é uma iniciativa do ACNUR, da Rede Brasil do Pacto Global, e ONU Mulheres, que visa promover o acesso de mulheres refugiadas ao mercado de trabalho brasileiro. As contratações pelas empresas parceiras contribuem com a estratégia de interiorização da Operação Acolhida. Algumas edições do Empoderando Refugiadas também contaram com a participação de outros parceiros, como ocorreu com a AVSI, que em algumas ocasiões garantiu moradia temporária e acompanhamento para mulheres contratadas e suas famílias.



Em dezembro de 2020, o ACNUR lançou ainda um e-book gratuito, que pode ser encontrado no site [www.pratodomundo.com](http://www.pratodomundo.com), contendo receitas elaboradas por pessoas refugiadas da Colômbia, Síria e Venezuela. Ao todo, são sete receitas de pratos originários desses países, doces e salgados. A culinária tem sido um dos pilares de inserção no mercado de trabalho da população refugiada e o lançamento do livro virtual foi uma homenagem para enaltecer a história de superação dessas pessoas que hoje reconstróem suas vidas no Brasil.

No mesmo período, a organização parceira do ACNUR chamada IKMR (*I Know My Rights*) concluiu um projeto de impacto rápido em que o ACNUR apoiava a produção de refeições por empreendedores refugiados para serem distribuídas para população em situação de rua na cidade de São Paulo. Cerca de 22 mulheres empreendedoras – venezuelanas, sírias e palestinas – puderam produzir mais de 40.000 refeições e distribuí-las por diferentes bairros da cidade, em uma ação que buscou amenizar os efeitos da pandemia em pequenos negócios, ao mesmo tempo em que promovia coexistência pacífica com a população brasileira mais atingida pelas medidas restritivas.

Ainda em dezembro de 2020, o ACNUR deu um passo adicional no tema da coordenação e capacitação interagencial no que tange à negociação humanitária. Em articulação com o Centro de Competência em Negociação Humanitária (CCHN, em inglês), foi realizada a primeira edição da Oficina de Negociação Humanitária no Brasil, com 24 participantes de diferentes agências da ONU, organizações internacionais e não governamentais. O evento foi realizado na modalidade híbrida (presencial e virtual) e em dois idiomas combinados: inglês e espanhol. O sucesso da primeira edição levou à segunda, em maio de 2021, integralmente em português e visando à capacitação das equipes das organizações da sociedade civil atuando na Operação Acolhida. Com 18 participantes, além da equipe do Escritório do ACNUR de Boa Vista, um representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha facilitou o treinamento

Por fim, ao término deste mesmo ano, mais de 600 jornalistas e estudantes de comunicação participaram de uma oficina promovida pelo ACNUR, em parceria com o jornal Folha de São Paulo. Concomitante à formação, a exposição *Jornalistas Refugiados* explicou ao grande público as motivações políticas em torno da perseguição que condiciona a condição de refugiados de profissionais desta mesma área, colocando frente a frente jornalistas que foram forçados a deixar seus países com profissionais e estudantes que promovem matérias sob a ótica

dos direitos humanos. No marco deste esforço de treinamento e capacitação de profissionais de comunicação, foi lançado o “Guia do ACNUR para profissionais e estudantes de comunicação”.

O ano de 2021 iniciou-se com Ministério da Cidadania, ACNUR e parceiros lançando o painel sobre integração e interiorização de pessoas venezuelanas no Brasil. Essa ferramenta interativa mostra os números da interiorização com dados de evolução histórica desta estratégia, informações de quais municípios e estados receberam pessoas interiorizadas e seus perfis laboral, educacional e de necessidades específicas de proteção. Essas informações possibilitam maior conhecimento e agilidade para a integração local dessa população em interface com o poder público local. Iniciativas como essa demonstraram que manter a interiorização, mesmo durante a pandemia, mostrou-se como essencial para que pessoas venezuelanas pudessem continuar acessando meios de vida e mecanismos eficazes de integração local.

Tendo em vista as dificuldades com empregabilidade, exacerbadas pela pandemia, ACNUR e Rede Brasil do Pacto Global lançaram, em fevereiro de 2021, a Plataforma Refugiados Empreendedores. A Plataforma é um repositório de conteúdo com materiais de apoio, capacitação e mentoria para pessoas refugiadas dispostas a iniciar ou fortalecer os seus negócios no Brasil e conta com o apoio da Aliança Empreendedora, Migrafix, Corporação Financeira Internacional (IFC – organização do Grupo Banco Mundial), Facebook, Estados Unidos e Luxemburgo. Os refugiados empreendedores estiveram presentes nas mídias *onboard* e nas plataformas de embarque da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que movimenta diariamente cerca de 3 milhões de pessoas, reforçando a resiliência das pessoas refugiadas e sua abertura para novos negócios, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades de acolhida.

Além dessa ação e visando aumentar o engajamento do setor privado, ACNUR e Rede Brasil do Pacto Global também lançaram o Fórum Empresas com Refugiados em junho de 2021. Esse Fórum, que foi desenvolvido com a generosa contribuição do Governo de Estados Unidos, é formado por empresas e outros tipos de organizações empresariais interessadas em apoiar a inclusão de pessoas refugiadas no mercado de trabalho. A iniciativa busca promover a troca de experiências entre empresas, ações de capacitação para a contratação de pessoas refugiadas, empregabilidade e compartilhamento de boas práticas na inclusão dessas pessoas nos ambientes de trabalho.

Essas ações buscam mitigar os desafios de integração local e meios de vida em um contexto de desafios socioeconômicos exacerbados pela COVID-19. Estudos como o lançado por ACNUR e Banco Mundial em maio de 2021 indicam que as políticas públicas do Brasil impulsionam a inclusão de pessoas refugiadas da Venezuela, mas desafios como dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, aos serviços de assistência social e no desempenho escolar permanecem.

Ainda buscando superar os desafios referentes à geração de renda por pessoas refugiadas, em especial da população refugiada indígena, uma iniciativa conjunta entre ACNUR, FFHI e Operação Acolhida estabeleceu o Centro Cultural e de Formação Indígena, configurado como espaço para manifestações culturais, educação para jovens e adultos e cursos profissionais e de idiomas, oferecidos sem custos para os beneficiários, para possibilitar o desenvolvimento de seus potenciais e de suas capacidades. Nesse espaço, foi implementada a Escola de Liderança Indígena, em parceria com o Instituto Insikiran, da UFRR, e a FFHI, uma iniciativa para engajar as comunidades de forma ativa no desenvolvimento de oportunidades para sua integração no Brasil.

Também buscando potencializar meios de acesso à cultura e buscando atender a demandas de crianças e adolescentes venezuelanos, o Jornal Joca (jornal de notícias voltado ao público infantojuvenil), ACNUR, Hands On Human Rights e Operação Acolhida se uniram, em abril de 2021, e lançaram uma campanha para arrecadação de obras, recursos e cartas para a criação de bibliotecas nos abrigos da Operação Acolhida. O projeto, chamado *Mi Casa, Tu Casa*, mobilizou de modo inédito cerca de 40 mil estudantes de 80 escolas públicas e particulares de diversos estados do Brasil, arrecadando mais de 37 mil livros em português e espanhol, além de escreverem mais de 4.600 cartas para os jovens venezuelanos. Atualmente, o projeto também conta com o apoio da parceira Fraternidade Sem Fronteiras e AVSI e já está presente em diversos abrigos em Roraima.



Alguns dos abrigos da Operação Acolhida em Roraima possuem bibliotecas do projeto “Mi Casa Tu Casa” doadas pelo Jornal Joca e pela ONG Hands on Human Rights: leitura para superar traumas e aprender português

Janeiro de 2022  
© ACNUR /  
Camila Geraldo



É criada, também no início de 2021, a rádio “La Voz de Los Refugiados”, um projeto de rádio comunitária, feita por pessoas refugiadas que vivem nos próprios abrigos da Operação Acolhida. O foco dos programas é o enfrentamento a notícias falsas e rumores, a disseminação de informações sobre a Operação Acolhida, assim como os direitos e deveres de pessoas refugiadas no Brasil. A iniciativa é uma realização do ACNUR com a AVSI Brasil. O projeto de rádio comunitária foi selecionado por meio de um edital de inclusão digital e financiado pela Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento e Assuntos Humanitários do Governo de Luxemburgo. A iniciativa leva em consideração a rádio como uma ferramenta de comunicação e informação e é baseada em uma abordagem de engajamento da comunidade para identificar dúvidas e fornecer informações relevantes para estas pessoas. A implementação se deu por meio da montagem de um estúdio de gravação, a princípio localizado dentro do antigo abrigo Rondon 3 e depois sendo transferido para o abrigo Rondon 1 e, também, da instalação de um sistema de som em alguns abrigos, possibilitando assim, realizar a produção e transmissão dos programas de rádio a boa parte da população refugiada abrigada em Boa Vista, Roraima. Vinculado à rádio La Voz de Los Refugiados, foi criado o canal de WhatsApp “Chama”, que serve para a disseminação de conteúdos diretamente para as pessoas refugiadas cadastradas e possui um robô de conversa para receber e responder pedidos de informação. Os programas da rádio são enviados por esse canal e são disponibilizados na internet pelo YouTube do ACNUR Brasil.



Para enfrentar notícias falsas e compartilhar informações seguras, a rádio comunitária “La Voz de los Refugiados” funciona em um dos abrigos da Operação Acolhida em Roraima, com programação em espanhol produzida pelos próprios moradores

Março de 2021  
© ACNUR / Allana Ferreira

O futebol tem sido usado nos abrigos de Roraima para melhorar a convivência entre meninos e meninas, promovendo uma cultura de paz

Junho de 2021  
© ACNUR /  
Camila Geraldo



ACNUR e parceiros da Plataforma R4V atuando em resposta às enchentes que danificaram instalações da Operação Acolhida em Manaus

Mai de 2021  
© ACNUR / Felipe Iraldo

Também em Boa Vista, o ACNUR, em parceria com a AVSI, vem, desde 2021, desenvolvendo o projeto “Fútbol Sin Fronteras” no abrigo Rondon 1. Esse projeto trata-se de um esforço coletivo de proteção baseada na comunidade, voltado para a construção de capacidades entre crianças e adolescentes que lhes permitam, sobretudo, contribuir para a construção de uma sociedade mais segura, resiliente, justa, inclusiva e igualitária por meio do esporte. Baseado na metodologia do “Juego Limpio” desenvolvida pelo ACNUR, o projeto é constituído de ciclos pedagógicos que, no desenvolver de atividades recreativas e esportivas, visa tratar e inserir temas como Direitos Humanos, resolução pacífica de conflitos e equidade de gênero em comunidades afetadas por conflitos armados e deslocamentos forçados.

No dia 03 de maio de 2021, em decorrência das fortes chuvas e do aumento do nível dos rios da região de Manaus, uma enchente danificou totalmente a infraestrutura do PITrig e do Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM). Como parte da resposta de emergência prontamente ativada, o ACNUR, juntamente com seu parceiro FFH e outras agências da ONU, auxiliou o exército na evacuação de 91 refugiados do ATM para a Base de Operações. A articulação também envolveu a Secretaria de Assistência Social do Amazonas (SEAS) e a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC). Como resultado, os 91 refugiados foram realocados com segurança para a Vila Olímpica no mesmo dia, onde receberam alimentos e kits de higiene. No dia 6 de maio, o ACNUR e a FFH, juntamente com os parceiros da Operação Acolhida e Plataforma R4V, estiveram no local para uma avaliação coordenada de danos e perdas e para recuperar itens ainda aproveitáveis após a inundação.



Tendo em vista todo o destaque alcançado pelo Brasil por conta da Operação Acolhida, em junho de 2021, o país assumiu a Presidência *Pro Tempore* do Processo de Quito. Esse Processo é um espaço de trabalho técnico regional que nasceu em 2018 por iniciativa do Equador, com o apoio do ACNUR e da OIM. Atualmente, conta com a participação de treze países da região, que desenvolvem respostas coordenadas aos desafios institucionais gerados na América Latina e no Caribe pelos deslocamentos de refugiados e migrantes da Venezuela. O Brasil é considerado um exemplo de boas práticas regionais nos temas de Espaços de Apoio, muito por conta dos PITrigs da Operação Acolhida, e Asilo, pelo desenvolvimento e adoção do procedimento simplificado para o reconhecimento da condição de refugiado de pessoas venezuelanas.

Em agosto de 2021, mais um passo foi dado para promover a integração socioeconômica de refugiados no Brasil, com a assinatura de um novo Termo de Cooperação com o Senac em Roraima. Além da atuação conjunta para o provimento de cursos de português e profissionais para refugiados, já previsto no instrumento assinado em 2018, o novo Acordo também estabelece o compromisso relacionado ao engajamento e à sensibilização do setor privado para a empregabilidade dessa população.

Visando fortalecer o acesso a direitos de populações com necessidades específicas de proteção, o ACNUR, em parceria com o Governo Federal, lançou, em outubro de 2021, ações nas áreas de educação, trabalho social e proteção comunitária, com foco em crianças e pessoas indígenas venezuelanas. Em parceria com Ministério da Educação e Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi lançado o “Guia para pais e educadores sobre integração de crianças e jovens refugiados nas escolas”, que faz parte do Portal de Educação para Refugiados<sup>33</sup>. O Guia e o Portal, que foram realizados com o apoio financeiro do Governo de Estados Unidos, têm como objetivo facilitar o acesso a informações para garantir a integração efetiva de crianças e jovens refugiados no

sistema educacional brasileiro. O Portal de Educação é composto por vídeos, pesquisas e reflexões, sendo alimentado continuamente com informações atualizadas e com conteúdos de interesse de educadores e pessoas refugiadas.

Ainda no tema de educação, em 2021, a parceria entre ACNUR, SESC SP e Secretaria Municipal de Educação de São Paulo capacitou mais de 700 professores da rede pública municipal de diferentes diretorias regionais de ensino em temas referentes a inclusão escolar de alunos refugiados. Esse projeto, chamado “Refúgios Humanos”, renova-se a cada ano, inclui novos bairros e unidades do SESC, alcançando escolas que têm recebido crianças venezuelanas e de demais nacionalidades.

Além disso, em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Cidadania, foram lançados manuais sobre trabalho social e proteção comunitária para o engajamento com refugiados indígenas da Venezuela. As duas publicações, financiadas pela União Europeia (IcSP) buscam promover estratégias de integração e atendimento social adequadas à cultura de origem dessa população, trazendo conceitos de proteção comunitária, listando direitos e serviços adequados às necessidades dessas populações, orientando agentes públicos sobre como trabalhar com essas etnias, e apontando boas práticas já adotadas por estados e municípios.

Vale ressaltar, ainda, as diversas publicações realizadas pelo ACNUR no Brasil dentro da temática de proteção e soluções à população indígena. No Brasil, o ACNUR atua na proteção da população indígena refugiada e tem oferecido uma resposta adaptada às particularidades étnicas e culturais desta população. A partir da experiência das operações de campo, interlocução com a população indígena, universidades, gestores públicos e organizações parceiras, o ACNUR trabalha para garantir que esta população tenha acesso a seus direitos no Brasil, tendo em conta sua identidade e autodeterminação.



Publicações sobre a resposta humanitária do ACNUR e organizações às etnias indígenas da Venezuela no Brasil

© ACNUR / Gleydson de Lima

Por fim, em outubro de 2021, também foi lançado estudo realizado em conjunto com Banco Mundial intitulado “*Economic and Fiscal Impacts of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil*”, pelo qual, conforme metodologia do Banco Mundial, se mediu os impactos do fluxo de pessoas venezuelanas na economia de Roraima.

Ainda em outubro, o ACNUR, em apoio à Operação Acolhida e em decorrência do grande número de pessoas esperando documentação em Pacaraima – fruto do período em que houve restrições de entrada devido a questões sanitárias – inaugurou-se o Anexo BV8. Esse espaço destinou-se a oferecer condições básicas para alojamento de pernoite para pessoas aguardando o processo de documentação para que não permanecessem em situação de rua, promovendo acesso a serviços básicos e um maior impacto para a população residente na cidade. Tal medida foi posteriormente

complementada pelo apoio temporário em termos de recursos humanos pelo ACNUR, em parceria com a AVSI, à Polícia Federal em Boa Vista, assim como por outras agências em Pacaraima, o qual contribuiu para diminuição do passivo e do tempo de espera para documentação.

Em novembro de 2021, o Chefe Global de Operações do ACNUR, Raouf Mazou, visitou o Brasil. Raouf conheceu de perto a resposta humanitária do Brasil a pessoas refugiadas da Venezuela, elogiando a Operação Acolhida em todos os seus três eixos, bem como a adoção do procedimento simplificado de solicitação da condição de refugiado para pessoas venezuelanas. O acesso a direitos fundamentais e as possibilidades de meios de vida oferecidas a pessoas refugiadas mesmo em um contexto de pandemia foram destacados, bem como a capacidade técnica e operacional da sociedade civil brasileira.

Chefe Global de Operações do ACNUR, Raouf Mazou, visita a cidade de Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela

Novembro de 2021  
© ACNUR / Luiz Fernando Godinho



ACNUR e IMDH realizam oficina de capacitação aos profissionais do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal.



Dezembro de 2021  
© SEDES / Renato Raphael

O ano de 2021 foi finalizado com contínuas ações de fortalecimento de redes locais de proteção e com o lançamento de mais materiais que objetivam reforçar o acesso a direitos para populações com necessidades específicas.

Em dezembro, ocorreu o lançamento da cartilha “Acesso à Terra e à Moradia para Pessoas Refugiadas e Migrantes no Brasil”, desenvolvida em conjunto com a Defensoria Pública do Estado e da União do Pará. Lançada em português e espanhol, a cartilha aborda diferentes temáticas, como o direito à moradia previsto na Constituição Federal de 1988 e em instrumentos normativos internacionais, as diferenças entre imóveis rurais e urbanos, os conceitos de propriedade e posse, bem como os direitos e deveres de inquilinos e locatários e as normas que regem essa relação contratual no Brasil. A cartilha enfatiza, ainda, o direito à não discriminação garantido a pessoas refugiadas.

Além disso, foi lançado o primeiro relatório da pesquisa “Limites e desafios à integração local de refugiadas, refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizadas durante a pandemia de Covid-19”, implementada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com apoio de ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA. A pesquisa validou a melhoria das condições socioeconômicas das pessoas interiorizadas (mesmo no contexto da pandemia) em comparação com a situação delas em Roraima. Também apontou para a manutenção das desigualdades de gênero na estratégia de interiorização.

Por fim, diversos ciclos de capacitação a redes locais de proteção foram concluídos, visando fortalecer as capacidades de autoridades locais no atendimento de pessoas com necessidades específicas de proteção, como populações indígenas venezuelanas.

Desse modo, destaca-se que a criatividade e a busca por novas parcerias e novos apoiadores estão no cerne das atuais ações do ACNUR para as pessoas venezuelanas, as quais fazem parte do esforço de acolhimento realizado no Brasil. Sem dúvida, os dois últimos anos representaram novos desafios, afetando a transformação das ações emergências em ações mais centradas na integração, com efeitos a serem planejados a médio e longo prazos. A adaptação exigiu que se continuasse em uma lógica de emergência, ao mesmo tempo em que se desenvolveram medidas que ampliem e contemplem a integração de pessoas refugiadas visando a uma lógica de desenvolvimento, o que não é fácil, ainda mais em um contexto de pandemia global. Vale mencionar que todo este esforço, traduzido em inúmeros conteúdos de comunicação para os canais do ACNUR no Brasil e no mundo, fez com que o website do ACNUR Brasil se tornasse, ao final de 2021, o segundo site nacional mais visitado globalmente (atrás apenas do site do ACNUR nos Estados Unidos).



2022

## Olhando para frente

Ao se analisar a evolução do ACNUR no Brasil desde 2017, é evidente que sua atuação (assim como a de tantas outras organizações) foi essencial no desenvolvimento de uma das maiores ações humanitárias já realizadas em solo brasileiro. Particularmente ao estreitar relações e atividades conjuntas com diversos atores, como os entes da administração pública em todas as suas esferas, sociedade civil, academia, setor privado, e comunidades locais e de refugiados. Buscando compartilhar suas experiências e aprender, com novos e tradicionais parceiros, sobre formas de construir boas práticas, o ACNUR no Brasil faz parte de uma das mais bem-sucedidas respostas humanitárias às pessoas refugiadas nas Américas, a Operação Acolhida – destacando-se que tais ações deram-se por meio de um diálogo intenso, da inserção ativa no campo da produção de pesquisas e dados, dos registros das atividades e da constante construção de relações de confiança entre todas as partes envolvidas.

Refugiados de diversas nacionalidades sambaram no famoso Carnaval do Rio para celebrar integração e acolhimento, em parceria com o Acadêmicos do Salgueiro

Abril de 2022

© ACNUR / Ruben Salgado



A temática da proteção de refugiados foi alçada a outro patamar no cenário brasileiro, renovando a tradição de hospitalidade que marca a trajetória do país, assim como o protagonismo que teve, em sua história, no papel de liderança de pautas de proteção da dignidade dos seres humanos. Para a realização de tudo o que foi descrito, outro ramo de atividades desenvolvidas foi o da busca por recursos e apoio. Nesse sentido, o sucesso da Operação Acolhida continua sendo o melhor cartão de visitas, recebendo diversos prêmios nacionais, bem como o reconhecimento internacional, além de angariar a confiança dos parceiros, transformando-a numa das principais contribuições humanitárias do Brasil para o restante do mundo, ainda mais em uma conjuntura internacional desafiante.

As ações devem, contudo, continuar e ser fortalecidas. Os esforços não param por aqui. Em janeiro de 2022, como mencionado, ACNUR e Ministério da Cidadania prorrogaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) até dezembro de 2023, a fim de continuar promovendo o acolhimento humanitário e a interiorização de pessoas refugiadas em situação de vulnerabilidade e garantir seu acesso aos direitos socioassistenciais no Brasil. Atividades em outras áreas também estão sendo estabelecidas, continuadas e retomadas, como as dedicadas ao reassentamento de refugiados e apoio a portadores de vistos humanitários no Brasil. Como exemplo dessa atuação, em maio de 2022 foi firmado acordo de cooperação com o Instituto Tikva, que, em seu eixo de política internacional, tem como objetivo a proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas vítimas de perseguição e de situações de conflitos armados. Após esforços iniciados em 2021, apenas nos primeiros quatro meses de 2022, o Instituto liderou iniciativas que trouxeram 87 afegãos e 172 ucranianos para recomeçarem suas vidas no Brasil, com segurança e dignidade.

Neste sentido, deve-se lembrar, também, que a atuação do ACNUR não é só com a população oriunda da Venezuela, o que faz com que as demais demandas que já eram atendidas pelas equipes, em localidades como São Paulo ou Brasília, continuem a existir. Porém, os avanços obtidos no cuidado com as pessoas deslocadas da Venezuela devem continuar, ainda mais com esse novo viés de relações mais intensas com os poderes públicos, preparação e apoio dos parceiros, manutenção e cuidado das dinâmicas protetivas, colocando o Brasil como

uma nação que protege os refugiados. O vanguardismo da lei brasileira de proteção a pessoas refugiadas (Lei nº 9.474 de 1997), que em 2022 comemora 25 anos de sua promulgação, consolidou-se em práticas e avanços, tais como a fundamental ampliação do Conare e sua instalação em localidades para além de Brasília, como Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, buscando beneficiar todas as pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado em um país de dimensões continentais.

A digitalização intensificada pelo contexto da pandemia também propiciou que o ACNUR estivesse alinhado com as demandas atuais necessárias ao atendimento à população refugiada, promovendo novos canais de informação (como a plataforma Help, a terceira mais visitada em todo o mundo), novos formatos de conteúdo (como o podcast Refúgio em Pauta, lançado em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello) e novos diálogos com formadores de opinião, como por meio do canal ACNUR Informa, voltado para informar em primeira mão jornalistas de todo o Brasil. Além disso, ACNUR e Operação Acolhida têm intensificado seus projetos para mitigar os impactos ambientais da resposta humanitária em Boa Vista. Para tanto, no ano de 2022 começou a operar o Centro de Sustentabilidade, espaço onde ACNUR, juntamente com sua parceira Fraternidade Sem Fronteiras, realiza atividades técnicas e educativas com foco na ampliação do conhecimento de refugiados sobre questões ambientais. Dentre os projetos desenvolvidos, encontram-se a compostagem, biodigestores para tratamento de esgoto e estabilização da matéria orgânica proveniente dos resíduos sólidos, a aquaponia, e produção de mudas da região em que estão sendo utilizadas para melhoria do conforto térmico nos abrigos da Operação.

Além disso, visando ao Censo da População no Brasil de 2022, ACNUR e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concordaram em formalizar um Memorando de Entendimento detalhando possíveis áreas de apoio mútuo. A parceria também permitiria analisar como a experiência do Censo se desdobra em um contexto humanitário, especialmente incluindo refugiados que vivem em abrigos temporários de emergência, e relatar os resultados em uma publicação conjunta apresentando-a como uma boa prática replicável em outros contextos.

Nota-se, assim, que, com o desenvolvimento da Operação Acolhida, a temática da proteção e integração de pessoas refugiadas está cada vez mais presente no cotidiano do país, alcançando inclusive manifestações artísticas que tão bem traduzem a cultura brasileira, como a participação de pessoas refugiadas no desfile de Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2022, em parceria com o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro.



Pessoas  
refugiadas  
no ensaio  
do Grêmio  
Recreativo  
Escola de Samba  
Acadêmicos  
do Salgueiro

Março de 2022

© ACNUR /  
Miguel Pachioni

Embora seja sensível falar de contentamento quando tantos ainda sofrem e são forçados a deixar suas casas por perseguições individuais ou conflitos, seja na América Latina ou em outros locais pelo mundo afora, viajando em condições, muitas vezes, de extrema vulnerabilidade, a resposta que vem sendo dada no Brasil a pessoas refugiadas venezuelanas alimenta a esperança de que é possível acolher essas pessoas com dignidade e humanidade, não deixando ninguém, nunca, para trás.



# Bibliografia consultada

ACNUR. **Global Trends Forced Displacement**

**in 2020**. Genebra, 2021. 72 p. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ACNUR; OIM. AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela - R4V**, 16 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALVES, J. Q. P. L. Cotidiano e coletividade: dinâmicas nos abrigos para refugiados venezuelanos em Roraima. Revista **Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade**, n. 9, 2020. Disponível em: <<http://ojs.escoladacidade.org/index.php/cadernos/article/view/25/24>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ANDRADE, Diego Bonfim. **A nova lei de imigração no Brasil à luz da crise humanitária: direitos dos imigrantes venezuelanos em Roraima**, 2021. Disponível em: <http://openrit.grupotiradentes.com:8080/xmlui/handle/set/4053>, acesso em 20/09/2021. Acesso em: 16 jan. 2022.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. DOMENICONI, J.; FERNANDES, D. M.; JAROCHINSKI SILVA, J. C.; MAGALHÃES, L. F.; ZUBEN, C. V.; VEDOVATO, L. R.; VEGA, S. L. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO UNICAMP, 2020.

BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. (coord.); ZUBEN, C. V.; PARISE, P.; PEREIRA, J.; MAX, C.; MAGALHÃES, L.; MENEZES, D.; FERNANDES, D.; JAKOB, A.; VEDOVATO, L. R.; SILVA, C.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J.; VECCHIO, V. (Org.). **Migrações Venezuelanas** 1. ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; FERNANDES, Duval Magalhães; DOMENICONI, Jóice de Oliveira Santos. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de covid-19. **Revista Jurídica**

**Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 4, 2021. BRASIL. **Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021**. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.684**, de 21 de junho de 2018. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Defesa. **Diretriz Ministerial de nº 04/2018. 28 de fevereiro de 2018**. Operação Controle, Brasil, 2018. Acesso em: 10 jun. 2021. \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Gabinete do Ministro. **Portaria Interministerial nº 19**, de 23 de março de 2021a. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjspmre-n-19-de-23-de-marco-de-2021-310351485>>. Acesso em: 2 set. 2021. \_\_\_\_\_. OPERAÇÃO ACOLHIDA. Base Legal.

**Operação Acolhida**, s/d. Disponível em: <<https://www.gov.br/acolhida/base-legal/>>. Acesso em: 10 jun. 2021. \_\_\_\_\_. **Resolução n 3**, de 2 de maio de 2018. Institui o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes que se encontram no estado de Roraima, em decorrência de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Brasília, 2018. Disponível em:<[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_Comit%C3%AA\\_Emergencial/RESOLU%C3%87%C3%83O\\_N%C2%BA\\_3\\_DE\\_2\\_DE\\_MAIO\\_DE\\_2018.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es_do_Comit%C3%AA_Emergencial/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_3_DE_2_DE_MAIO_DE_2018.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Refúgio em números 6**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021b. 62 p. Disponível em: <[\[em\\\_N%C3%BAmeros\\\_6%C2%AA\\\_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf\]\(https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios\_conjunturais/2020/Ref%C3%BAgio\_em\_N%C3%BAmeros\_6%C2%AA\_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf\)>. Acesso em: 5 jul. 2021.](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Ref%C3%BAgio_</a></p></div><div data-bbox=)

\_\_\_\_\_. **Seus direitos - migração e refúgio**. Web do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, não paginado, 2021c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. Índios, imigrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do estado brasileiro. **Revista Enterrios**, v. 3, n. 2, p. 124-136, 2020. \_\_\_\_\_.; LIMA, Carmen Lúcia Silva; MUÑOZ, Jenny González. Los warao: indígenas, migrantes y refugiados. **Revista Enterrios**, v. 3, n. 2, p. 08-10, 2020.

COSTA, Renata Alves. **Cooperação Interagências:** um estudo da relação civil-militar na Operação Acolhida (2018-2020). 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, p. 93. 2020.

FRANCHI, T. Operação Acolhida: A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos. **Military Review**. 2019. p. 1 e 2. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Artigos-Exclusivamente-On-line/Artigos-Exclusivamente-On-line-de-2019/Operacao-Acolhida/>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29097>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O êxodo venezuelano: A necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2018/09/03/322156>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

HUMVENEZUELA. **Informe de Seguimiento de la Emergencia Humanitaria Compleja- Marzo**

**2020**. Plataforma independiente desarrollada por la sociedad civil venezolana para el monitoreo, documentación y seguimiento de la Emergencia Humanitaria Compleja. 10 jun. 2021. Disponível em: <<https://humvenezuela.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ICMPD. **Municípios de fronteira: mobilidade transfronteiriça, migração, vulnerabilidades e inserção laboral**. Viena (AT): União Europeia; Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil, 2016, 304 p. (Projeto MT Brasil). Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/mtbrasil\\_act-1-3-14\\_relatorio\\_final.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/mtbrasil_act-1-3-14_relatorio_final.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2021.

JARDIM, Denise F. **Imigrantes ou Refugiados:** Tecnologias de Controle e as Fronteiras. Paco Editorial, São Paulo, 2017.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu – MG, 2017.

\_\_\_\_\_.; ABRAHÃO, Bernardo. Migração pela Sobrevivência: o caso dos venezuelanos em Roraima. In: JUBILUT, Liliansa et al. **Migrantes Forçad@s: conceitos e contextos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 636-661.

\_\_\_\_\_.; BAENINGER Rosana. Mobilidade e controle pelas fronteiras amazônicas brasileiras. 12/2020, **44º Encontro Anual da ANPOCS**, v. 1, pp.1-18, São Paulo, SP, Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/anuario/2020/IFCH/DD/DD-0012.html>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

\_\_\_\_\_.; BÓGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **R. Bras. Est. Pop**, v. 34, n. 1, p. 15-30, 2017.

\_\_\_\_\_.; JUBILUT, Liliansa Lyra. Venezuelanos no Brasil e pandemia de Covid-19. In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.); ZUBEN, Catarina von; MAGALHÃES, Luís Felipe; PARISE, Paolo;

DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (org.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. p. 417-425. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

\_\_\_\_\_.; JUBILUT, Liliansa; PÉREZ, Militza. Proteção Humanitária no Brasil e a Nova Lei de Migrações. In: RAMOS, A. C. et al. **Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 47-66 p. 2020 Disponível em: <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/leimig/lei\\_mig.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/leimig/lei_mig.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2021.

\_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, Márcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v. 23, n. 44, p. 157-169, jun. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3Mcy3kz0z>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

LEVEL, B. P. L.; JAROCHINSKI, J. C. Venezuelanos no Brasil e o atendimento humanitário. In: JUBILUT, L (Org.) [et al.]. **Direitos Humanos e Vulnerabilidade e o Direito Humanitário**. Boa Vista: UFRR. 2019.

\_\_\_\_\_. Uma mesma partida, um mesmo destino: haitianos e venezuelanos em Boa Vista – RR. In: COTINGUIBA, M. L. P.; OLIVEIRA, M. M.; BAENINGER, R. COTINGUIBA, G. C.; RODRIGUES, F. S.; SILVA, S. A.; DIAS, W. N. (Org.). **Mobilidade Humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas**. Boa Vista / Manaus: UFRR / EDUA, 2020.

LIRA, Jonatha Rodrigo; RAMOS, Morélia; ALMEIDA, Tainá Aragão; RODRIGUES, Francilene. Migração, mobilidade e refúgio de venezuelanos no Brasil: o caso do município de Pacaraima (RR). **Paper do NAEA**, v. 28, n. 2, p. 111-131, 2021.

LUCENA, Jamerson Bezerra. Impressões criadas sobre os indígenas Warao nas ruas de João Pessoa-PB em tempos de pandemia. **TRAVESSIA-revista do migrante**, v. 2, n.91, p. 101-116, 2021.

MACHADO, Victória Figueiredo. **Braço Forte, Mão Amiga: a migração venezuelana, a Operação Acolhida e a (re)construção**

**da identidade brasileira na fronteira**. Dissertação (Mestrado) –Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, 186 p., 2021. MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval Magalhães. Interiorização de Venezuelanos para Minas Gerais:: instituições que atuam em redes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia- RBS**, v. 9, n. 22, p. 222-245, 2021.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual, **Fronteiras, Culturas e Deslocamentos Populacionais**. v. 10, n. 22. Porto Alegre: AEDOS, 2018. Disponível em: < <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/83376/49791>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MOREIRA, Julia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de (2021). Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP**, v. 38, p. 1-20, 2021.

MUÑOZ, Tomás Milton. El camino hacia la formulación de una nueva política migratoria en Brasil. De la visión militar restrictiva a la apertura. **Desafíos**. Bogotá, Universidad del Rosario. v. 32, n. 1, ene-jun, p. 1-37, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/desa/v32n1/0124-4035-desa-32-01-1.pdf&gt>>. Acesso em: 10 set. 2020.

NIÑO, Edgar Andrés Londoño. Migração, Cidades e Fronteiras: a Migração Venezuelana nas Cidades Fronteiriças do Brasil e da Colômbia. **Espaço Aberto**. v. 10, n.1, p. 51-67, 2020.

OBMIGRA. Observatório para as Migrações. **Relatório Anual OBMigra 2020**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília. 2020. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, Antonio T. R.. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos,



# Bibliografia consultada

**Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 13(1), pp. 219-244, 2019.

\_\_\_\_\_. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 171-179, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

OLIVEIRA, G. A. G. A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela. **Military Review**, p. 1-15, nov. 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/journals/edicao-brasileira/artigos-exclusivamente-on-line/artigos-exclusivamente-on-line-de-2018/a-utilizacao-do-componente-militar-brasileiro-frente-a- crise-migratoria/>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

OLIVEIRA, Márcio de. Refugio y remesas: un análisis basado en «El perfil socioeconómico de refugiados en Brasil. Subsidios para el desarrollo de políticas». **Migración y Desarrollo**, vol. 19, n. 36, primeiro semestre de 2021.

SALLES, Denise; GONÇALVES Fernanda. A atuação do estado brasileiro na proteção dos refugiados: a distância entre a legislação e a garantia dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, Joao Pessoa, v. 1, n. 2, p. 111-132, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/31039>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SHAMSUDDIN, Mrittika., ACOSTA, Pablo Ariel; SCHWENGBER, Rovane Battaglin.; FIX, Jedediah.; PIRANI, Nikolas. Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil. **World Bank- the Social Protection and Jobs Global Practice - a Policy Research Working Paper**, n. 9605, 2021.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. Warao em Mossoró/RN: Prelúdio de um Etnografia em Imagens. **RESC—Revista de Estudos SocioCulturais**, v. 1, n, 1, p. 1-9, 2021.

SILVA, Simone Tavares da; PULIDO, Cristina Rivas; MENEZES, André Vicente Scafutto de. A presença venezuelana em Manaus/

AM e as estratégias de sobrevivência frente à pandemia de Covid-19. **TRAVESSIA-revista do migrante**, v. 2, n.91, p. 81-100, 2021.

SIMÕES, Gustavo da Frota (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

VASCONCELOS dos Santos, Iana. **“Desejáveis” e “indesejáveis”**: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 293. 2021.

\_\_\_\_\_. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **REMHU**, Brasília, Vol. 26(53), 2018, pp. 135-151.

VINCENZI, Brunela Vieira de; SOUZA, Beatriz de Barros; OLIVEIRA, Alessandra Duarte de; & DALLEPRANE, Gabriel. Venezuelanos no Brasil. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, v. 2, n. 4, p. 249-276, 2020.



# Notas

- 1 Para dados completos sobre a interiorização: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>
- 2 Decisão do Processo nº 001016019561-5. Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Nota Pública (PGR-00365469/2016).
- 3 Para informações atualizadas sobre o contexto do abrigo, com números totais, perfil da população abrigada, espaços que hoje têm funcionado como abrigo da Operação Acolhida, consultar: <https://bit.ly/39XmdfU>
- 4 BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. CONSELHO NACIONAL onboard DE IMIGRAÇÃO. **Resolução Normativa no. 126, de 2 de março de 2017.** Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016>, 2017, acesso em 20 de abril de 2022.
- 5 BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm).
- 6 BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS. **Resolução Normativa n. 24 de 28 de julho de 2017.** Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao/resolucoes>, acesso em 27 de abril de 2022.
- 7 BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Portaria Interministerial n. 09 de 14 de março de 2018.** Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694).
- 8 O ACNUR teve um escritório por muitos anos em Manaus em decorrência da chegada de pessoas refugiadas oriundas da Colômbia pelas fronteiras do estado do Amazonas. Com a diminuição das chegadas em decorrência da melhoria das condições do conflito na Colômbia, o escritório foi fechado em abril 2014, sendo reaberto em junho de 2017 em virtude do deslocamento de venezuelanos para o Brasil.
- 9 A Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) é uma parceria realizada entre o ACNUR e Instituições de Ensino Superior (IES) que se iniciou em 2003. Ela se destaca não apenas por sua atuação nos eixos do ensino e da pesquisa, mas ainda pelas diversas ações de advocacy e extensão que beneficiam diretamente a população refugiada no Brasil. Para saber mais, confira <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>.
- 10 A ferramenta ProGres (Profile Global Registration System - Sistema Global de Registro de Perfil) é uma base de dados do ACNUR utilizada para o registro de pessoas refugiadas que fornece uma fonte comum de informação sobre indivíduos que é utilizada por diferentes unidades de trabalho do ACNUR para facilitar a proteção de refugiados, solicitantes da condição de refugiado e outras pessoas que estão sob seu mandato. O ACNUR no Brasil e seus parceiros alcançaram atualmente o roll-out da ferramenta em todo o país.
- 11 <https://www.acnur.org/portugues/2017/09/15/maioria-de-venezuelanos-em-roraima-e-jovem-possui-bom-escolaridade-e-esta-trabalhando/>
- 12 Mais informações disponíveis em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>.
- 13 Mais informações disponíveis em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/04/06/resposta-humanitaria-no-brasil-se-intensifica-diante-a-crescente-chegada-de-venezuelanos/>.
- 14 Já revogado. Hoje está em vigor o Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021.
- 15 BRASIL. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13684.htm).
- 16 Cf. Os 100 pontos de Brasília – Contribuições da América Latina e do Caribe para o Pacto

- Global sobre Refugiados, 20 fevereiro de 2018, disponível em < [https://www.acnur.org/publications/pub\\_crrf/5b58eda34/os-100-pontos-de-brasilia-contribuicoes-da-america-latina-e-do-caribe-para.html](https://www.acnur.org/publications/pub_crrf/5b58eda34/os-100-pontos-de-brasilia-contribuicoes-da-america-latina-e-do-caribe-para.html)> (acessado em 20/4/2022).
- 17 Inicialmente denominado Posto de Triagem (PTrig), ao fim de 2019, o eixo da Interiorização foi adicionado ao nome, sendo renomeado como Posto de Interiorização e Triagem (PITrig).
  - 18 É importante ressaltar que a população venezuelana teve amplo acesso ao auxílio emergencial em 2020 e 2021 e, desde 2020, ao Bolsa Família e atualmente Auxílio Brasil (82.000 pessoas recebendo este benefício em janeiro de 2022).
  - 19 A Agenda 2030 é um plano de ação global que reúne os ODS citados anteriormente e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. Esse plano nasceu de um acordo firmado, em 2015, pelos 193 Estado-membros da ONU, com o compromisso de seguir as medidas recomendadas no documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” para os anos de 2016-2030.
  - 20 Segundo Alves (2020, p. 135), “a ideia por trás do Better Shelter é simples: um abrigo com aspecto de uma casa do imaginário popular, ou seja, ainda que provisório, tem o apelo de um lar. Entregue em caixas retangulares, a estrutura pode ser montada em até seis horas por apenas oito mãos, segundo o catálogo”.
  - 21 “O Departamento de Operações de Proteção Civil e Ajuda Humanitária da União Europeia (ECHO) tem fornecido assistência às pessoas necessitadas desde 1992” ([https://ec.europa.eu/echo/who/about-echo\\_en](https://ec.europa.eu/echo/who/about-echo_en))
  - 22 Para o acompanhamento das informações atualizadas sobre o processo de interiorização no Brasil, o Ministério da Cidadania, em parceria com o ACNUR e outras entidades,

desenvolveu um dashboard que pode ser acessado no endereço: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>.

- 23 “Em 11 de março de 2014, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia adotaram o Regulamento que estabelece um Instrumento que contribui para a Estabilidade e a Paz (IcSP), que sucede o Instrumento de Estabilidade (IfS). O IcSP é um dos principais instrumentos de assistência externa que permitem à UE assumir a liderança na ajuda à prevenção e resposta a crises reais ou emergentes em todo o mundo” (<https://eu.boell.org/en/instrument-contributing-stability-and-peace>).
- 24 <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/Sum%C3%A1rio-Pesquisa-Acnur-Aldeias-pt9219.pdf>, <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/Sumario-Executivo-Limites-e-desafios-a-integracao-local-de-refugiadas-refugiados-e-pessoas-migrantes-da-Venezuela-interiorizadas-durante-a-pandemia-de-Covid-19-dez.2021.pdf>
- 25 Em 2018 foram cadastradas 41.735 pessoas. Atualmente o ACNUR no Brasil completou o processo de treinamento de registro de pessoas por meio do proGres em todo o país e com todas as organizações parceiras.
- 26 Plataforma HELP do ACNUR Brasil: <https://help.unhcr.org/brazil/>
- 27 A partir de maio de 2022, o escritório de São Paulo passa a cobrir geograficamente os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- 28 BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS. **Nota Técnica n.º 3/2019/CONARE.** Disponível em: [https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei\\_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf](https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf).
- 29 Estudo disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf)

[e-o-fluxo-venezuelano\\_compressed.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf)

- 30 No caso da Itália, o engajamento dos representantes diplomáticos acreditados no Brasil foi fundamental para a participação da AVSI em toda a Operação Acolhida.
- 31 Para fins de prestação de contas, o ACNUR fez atualizações regulares da situação da Venezuela para os doadores; briefings adicionais para os principais doadores (UE e os EUA); produção de relatórios e pesquisas, compartilhado com regularidade para as demais partes e, também, para conhecimento amplo do público; organização e/ou acompanhamento de visitas de doadores e Embaixadas às operações do ACNUR, pois tudo isso se reflete em ganho de confiança por parte dos doadores e faz parte da política de transparência levada a cabo pelo Sistema ONU.
- 32 Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/empreendedorismo\\_de\\_refugiados\\_completa.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/empreendedorismo_de_refugiados_completa.pdf)
- 33 Portal de Educação para Refugiados [www.educacaopararefugiados.com.br/](http://www.educacaopararefugiados.com.br/)



Gostaríamos de parabenizar o Governo do Brasil e agradecer a constante parceria, sem a qual nada teria sido realizado.



Nada teria sido implementado sem o trabalho contínuo e incansável de nossos parceiros nesses últimos anos:



Absolutamente nada teria sido realizado sem o apoio permanente de nossos doadores:



Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os parceiros da Plataforma R4V, pelo trabalho conjunto em prol de pessoas venezuelanas no Brasil



Crianças na abertura do Espaço Emergencial 13 de setembro em Boa Vista (RR)

Junho de 2020  
© ACNUR / Lucas Novaes



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

ACNUR Brasil: antes e depois da operação acolhida : uma análise à luz do deslocamento forçado no Brasil  
(2017-2022) / [Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados] ; texto João Carlos Jarochinski Silva. --  
Brasília, DF : Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2022.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89222-04-0

1. Brasil - Migração 2. Direitos humanos 3. Migração - Leis e legislação 4. Refugiados -Direitos fundamentais -  
Brasil 5. Venezuela -Política e governo I. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR. II. Silva,  
João Carlos Jarochinski. III. Título.

22-111909

CDD-304.881

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Migrantes venezuelanos : Sociologia 304.881

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este livro foi composto em Proxima Nova.

Impresso em Papel Couchê Fosco 150g e capa em Papel Paraná 2.0mm  
nas oficinas da Qualidade Gráfica e Editora em Brasília, maio de 2022.

Tiragem de 750 exemplares.



Em um dos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista (RR), criança venezuelana traduz em um desenho o que pensa sobre seu futuro no Brasil

Junho de 2020

© ACNUR / Lucas Novaes







 @ACNURBrasil

 /ACNURPortugues

 @acnurbrasil

 /company/acnurportugues

 ACNUR Brasil

[acnur.org.br](http://acnur.org.br)